

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - JÚLIO DE MESQUITA FILHO
CAMPUS DE MARÍLIA - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Juliana Cavalcante de Andrade Louzada

**O INES-BRASIL E OS INDICADORES DE CULTURAS,
POLÍTICAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS EM UMA UNIVERSIDADE
BRASILEIRA**

**Marília
2022**

Juliana Cavalcante de Andrade Louzada

**O INES-BRASIL E OS INDICADORES DE CULTURAS,
POLÍTICAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS EM UMA UNIVERSIDADE
BRASILEIRA**

Tese de Doutorado apresentada por Juliana Cavalcante de Andrade Louzada ao programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Campus de Marília.

Área de concentração: Educação Inclusiva

Linha de pesquisa: Educação Especial

Orientadora: Prof.^a Dr^a Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins.

**Marília
2022**

L895i

Louzada, Juliana Cavalcante de Andrade

O INES-Brasil e os indicadores de culturas, políticas e práticas em uma universidade pública brasileira / Juliana Cavalcante de Andrade Louzada. -- Marília, 2022
262 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins

1. Educação Inclusiva. 2. Acessibilidade. 3. Ensino Superior.
4. Instrumento de avaliação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O INES-BRASIL E OS INDICADORES DE CULTURAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS EM UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

AUTORA: JULIANA CAVALCANTE DE ANDRADE LOUZADA

ORIENTADORA: SANDRA ELI SARTORETO DE OLIVEIRA MARTINS

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). SANDRA ELI SARTORETO DE OLIVEIRA MARTINS (Participação Virtual)
Departamento de Educacao e Desenvolvimento Humano / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciencias, Marília

Prof(a). Dr(a). PEDRO ANGELO PAGNI (Participação Virtual)
FFC / UNESP/Marília (SP)

Dra. ANA PAULA CAMILO CIANTELLI (Participação Virtual)
Psicologia Viva (Psyalive)

Prof(a). Dr(a). ELISABETH ROSSETTO (Participação Virtual)
Educação / Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE

Prof(a). Dr(a). GEORGINA INES GARCIA ESCALA (Participação Virtual)
EDUCACION / UNIVERSIDAD DE LA SERENA, CHILE

Marília, 13 de julho de 2022



Prof(a). Dr(a). Aila Narene Dahwache Criado Rocha
Vice - Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CNPq/CAPES) – 140154/2019-1.



DEDICATÓRIA

A minha avó Julia (*in memorian*) por toda a força que sempre me mostrou ter, por ser exemplo de resiliência, por toda alegria de viver que sempre teve e por sempre torcer por mim, tenho certeza de que de onde ela estiver, vibrará pela minha vitória.

EPÍGRAFE

“Já que é preciso aceitar a vida, que seja então corajosamente”

(Lygia Fagundes Telles)

AGRADECIMENTOS

Nesse momento devo me lembrar de algumas pessoas essenciais em minha vida sem as quais eu não estaria concluindo esta etapa. Assim, agradeço:

A Deus, por todas as dificuldades que me fez superar, pois sei que do meu modo confiei a Ele minhas necessidades e agradecimentos sendo atendida em todos os momentos de acordo com o meu merecimento.

Ao meu filho Heitor, por tornar essa jornada mais desafiadora e ao mesmo tempo mais leve, por trazer calma e caos aos meus dias, por sorrir e trazer luz nos dias em que eu mais precisava, mas acima de tudo, por ser meu combustível para querer sempre mais. Por ele e para ele! Amo você meu guri, você é a razão da minha vida!

Ao meu marido e companheiro da vida, Diego, por me incentivar, me apoiar, me acompanhar, me ajudar de todas as formas que pudessem estar ao seu alcance, pela paciência, compreensão e parceria. Por ser colo, abrigo, por se manter perto e distante sempre que eu precisei, por ser sempre o melhor pra mim todos os dias, por chegar com o chocolate na hora certa hahaha e acima de tudo por me fazer ter certeza de que nós sempre fomos a nossa melhor escolha. Te amo, sempre!

Aos meus pais, Marcia e André, que não mediram esforços ao longo da minha vida e da minha trajetória acadêmica na graduação e sempre me incentivaram a correr atrás dos meus sonhos não importando o quão distante eles pudessem estar, a eles que torcem por mim desde que eu me conheço por gente e estão sempre dispostos a fazer o que for preciso para que eu possa realizar meus sonhos. Obrigada por tanto sempre!

À minha irmã Mariana, que apesar do seu jeito durão e muitas vezes chato de ser sempre esteve na torcida por mim, virou motorista quando eu precisei e sei que assim como por ela eu mato e morro ela também faria o mesmo! Além disso trouxe mais um reforço para tornar meus dias mais leves nessa caminhada, o dono das covinhas mais lindas desse mundo! Amo você Nica e amo meu afilhado cisquinho Pepe.

A vocês, Heitor, Diego, Pai, Mãe e Nica, às pessoas mais importantes da minha vida, toda minha gratidão. Sei que esta conquista não é só minha e sem vocês nada disso seria possível. Amo muito vocês!

À minha orientadora Dra. Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins, por ter me incentivado a dar continuidade aos estudos e pesquisas iniciados no mestrado, por acreditar em mim muito mais do que eu na maioria das vezes; por ser acolhedora e parceira em todos os momentos, por confiar em meu potencial

e me mostrar o quão longe eu posso chegar; e por me desafiar sempre. Ter você na retaguarda ao longo desse percurso foi fundamental para que eu chegasse até aqui hoje.

À professora Dra. Lucia Pereira Leite, por me receber de braços abertos ao GEPDI, por todos os conhecimentos compartilhados e contribuições relacionadas à minha pesquisa ao longo de todo esse período.

À professora Dra. Sandra Lia do Amaral Cardoso, por ter plantado a sementinha da pesquisa em mim, por acreditar em meu potencial desde a graduação e por aceitar minhas escolhas. Sem o seu exemplo e incentivo eu não estaria concluindo mais essa etapa. Obrigada Dra.!

Aos professores Dr. Leonardo Lemos de Souza e Dra. Judith Pérez-Castro pela participação e pelas contribuições assertivas no momento do meu exame de qualificação.

À amiga Ana Paula Ciantelli, minha fiel escudeira desde minha chegada ao GEPDI, minha terapeuta indireta e sem fins lucrativos, coorientadora em off, parceira de reuniões, estrada, planilhas sem fim no Excel, longas conversas no WhatsApp e algumas raras cervejas. Aninha você não imagina o quanto foi fundamental ter você nos meus dias e ao meu lado nesse processo. Obrigada por compartilhar comigo o seu tempo, as alegrias, angústias e todas as inquietações frutos da pós-graduação e da vida adulta.

Às queridas Debora Chiariara e Rubia Donda por compartilharem comigo suas aflições e me ouvirem sempre que precisei. Por serem companhia e acolhimento sempre e nos piores dias. Por mesmo no caos de suas rotinas cheias de tarefas estarem sempre dispostas a me ajudar. Vocês foram incríveis! Gratidão por todo apoio, afeto e acolhimento, vocês são especiais! Se eu consegui, vocês vão tirar de letra! Contem muito comigo!

À minha aluna-amiga-consultora acadêmica Márcia Zanoli Meira pelas manhãs divertidas de 2ª e 4ª, por ouvir meus perrengues e rir para não chorar junto comigo e por todas as dúvidas esclarecidas quanto a burocracia acadêmica ao longo do percurso da pós-graduação e nas oportunidades de docência. Obrigada Marcinha!!

À veterana-amiga Valéria Duarte Garcia por altos papos via chat do Instagram e por me fazer lembrar por várias vezes que a tese faz/fazia parte da minha vida, mas não é/era a minha vida.

Aos amigos que fiz ao longo desse percurso e que tornaram mais fácil a minha caminhada, em especial: Alessandra Di Roma (obrigada por todos os conselhos diretamente de Paris, foi um prazer acompanhar uma parte da sua

trajetória e me inspirar na sua leveza para seguir o plano) e Vanessa Palermo (obrigada por todo apoio e incentivo sempre! Por sempre me encorajar mesmo sabendo o quão desafiador é seguir com a pós-graduação dividindo a vida acadêmica com a maternidade); Tadeu Acuna, Ricardo Sander, Douglas Komar e todos os outros com quem estreitei laços e pude dividir inúmeros momentos durante o meu processo de formação.

À minha irmãzinha de coração, mamãe do Netto, meu afilhado leãozinho lindo, Angela Fernandes, que tornou meus dias mais leves e felizes, por ser meu exemplo de determinação e me mostrar diariamente o quanto somos capazes de conquistar o que quisermos, principalmente quando temos um ser pequenininho que depende de nós e que nos dá força para seguir. Obrigada por estar sempre aí mesmo com 100km de distância entre nós, por ser ouvido, colo, por entender minhas angústias, me apoiar sempre, mesmo quando eu pensei em desistir, por correr por mim quando eu precisei me afastar das corridas, por ser a parceira de todas as horas. Amo você e o seu menino como se fosse meu!

À amiga-irmã Fabiana D'Alessandro pela amizade dessa e de outras vidas, por estar sempre com o ouvido pronto e com as palavras certas na hora certa, por me manter fiel no que eu acredito e não me deixar cair, pelas inúmeras correções de abstract em cima da hora, pelas revisões nos piores dias possíveis, pelas crises de riso de doer a barriga, por ser um exemplo e por todas as suas boas influências em minha vida, Love U coisa linda!

Às minhas amigas-comadres Alessandra, Joyce, Andressa e Fabiana, que me acompanham e fazem parte da minha vida antes mesmo do meu ingresso na graduação, vibram com minhas conquistas e me amparam nas minhas derrotas, mesmo que possa haver uma distância física entre nós.

À “máfia das divas” por serem mulheres incríveis cada uma na sua singularidade e por todos os encontros movidos a vinho, macarronada e muuuito riso. Nossas vidas seguiram caminhos diferentes, mas vocês estiveram comigo quando decidi encarar esse desafio e continuamos juntas em pensamento e no coração! Meu muito obrigada com saudades à Kalyhan Harada, Patrícia Prudente, Natália Munhoz, Silvia Ramos e Gabriela Cantão.

Aos membros do GEPDI e do LALIS, pelas reflexões coletivas, pelo aprendizado compartilhado, pelo apoio e colaboração nas etapas iniciais da minha pesquisa.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP/Marília.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CNPq/CAPES) pelo apoio.

Aos participantes desta pesquisa, por terem dedicado um tempinho de suas vidas para colaborar com este trabalho, promovendo minha reflexão diante do tema proposto. Com certeza a contribuição de vocês foi fundamental para que esse estudo tomasse forma.

Aos meus estudantes da graduação que compartilharam comigo experiências únicas em momentos distintos da minha formação acadêmica, que me acolheram como docente e compreenderam a importância de estar à frente de uma sala de aula para mim. Obrigada por contribuírem com meu crescimento profissional, por todo carinho e acolhimento.

Aos meus clientes por compreenderem minhas ausências, partilharem minhas alegrias e estarem sempre na torcida por mim.

A todos os meus amigos que não foram nominalmente citados aqui, mas que de uma forma ou de outra contribuíram e participaram desta etapa de minha vida. Tenham certeza de que cada um de vocês tem um espacinho guardado no meu coração.

A todos que torceram pela minha vitória e àqueles que torceram pelo meu fracasso, afinal o que seria do azul se todos gostassem do amarelo?!

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram e me apoiaram direta ou indiretamente para a conclusão de mais esta etapa em minha vida.

LOUZADA, J.C.A. 2022. **O INES-Brasil e os indicadores de culturas, políticas e práticas inclusivas em uma universidade brasileira**. 262f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2022.

RESUMO

O desenvolvimento de políticas afirmativas tem contribuído para elevar o índice de matrículas de pessoas em situação de deficiência na Educação Superior. Convoca ainda, distintos membros da comunidade acadêmica a eliminar as barreiras de acesso e participação em defesa de uma universidade acessível a todos. Destarte, essa pesquisa objetivou investigar parâmetros de acessibilidade e inclusão em uma universidade pública brasileira considerando a resposta de estudantes, funcionários e docentes. Constituíram seus objetivos específicos: traçar o perfil dos participantes da pesquisa; identificar políticas institucionais que permitam compreender os indicadores levantados pelos participantes e, sugerir parâmetros que contribuam com a elaboração de um plano de melhora de gestão da educação inclusiva na Universidade. Para tanto, o trabalho descreveu a tradução, adaptação e aplicação do instrumento de pesquisa para identificar culturas, políticas e práticas inclusivas em contextos universitários (INES-Brasil), bem como sua aplicação em um campus de uma universidade pública brasileira no estado de São Paulo. As discussões sobre os materiais produzidos foram agrupadas em três eixos temáticos: culturas, políticas e práticas inclusivas, por considerar que os fatores que os produzem e/ou caracterizam nos espaços universitários, estão intrinsecamente interligados. A metodologia da semaforização auxiliou na análise dos indicadores em situação mais alarmante (índice de repostas abaixo de 40% - “semáforos” vermelhos) com intuito de destacar as barreiras identificadas nos eixos mencionados. O estudo revelou baixo índice de respostas no eixo culturas inclusivas que permitam explicar estratégias de visibilidade de pessoas em situação de deficiência, no ambiente universitário. No eixo políticas notamos o desconhecimento da comunidade acadêmica sobre referentes administrativos de avaliação da qualidade do ensino que considere a presença e participação de diferentes coletivos, no desenvolvimento e implementação das políticas institucionais. Os indicadores analisados no eixo práticas inclusivas acenam para a necessidade de modificação dos processos educativos que considerem um currículo flexível, especialmente aos que demandam recursos e estratégias diferenciadas, como potencializadores para aprendizagem e desenvolvimento formativo e de práticas laborais na universidade. Ainda convidam a comunidade acadêmica a pensar a constituição e desenvolvimento dos sujeitos na contemporaneidade, na qual nos permite compreender que as experiências humanas se materializam em contextos diversos, nos quais as singularidades e subjetividades se revelam inclusive aos que se reconhecem em situação de deficiência. Os resultados apontam para a importância de desenvolvimento de referentes de avaliação institucional direcionadas a promoção de equidade, justiça social e de acesso à Educação Superior a todos. Isso posto, o INES-Brasil se mostrou uma ferramenta que permite elucidar as barreiras identificadas nos diferentes eixos da pesquisa e/ou transformá-las em agentes facilitadores da inclusão no ambiente universitário.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Acessibilidade. Ensino Superior. Instrumento de Avaliação.

LOUZADA, J.C.A. 2022. **The INES-Brazil and cultures, policies and inclusive practices indicators in a brazilian university**. 262f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2022.

ABSTRACT

The development of affirmative action policies has contributed to elevate the enrollment index of people in disability situation on Higher Education. They also encourage distinct members of the academic community to eliminate the barriers in the access and participation in defense of an accessible university for all. Thus, the aim of this research was to investigate inclusion and accessibility parameters in a Brazilian public university considering the students, employers and teachers' responses. The specific aims were: to identify the research participants profile; to identify institutional policies that allow the understanding of indicators revealed by the participants and; to suggest parameters that contribute to create an improvement plan of inclusive education in the management area in universities. For this, the study described the translation, adaptation and application of the instrument to identify cultures, policies and inclusive practices in university contexts (INES-Brazil), as well as their application on a campus of a Brazilian public university in São Paulo state. The discussions about produced materials were grouped in three thematic axes: inclusive cultures, policies and practices. In this research, the factors that produce them in the university context were interconnected intrinsically. The traffic light method assisted in the analysis of the most alarming situation indicators (index of answers below 40% - red traffic light) aiming at highlighting the barriers identified in the mentioned axes. The study revealed a low index of responses on the inclusive cultures axis that allows the explanation of the visibility strategies of people in disability situation in the university context. In the policies axis we noted the lack of awareness of the academic community about administrative referents of teaching evaluation quality that considers the different collective's presence and participation in the development and implementation of institutional policies. The analyzed indicators in the inclusive practices axis demonstrate the educative process requirement of modification that considers a flexible curriculum, especially those that demands differentiated resources and strategies, as enhancers for formative development, learning and university work practices. They also invite the academic community to think about the constitution and development of contemporary times' subjects, which allows us to understand that humans' experiences materialize in different contexts, in which singularities and subjectivities are revealed even to those who recognize themselves in a disability situation. The results point to the importance of the development of institutional evaluation referents directed at promoting equity, social justice and higher education access for all. Then, INES-Brazil shows it can be a tool that allows the clarification of the identified barriers on different axes of the research and/or transform them into inclusion facilitator agents in the university context.

Key-words: Inclusive education. Acessibility. Higher education. Assessment Instrument

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Descrição das principais políticas educacionais e inclusivas ao longo dos anos.....	49
Quadro 2. Participantes das reuniões do Grupo Coordenador do estudo	55
Quadro 3. Participantes das etapas de avaliação do instrumento após as reuniões do Grupo Coordenador.....	56
Quadro 4. Descrição do número de estudantes com NEEs autodeclarados, por curso de graduação.....	70
Quadro 5. Fatores, indicadores, correspondentes ao eixo “culturas inclusivas” e sua classificação quanto ao tipo de resposta na escala.....	71
Quadro 6. Fatores, indicadores, correspondentes ao eixo “políticas inclusivas” e sua classificação quanto ao tipo de resposta na escala.....	72
Quadro 7. Fatores, indicadores, correspondentes ao eixo “culturas inclusivas” e sua classificação quanto ao tipo de resposta na escala.....	73
Quadro 8. Eixos da pesquisa, indicadores e níveis de modificação	76
Quadro 9. Indicadores do eixo “culturas inclusivas”, percentual de modificação e ações propostas para elaboração de um plano de melhora.....	97
Quadro 10. Indicadores do eixo “políticas inclusivas”, percentual de modificação e ações propostas para elaboração de um plano de melhora.....	98
Quadro 11. Indicadores do eixo “práticas inclusivas”, percentual de modificação e ações propostas para elaboração de um plano de melhora.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Semaforização com agrupamento de algumas categorias de interesse	66
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Total de matrículas de ingressantes no ensino superior por ano, no Brasil (em azul) e no estado de São Paulo (em laranja).	27
Gráfico 2. Dados do anuário estatísticos referentes aos estudantes da graduação e da pós-graduação matriculados, bem como docentes e funcionários ativos nos anos de 2019 e 2020.....	68
Gráfico 3. Distribuição dos participantes na pesquisa conforme preenchimento do formulário INES-Brasil.....	69
Gráfico 4. Distribuição dos participantes na pesquisa conforme preenchimento do formulário INES-Brasil, por sexo.	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Print ilustrativo do Formulário do Sistema de Graduação – SisGrad no momento de preenchimento de informações quanto a autodeclaração da condição de pessoa em situação de deficiência 61

Figura 2. Print ilustrativo do Formulário do Sistema de Pós-Graduação – SisPG no momento de preenchimento de informações quanto a autodeclaração da condição de pessoa em situação de deficiência. 62

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
BNC – Base Nacional Comum
CAADI - Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade
CAEE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLAI – Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COPE – Coordenadoria de Permanência Estudantil
CPPE - Comissão Permanente de Permanência Estudantil
CUD – *Comisión Universitária sobre Discapacidad*
DUA – Desenho Universal da Aprendizagem
EaD – Ensino à Distância
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
GC – Grupo Coordenador
GEPDI – Grupo de Estudos e Pesquisas em Deficiência e Inclusão
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Educação Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INES – *Índice de Inclusión para Educación Superior*
LBI – Lei Brasileira de Inclusão
LGBTQIA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
NEE – Necessidades Educacionais Especiais
OBEDUC – Observatório de Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PDI – Plano de desenvolvimento Institucional
PNE – Plano Nacional de Educação

PPGPDA – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

PPGE – Programa de pós-graduação em Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEMESP - Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação de São Paulo

SisGrad – Sistema de Graduação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SisPG – Sistema de Pós-graduação

SiSu – Sistema de Seleção Unificada

SisRH – Sistema de Recursos Humanos

TGD – Transtornos Globais do Desenvolvimento

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNLP – *Universidad Nacional de La Plata*

UPIAS – *The Union of the Physically Impaired Against Segregation*

SUMÁRIO

Apresentação.....	22
Introdução.....	24
A Educação Superior no Brasil	25
Do modelo médico ao modelo social da deficiência e suas críticas.....	30
Acessibilidade no Ensino Superior	35
Culturas, Políticas e Práticas Inclusivas.....	44
Instrumentos de avaliação do Ensino Superior	50
Objetivos Geral e Específicos	53
Método.....	53
Tipo de pesquisa,local e participantes	53
Da tradução e adaptação no instrumento	56
Coleta de dados	59
Da identificação do perfil dos estudantes da universidade	59
Aspectos éticos da pesquisa.....	63
Da aplicação do instrumento INES-Brasil	63
Critérios de seleção da amostra do estudo	64
Procedimento de análise de dados	65
Resultados e discussão	68
Perfil dos participantes.....	68
Os indicadores do INES-Brasil e os eixos da pesquisa	70
O INES-Brasil e a semaforização.....	75
Eixo Culturas Inclusivas	78
Eixo Políticas Inclusivas.....	83
Eixo Práticas Inclusivas	91
Da proposta de um plano de melhora	94
Considerações finais	103
Referências	106
Apêndice A - Avaliação por Juízes I	120
Apêndice B - Avaliação por Juízes II	125
Apêndice C - Avaliação por Juízes III	126
Apêndice D - INES – BRASIL	134

Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	143
Apêndice F - Relação das políticas e ações institucionais de acordo com os indicadores do eixo “culturas inclusivas”	145
Apêndice G - Relação das políticas e ações institucionais de acordo com os indicadores do eixo “políticas inclusivas”	155
Apêndice H - Relação das políticas e ações institucionais de acordo com os indicadores do eixo “práticas inclusivas”	169
Apêndice I - Descrição dos indicadores do INES-Brasil, nível de modificação e ações propostas para o eixo “culturas inclusivas”	198
Apêndice J - Descrição dos indicadores do INES-Brasil, nível de modificação e ações propostas para o eixo “culturas inclusivas”	204
Apêndice K - Descrição dos indicadores do INES-Brasil, nível de modificação e ações propostas para o eixo “culturas inclusivas”	216
Anexo 1 - Tabela de semaforização (COLÔMBIA, 2017b).....	239
Anexo 2 - Quadro 1. Objetivos estratégicos, linhas de ação, eixos de inserção e indicadores de avaliação (UNESP, 2022).	240

APRESENTAÇÃO

Formada em Educação Física, fui aluna da última turma de Licenciatura plena em Educação Física ofertada pela UNESP/Bauru com ano de conclusão em 2009. Iniciei os caminhos da pesquisa ainda na graduação, contudo, nesse período conduzi estudos de natureza experimental no campo da fisiologia. Fui bolsista de iniciação científica nesta área ao longo de todo o meu percurso de formação inicial. Ao concluir meu curso ingressei como professora de educação física do ensino fundamental na rede estadual de ensino. Nesse momento da minha carreira profissional me deparei com um dos meus maiores desafios no âmbito da educação: incluir os estudantes em situação de deficiência em minhas aulas. Tendo em vista minha área de interesse inicial na graduação, ao me ver mergulhada no ambiente escolar, até então por mim frequentado apenas nas práticas de ensino desenvolvendo os estágios, enfrentei algumas dificuldades com as quais tive que lidar sozinha. Inicialmente acreditava que sentia essas dificuldades por não ter tanto contato com essa área no campo da Educação Física, porém pude observar que não eram dificuldades apenas minhas, principalmente no que diz respeito ao atendimento de estudantes em situação de deficiência nas aulas de Educação Física. Diante das minhas inquietações resolvi buscar auxílio em um grupo de pesquisa que discutisse a temática e dessa forma tive meu primeiro contato com os membros do GEPDI – Grupo de Estudos e Pesquisa em Deficiência e Inclusão, desenvolvido no Departamento de Psicologia da UNESP/Bauru, grupo no qual passei a frequentar para tentar esclarecer algumas dúvidas e ampliar meus conhecimentos relacionados à temática da pessoa em situação de deficiência e faço parte até hoje. Ao longo das reuniões do grupo de estudos surgiu a possibilidade de trabalho com um projeto em rede intitulado “Acessibilidade no Ensino Superior”, financiado pelo Programa Observatório da Educação (OBEDUC/CAPES nº 49/2012), no qual tive a oportunidade de aprofundar o conhecimento acerca da Educação Inclusiva e das políticas públicas a ela relacionadas. Desse modo, foi possível realizar uma aproximação da minha área de formação e atuação com a temática central do projeto em rede acima citado. Como consequência me interessei em retomar os estudos no âmbito da pós-graduação e a convite da professora Sandra Eli iniciamos uma parceria de muito estudo, trabalho, compreensão e desafios. Em

minha dissertação de mestrado tentamos alinhar nossos interesses junto as possibilidades do projeto OBEDUC e concluí meu trabalho sob o título “INCLUSÃO EDUCACIONAL: em foco a formação de professores de Educação Física” no ano de 2017. Imersa na temática sobre Acessibilidade no Ensino Superior, iniciei um novo percurso, desta vez almejando o doutorado em educação. Nessa fase da minha vida acadêmica já não me preendi mais a minha formação inicial (educação física), já havia me encontrado na educação ao longo do mestrado, apesar de todas as dificuldades. Assim, juntamente com a professora Sandra, me dediquei a busca por encontrar uma forma de identificar as barreiras de acessibilidade no ensino superior, com intuito de realizar uma intervenção que não foi possível em virtude da pandemia e, assim realinhamos nossas expectativas e traçamos um novo plano para minha pesquisa com a proposta de tradução, adaptação e aplicação do INES. Pouco antes do período pandêmico, tive a oportunidade de participar de um programa de mobilidade (PEEPg/AUGM de 2019) e conheci um pouco da realidade do ensino superior em uma universidade em La Plata na Argentina, bem como o trabalho desenvolvido pela comissão universitário de acessibilidade. O percurso até aqui foi marcado por muitos períodos de pausa para “recalcularmos a rota”, não só devido as minhas dificuldades de compreender algumas concepções dentro da temática, mas também em virtude do momento que o mundo vivenciou/vivencia com a Pandemia Covid-19; além disso fui abençoada com a graça da maternidade ao longo desse processo. Foi uma caminhada difícil e por vezes me questioneei se daria conta de concluí-la, em alguns momentos cheguei a pensar em desistir, mas com o apoio e compreensão da professora Sandra e de todos que me cercam mantive a linha de chegada sempre na mirada dos meus olhos. E apresento aqui os resultados da minha pesquisa de doutorado que teve por objetivo identificar parâmetros de acessibilidade e inclusão em uma universidade pública brasileira. Esses resultados trazem consigo a oportunidade de pensar possibilidades de mudanças a fim de promover a participação ativa dos estudantes em condição de vulnerabilidade, com destaque para aqueles em situação de deficiência e então propor um plano de melhora exequível para toda comunidade acadêmica considerando como plano de fundo as políticas institucionais já existentes no contexto universitário.

INTRODUÇÃO

Considerando a hipótese de que a comunidade acadêmica e não só os estudantes que enfrentam barreiras de acessibilidade podem identificar quais são essas barreiras no ambiente universitário, partimos do princípio de que dar espaço de resposta a todos os envolvidos no contexto do ensino superior possibilitaria olhares diferentes sob um mesmo foco, a acessibilidade e a inclusão. Nesse sentido, essa pesquisa buscou identificar indicadores de acessibilidade e inclusão em uma universidade pública brasileira considerando a resposta de estudantes, funcionários e docentes.

O estudo foi organizado em cinco tópicos teóricos que trazem uma revisão acerca da temática investigada, bem como aspectos conceituais relacionados a pesquisa, seguidos de um tópico descritivo que detalha o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento do trabalho; os resultados da pesquisa acompanhados de uma breve discussão, na sequência um tópico que apresenta uma proposta de plano de melhora e por fim as considerações finais.

Seguindo o delineamento proposto, os tópicos teóricos se apresentam como segue:

- A educação superior no Brasil
- Do Modelo médico ao modelo social da deficiência e suas críticas
- Acessibilidade no ensino superior
- Culturas, políticas e práticas inclusivas
- Instrumentos de avaliação do ensino superior

Na etapa do trabalho que discorre sobre a metodologia empregada na pesquisa apresentam-se todos os dados específicos do estudo, a saber: o local do estudo, os participantes, instrumentos, os procedimentos de coleta e tratamento dos dados, bem como a análise empregada para se chegar aos resultados.

Por fim os resultados demonstram quais indicadores necessitam de atenção considerando a visão da comunidade acadêmica, bem como quais políticas institucionais e estratégias a universidade já dispõe. Desse modo esperamos que as discussões apresentadas no estudo possam contribuir para a melhoria nas condições de acessibilidade no ensino superior dos estudantes em situação de deficiência, além de promover não só o seu acesso e

permanência, mas garantir a sua participação ativa no ambiente universitário com equidade e justiça social, além de afirmar a efetividade do INES-Brasil enquanto instrumento para o levantamento das barreiras de acessibilidade e permanência no ensino superior.

A Educação Superior no Brasil

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Como destaca o artigo 205 da constituição supracitada, a educação é um direito social que deve ser garantido à sociedade. No tocante a educação superior, o artigo 208 define que “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) dispõe sobre a educação superior em seu artigo 43 e destaca alguns princípios deste nível de ensino, dentre eles estimular a criação cultural e pensamento reflexivo, visar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, incentivar o trabalho de pesquisa durante a graduação (iniciação científica), integrar os conhecimentos adquiridos, promover a extensão, dentre outros.

Contudo, muitas mudanças ocorreram até chegarmos a esse formato de instituição de ensino superior (IES) que temos nos dias de hoje. Em 1931, a Reforma Francisco Campos instituiu inúmeros decretos, dentre eles o decreto de nº 18.951 que trazia em seu texto a preferência do ensino superior no Brasil ao sistema universitário, embora pudesse ser ministrado em institutos isolados com seus respectivos regulamentos. Nessa mesma década foi definida a base curricular em três graus de ensino: primário, médio e superior. Posto isto, o sistema educacional brasileiro adotou a seguinte terminologia:

primeiro grau, constituído por escolas maternais, jardins de infância e ensino primário de quatro anos; grau médio, compreendendo dois ciclos, o ginasial de quatro anos que abrangia o secundário e os cursos técnico-industrial, agrícola e comercial, vindo depois o ciclo colegial de três anos, com as modalidades de clássico e científico que

complementavam o secundário, bem como as formações que finalizavam o primeiro ciclo de natureza técnica, além do curso normal voltado para a formação de professores; e grau superior, compreendendo os cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão (MARCHELLI, 2014, p.1483).

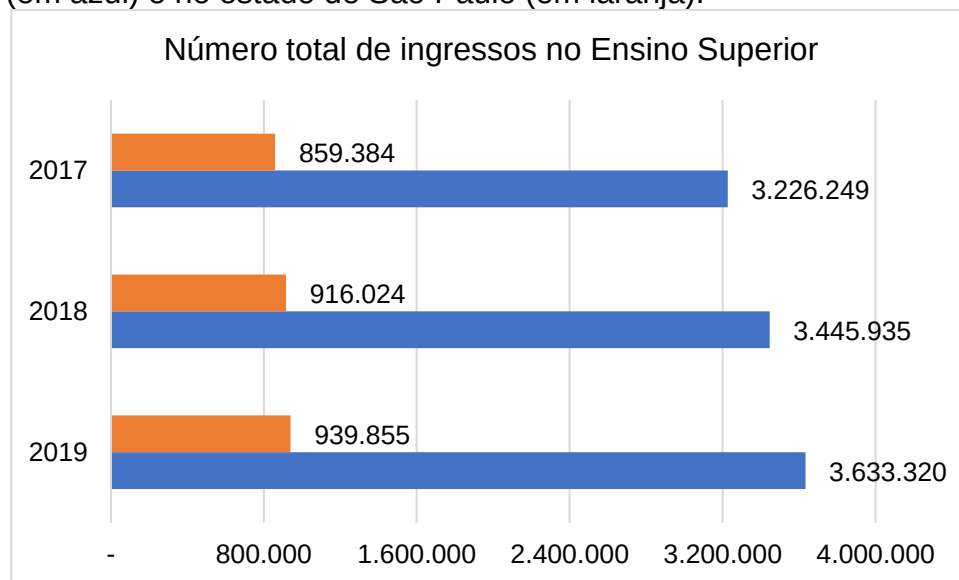
Os pilares da educação superior que se apresentam hoje como essenciais para a configuração de uma universidade (ensino, pesquisa e extensão), assumiram o lugar de uma instituição que priorizava o ensino em detrimento das atividades de pesquisa e investigação. Somente em meados de 1970 é que a indissociabilidade desses três pilares passou a caracterizar a estrutura das IES, tendo sido firmada com a constituição de 1988 (BRASIL, 1988; ROTH *et al*, 2013; BALBO, 2018).

Desse modo, as IES apresentam-se atualmente em diferentes formas de organização acadêmica detalhadamente descritas no Resumo Técnico da Educação Superior publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) anualmente, considerando suas características específicas e reafirmando que o que diferencia a universidade dos demais formatos de organizações acadêmicas do ensino superior é a obrigatoriedade do tripé ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, apresentam-se como: a) Centros Federais de Educação Tecnológica, caracterizados pela atuação prioritária na área tecnológica; b) Centros Universitários, caracterizados pela oferta do ensino de excelência; c) Faculdades, caracterizadas por atuarem em um número reduzido de áreas do saber; d) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino; e) Universidades – instituições de educação superior que **devem oferecer, obrigatoriamente, atividades de ensino, de pesquisa e de extensão** (serviços ou atendimentos à comunidade) em várias áreas do saber (BRASIL/INEP, 2019, grifos do autor).

Considerando as diferentes possibilidades de oferta de ensino em nível superior, observa-se aumento nas taxas de matrícula de ingressantes nos últimos anos conforme demonstra o gráfico 1. Assim sendo, Stalivieri (2007) sugere que a expansão do ensino superior se deve a um reflexo do crescimento do ensino médio que gera dois grandes impulsos para esse movimento:

as necessidades do mercado de trabalho que demanda profissionais capacitados, com novo perfil e novas qualificações profissionais e novos conteúdos e; as aspirações culturais que fazem com que o acesso ao Ensino Superior faça parte da cultura dos jovens que saem do ensino médio com interesse nunca antes visto (STALIVIERI, 2007, p.53).

Gráfico 1- Total de matrículas de ingressantes no ensino superior por ano, no Brasil (em azul) e no estado de São Paulo (em laranja).



Fonte: CENSO/INEP (2019)

Além disso, uma das metas do Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) é “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos”. Dentre as estratégias para se efetivar essa meta destacam-se algumas metas apresentadas no referido documento com vistas a promover a inclusão de grupos historicamente desfavorecidos conforme segue:

12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.9) ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.10) assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;
12.15) institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, o acesso a esse nível de ensino tem crescido de forma exponencial, 44,5% de 2009 para 2019 (BRASIL/INEP, 2019), contudo, há ainda muitas questões que perpassam esse processo conforme destacam as metas do PNE descritas anteriormente, dentre elas as condições de acessibilidade e a qualidade do ensino, bem como a permanência dos grupos em situação de vulnerabilidade, com destaque para os estudantes elegíveis ao uso dos serviços da educação especial (em situação de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação), que, requerem dentro do espaço universitário a disponibilidade de recursos pessoais e materiais para que seu curso se desenvolva em condições adequadas as suas necessidades.

Nesse aspecto, Matuoka (2019) destaca a importância de se avaliar a qualidade do ensino ofertado nas instituições de ensino superior. A autora ressalta ainda a ampliação do ensino à distância (EaD) o que caracteriza uma tendência de mercadorização da educação superior, e níveis de evasão sustentados de até 30% na rede privada e 18% na rede pública nos últimos cinco anos (INSTITUTO SEMESP, 2021).

Destarte, algumas ações afirmativas foram propostas ao longo dos anos com a finalidade de democratizar o acesso à educação e reduzir os índices de evasão no ensino superior. Dentre elas podemos citar as cotas étnico-raciais; o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, que tem por intuito subsidiar a redução das taxas de evasão, aproveitamento de vagas ociosas, otimização da mobilidade estudantil, reorganização curricular, diversificação da oferta de cursos de graduação, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; o Sistema de Seleção Unificada – SiSu, que visa ofertar vagas para os candidatos com melhores resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que facilita a ocupação de vagas a estudantes de baixa renda em instituições privadas e orienta a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES; e o Programa de Inclusão no Ensino Superior – INCLUIR, que amparado em dispositivos legais e

em orientações de organismos internacionais, tem como meta a democratização do ensino, visando atender grupos populacionais em situações de vulnerabilidade social, com a finalidade de assegurar o direito da pessoa em situação de deficiência à educação superior (BRASIL, 2013; MATUOKA, 2019).

É fato, que todos esses programas que surgiram para oportunizar o acesso ao ensino superior, exerceram e exercem grande influência nos números de matrículas observados nos dias de hoje. Estudantes que antes tinham por objetivo apenas concluir o ensino médio e buscar alguma oportunidade no mercado de trabalho e/ou em algum curso técnico, hoje almejam ingressar e concluir o ensino superior, para então constituir uma carreira sólida no mercado de trabalho.

Contudo, possibilitar o acesso e garantir a participação com qualidade para a formação de profissionais capacitados ainda é um desafio no cenário educacional. Nesse sentido, com vistas a promover uma sociedade inclusiva e favorecer o acesso e investimentos à educação superior, no ano de 2009 a Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 – As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social (UNESCO, 2009) trouxe à tona discussões acerca não só do acesso à educação superior mas da necessidade de se promover uma participação e conclusão efetiva dos estudantes, uma vez que permitir o acesso sem condições ideais de desenvolvimento ao longo do curso não se consolida como uma política afirmativa desse nível de ensino.

Todas essas ações dão suporte ao aumento no número de matrículas no ensino superior, inclusive o aumento no número de matrículas de pessoas em situação de deficiência constatado atualmente nos levantamentos das bases censitárias. Dados recentemente publicados na base de dados da pessoa com deficiência no estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2019) apontam que o estado tem 9.359 estudantes com deficiência cursando o ensino superior e 1.383 que concluíram essa etapa de ensino. No Brasil, de acordo com o censo da educação superior, o número de estudantes que se autodeclararam com alguma necessidade característica do público-alvo da educação especial e transtorno do espectro autista soma 48.520 (BRASIL/INEP, 2019).

Apesar do aumento no número de matrículas no ensino superior por grupos em condição de vulnerabilidade social e ainda caracterizados por àqueles

considerados elegíveis aos serviços da educação especial, estes correspondem a 0,53% da população geral ingressante em 2019, conforme pode-se notar acima. Diante desse fato, inúmeras pesquisas têm se debruçado em compreender os motivos que dificultam a conclusão do processo formativo das pessoas em situação de deficiência na universidade (CARVALHO FILHA *et al*, 2017; MESQUITA e BAPTISTA, 2019; OLIVEIRA *et al*, 2020; CIANTELLI *et al*, 2021).

Dentre esses estudos se destacam os que buscam compreender como os diferentes membros da comunidade acadêmica concebem a compreensão da deficiência à luz dos campos do conhecimento nas áreas da psicologia social, da sociologia, antropologia e de direitos humanos, na qual o seu acesso e participação aos bens materiais produzidos socialmente na universidade, estão relacionados às garantias de sua participação nos diferentes espaços e contextos educacionais, e tem se tornado uma perspectiva constante na atualidade (ALVES, 2017; MESQUITA e BAPTISTA, 2019; CIANTELLI *et al*, 2021), portanto considerada aspecto fundante neste estudo, conforme descrito a seguir.

Do modelo médico ao modelo social da deficiência e suas críticas

Se considerarmos que as pessoas em situação de deficiência são parte constituinte dos grupos vulneráveis assistidos pelas políticas de educação inclusiva, se faz necessário discorrer brevemente sobre a forma como a deficiência é compreendida nos dias de hoje e de que modo foi considerada ao longo dessa pesquisa. Nesse sentido é importante destacar que a concepção da deficiência que se tem atualmente nem sempre foi assim, se fizermos um retrospecto, teremos diferentes momentos da história da pessoa em situação de deficiência com variações na nomenclatura adotada para se referir a elas, bem como mudanças de paradigmas atribuídos para compreendê-la a cada recorte histórico a partir de diferentes teorias e de diferentes áreas da produção do conhecimento (MAGNABOSCO e SOUZA, 2019).

O ponto mais importante nesse processo de reformulação se deve ao modo como a deficiência é percebida pelas pessoas. Nepomuceno (2019) apresenta nove modelos de deficiência encontrados ao longo de uma revisão de

literatura, dentre eles o mais antigo é o modelo médico e o mais recente o modelo social. O modelo médico atribuía a deficiência a uma particularidade do indivíduo, algo relacionado a sua estrutura biológica, passível de cura e/ou reabilitação (OMOTE, 1996; GABEL e CONOR, 2008). Associava-se a situação de deficiência como déficit (SHAKESPEARE e WATSON, 2002). Para alguns autores, este modelo caracterizava a deficiência como uma tragédia pessoal, algo que acomete o sujeito (PICCOLO e MENDES, 2013). Ainda sobre o modelo médico, no século XX Omote (1996) já destacava a falha existente ao “padronizar” a deficiência, deixando de considerar contextos, habilidades e interesses dos indivíduos com deficiência. Mello, Nuernberg e Block (2014) apontam que esse modelo concebe a deficiência como algo passível de ajustes e de se aproximar aos padrões de normalidade. Para Silva *et al* (2019) esse modelo coloca as pessoas em situação de deficiência no lugar de doentes e inválidos.

Nesse sentido, o modelo médico se relaciona diretamente a perspectiva capacitista, que segundo Mello (2016) apresenta duas razões para utilização do termo no Brasil:

“a primeira é a demanda de urgência para visibilizar uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência e, por consequência, dar maior visibilidade social e política a este segmento; a segunda deriva do próprio postulado da teoria crip¹, ou seja, para desconstruir as fronteiras entre deficientes e não deficientes é necessário explorar os meandros da corponormatividade de nossa estrutura social ao dar nome a um tipo de discriminação que se materializa na forma de mecanismos de interdição e de controle biopolítico de corpos com base na premissa da (in)capacidade, ou seja, no que as pessoas com deficiência podem ou são capazes de ser e fazer” (MELLO, 2016, p.3276).

Corroborando com essas razões, Muccini (2017), aponta que a perspectiva capacitista considera as pessoas em situação de deficiência inferiores as pessoas sem deficiência. De tal sorte, o modelo médico da deficiência tem sido amplamente criticado e em contraposição a este modelo

¹ Magnabosco e Souza (2019) utilizam a tradução de um trecho de McRuer (2006, p.33) para definir o que a Teoria Crip busca compreender “*como corpos e deficiências têm sido concebidos e materializados em múltiplas localizações culturais e como podem ser entendidos e imaginados como formas de resistência à homogeneização cultural*” (MAGNABOSCO e SOUZA, 2019, p.5). no campo dos estudos feministas e de gênero com relação a deficiência. Essa teoria vem à tona como crítica ao modelo social e será mais bem discutida em momento oportuno na sequência do texto.

destaca-se o modelo social da deficiência. Não obstante, não se pode abordar o modelo social da deficiência sem mencionar a UPIAS – *The Union of the Physically Impaired Against Segregation*, uma das primeiras entidades, se não a primeira, que defende o modelo social como um instrumento político com fins de transformação social (UPIAS, 1976). Ao considerar a opressão das pessoas em situação de deficiência, frequentemente marginalizadas, o surgimento da UPIAS mobilizou as pessoas em situação de deficiência a lutarem por seus direitos, e, mais que isso, exigir as mudanças necessárias.

Segundo Gabel e Connor (2008) o modelo social é reconhecido globalmente como uma forma de entender a deficiência considerando os contextos históricos, materiais e sociais. Mais que isso

“concentra-se nas consequências incapacitantes de exclusão social e isolamento e intervenções que tentam reestruturar sociedade para que as pessoas com deficiência sejam plenamente incluídas em todos os aspectos da vida social” (GABEL e CONNOR, 2008, p.381, tradução do autor).

No modelo social, atribui-se que a desigualdade está no contexto social e não no indivíduo, a deficiência passa a ser uma condição social, diretamente ligada ao modo de organização da sociedade, ou seja, o problema é a sociedade e a solução se dá com a conquista de mudanças sociais e políticas dentro deste contexto. Deve-se intervir na sociedade para que as pessoas em situação de deficiência possam participar de modo ativo e livre de barreiras ou impedimentos (FRANÇA, 2013). Nada é atribuído ao sujeito, mas sim ao contexto em que este se encontra, desse modo, essa concepção de deficiência induz a formulação ou (re)formulação de políticas públicas que discorram sobre a deficiência em diferentes contextos, mas, principalmente, no contexto educacional.

Em contrapartida, algumas pesquisas na atualidade criticam o modelo social por esse restringir a compreensão da deficiência centrada apenas na relação do sujeito com as barreiras presentes na sociedade (SHAKESPEARE e WATSON, 2002; OLIVER, 2004; SHAKESPEARE, 2014; McRUER, 2015; 2016; 2021; MAGNABOSCO e SOUZA, 2019). Segundo esses autores, é fato, que em algum momento, aqueles que defendem fortemente o modelo social mais rígido, como os britânicos, acabam tecendo comentários sobre dores e sofrimentos às

escondidas mesmo quando negam a importância do corpo abertamente (SHAKESPEARE e WATSON, 2002; SHAKESPEARE, 2014).

“Yet this inconsistency is surely wrong: if the rhetoric says one thing, while everyone behaves privately in a more complex way, then perhaps it is time to re-examine the rhetoric and speak more honestly” (SHAKESPEARE e WATSON, 2002, p.6-7)². Esse recorte trata exatamente esta inconsistência e questiona o comportamento daqueles que defendem o modelo social para que seja abordado com maior honestidade. Ou seja, é possível defender um modelo no qual a sociedade exerça maior influência sobre as dificuldades e barreiras enfrentadas pelas pessoas em situação de deficiência, contudo, estudos aludem para a necessidade de considerarem as condições que são impostas aos próprios corpos dos sujeitos em situação de deficiência. E que neste modelo há que se ultrapassar as reflexões restritas e de forma unidirecional focadas na relação do sujeito com as barreiras existentes em sociedade, sobretudo há que se incluir no centro do debate os aspectos ainda negligenciados para o alcance de formas organizativas da sociedade em uma perspectiva mais inclusiva.

Shakespeare e Watson (2002) não discordam da necessidade da remoção de barreiras incapacitantes e acreditam que o estresse opressor gerado pelo modelo médico em busca de cirurgias corretivas e reabilitação a todo custo é demasiado engano. Deve se priorizar a mudança social, mas não se pode negar a coexistência de ações preventivas frente a algumas deficiências (SHAKESPEARE e WATSON, 2002; OLIVER, 2004; SHAKESPEARE, 2013). É consenso entre os autores que devemos mobilizar esforços para romper com as barreiras sociais, mas é importante que estejamos atentos a tudo que pode implicar em dificuldade ou barreira para uma pessoa em situação de deficiência não somente em relação a sociedade.

Compartilham do mesmo pensamento Magnabosco e Souza (2019) quando afirmam que o modelo social

² “No entanto, essa inconsistência está certamente errada: se a retórica diz uma coisa, enquanto todos se comportam privadamente de uma forma mais complexa, então talvez seja hora de reexaminar a retórica e falar mais honestamente” (tradução nossa)

“negligencia os impactos que a lesão/deficiência traz para os corpos dos sujeitos por localizar as desvantagens da deficiência nas estruturas sociais que mantêm a desigualdade. Desconsidera, então, aspectos como dor, doenças crônicas e cansaço advindos da deficiência, que impactam os corpos, mas que não são solucionados com adequações arquitetônicas ou atitudinais” (MAGNABOSCO e SOUZA, 2019, p.6-7).

Contudo, não negam que o ambiente e os fatores sociais exerçam influência na afirmação da deficiência, o que se reforça nos discursos de McRuer (2015; 2016; 2021) ao falar sobre a importância de se fortalecer a busca por reconhecimento político, porém sem se caracterizar de forma identitária, mas sim com intuito de atender as demandas de todos, sejam elas de cunho político, social, físico, entre outros.

Não obstante, à luz do modelo social como ponto de partida e em diálogo com outras áreas do conhecimento e que se afastam do modelo biológico/médico, ainda predominante no Brasil, daremos destaque conforme postula Silva *et al* (2019) a aspectos que melhor contribuem para a compreensão da deficiência, numa perspectiva mais aberta para pensar a constituição e desenvolvimento dos sujeitos na contemporaneidade, considerando as relações sociais, de poder, econômicas, de justiça social, entre outras na qual nos permite compreender que as experiências humanas se materializam em contextos diversos, nos quais as singularidades e subjetividades se revelam. Portanto, implica sobretudo reconhecer que a deficiência se constitui a partir das múltiplas determinações num campo de dominação e de resistência dos discursos hegemônicos (oficiais) e contra hegemônicos, em torno das potencialidades desta pessoa. Por este motivo, optou-se por utilizar a expressão “em situação de deficiência”

Nesse sentido, Silva *et al* complementam que

“todos os aspectos são fundamentais, tanto os biológicos e funcionais, quanto os sociais, psicológicos, econômicos etc., ou seja, todos os aspectos que constituem a existência da pessoa na relação com o meio. [...] Não existe um único modelo que seja abrangente a ponto de absorver toda a complexidade da pessoa. [...] O modelo social da deficiência pode contribuir para diversas áreas do conhecimento, uma vez que esse modelo desloca o olhar direcionado à deficiência para a pessoa na relação com o contexto social e político” (SILVA *et al*, 2019, p.203)

Desse modo, a presente pesquisa levará em conta os indicadores que a comunidade universitária identifica como barreiras para inclusão com vistas a

repensar as possibilidades de culturas, políticas e práticas inclusivas no ambiente universitário. Assim, ao identificar quais lacunas a universidade apresenta quando se trata de inclusão, será possível sugerir práticas, estratégias e políticas com intuito de promover a permanência com participação efetiva, de maneira inclusiva, dos estudantes em situação de deficiência na instituição de ensino superior.

Acessibilidade no Ensino Superior

Partindo do princípio de que a acessibilidade é umas das principais questões abordadas no contexto da educação inclusiva, uma vez que sua efetivação por meio da remoção de barreiras pode viabilizar a participação dos estudantes de maneira efetiva e inclusiva no ensino superior, cabe discorrer sobre o que de fato é acessibilidade e como podemos definir os diferentes tipos de barreiras existentes na sociedade. Desse modo, a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (BRASIL, 2015) define por acessibilidade a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Na América Latina, outros documentos legais definem a acessibilidade com vistas a promover a inclusão de pessoas em situação de deficiência bem como a remoção de barreiras existentes nos diferentes espaços na sociedade. No ano de 2013 foi publicada a Lei Estatutária da Pessoa com Deficiência na Colômbia a fim de garantir o pleno exercício de direitos das pessoas em situação de deficiência (COLÔMBIA, 2013), que foi reiterada no ano de 2017 com o decreto nº 1421 que destaca os princípios da educação inclusiva considerados como marcos para o país: qualidade, diversidade, pertinência, participação, **equidade** e interculturalidade (COLÔMBIA, 2017c). E apresenta acessibilidade como

*“medidas pertinentes para asegurar el acceso de las personas con discapacidad, en **igualdad de condiciones** con las demás, al entorno físico, el transporte, la información y las comunicaciones, incluidos los sistemas y las tecnologías de la información y las comunicaciones, y a otros servicios e instalaciones. Estas medidas, incluirán la identificación y eliminación de obstáculos y barreras de acceso, de movilidad, de comunicación y la posibilidad de participar activamente en todas aquellas experiencias para el desarrollo de estudiante, para facilitar su autonomía y su independencia” (COLÔMBIA, 2017c – grifos das autoras).*

Do mesmo modo, no México, a “*Ley general para la inclusión de las personas con discapacidad*” apresenta dentre seus princípios a **equidade**, a justiça social, a igualdade de oportunidade, o respeito à dignidade, à autonomia, à diferença, à acessibilidade, à não discriminação, à transversalidade, entre outros e define acessibilidade como

*“Las medidas pertinentes para asegurar el acceso de las personas con discapacidad, en **igualdad de condiciones con las demás**, al entorno físico, el transporte, la información y las comunicaciones, incluidos los sistemas y las tecnologías de la información y las comunicaciones, y a otros servicios e instalaciones abiertos al público o de uso público, tanto en zonas urbanas como rurales” (MÉXICO, 2011 – grifos da autoras).*

No âmbito mundial, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência apresenta uma breve discussão acerca do termo acessibilidade definido como um dos princípios-chave no artigo 3º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006):

*Making accessibility (**and equality**) a reality means dismantling the barriers that hinder the effective enjoyment of human rights by persons with disabilities. Accessibility enables persons with disabilities to live independently and to participate fully in all aspects of life. Accessibility is important in all areas of life, but in particular in the physical environment, such as buildings, roads, housing and so on, transport, information and communications, and other facilities and services open to or provided to the public. (ONU, 2014, p.16 – grifos das autoras)*

Retomando às discussões sobre o termo no Brasil, recentemente, Ciantelli *et al* (2021) apresentaram três tendências de acessibilidade presentes na IES investigada, a saber: i) acessibilidade enquanto valores determinados por leis, decretos e normas técnicas; ii) a segunda tendência observada pelos autores considera os mesmos marcos indicados na primeira, contudo, direciona-se

quase que exclusivamente às pessoas com deficiência; iii) a terceira tendência indica uma definição com um olhar para além da deficiência, considerando

os marcadores sociais de classe, as diferenças étnicas, dentre outras que desenham uma existência marcada pela vulnerabilidade socioeconômica e por um conjunto de valores que a minimizam pela sua condição racial, de gênero, de orientação sexual, de classe etc. (CIANTELLI *et al*, 2021, p.13)

Nesta perspectiva se faz importante ponderar a interseccionalidade para problematizar as múltiplas experiências de opressão e exclusão das pessoas em situação de deficiência, na universidade. Considerar o lugar que o sujeito ocupa nesta sociedade, como: mulher, criança, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, pretas, populações sem documento, grupos indígenas, grupos linguísticos minoritários, entre outros. Olhar para formas combinadas de estigmas e opressão que esses grupos/sujeitos vivem, implica assumir que as desigualdades não se aplicam a todos em sociedade, mas apenas aos vulneráveis às mudanças no mundo globalizado, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas (COLLINS, 2021). Entretanto, a presente tese concentra-se em apenas um dos grupos vulneráveis presentes no espaço universitário, as pessoas em situação de deficiência, muito embora essas pessoas possam ser também mulheres, trans, pretas entre outros.

Outro aspecto importante a se considerar, trazido por Ciantelli *et al* (2021), se refere a acessibilidade e o senso comum, destacando-se a capacidade de extrapolar as questões arquitetônicas, que são reforçadas na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), caracterizando um avanço na compreensão de barreiras vistas por sujeitos que não estão em situação de deficiência, além disso, esse olhar mais amplo favorece a luta por direitos e a busca para que a sociedade e a universidade se tornem mais acessíveis com vistas ao que se almeja com o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) (CIANTELLI *et al*, 2021).

Destarte, ao se pensar a educação superior na perspectiva inclusiva, podemos caracterizar acessibilidade como toda e qualquer possibilidade destinada à um indivíduo que de alguma forma possa ter um impedimento para desempenhar uma função, compreender uma explicação, se deslocar com segurança em uma via, conseguir uma informação etc. Entre outros aspectos,

entendemos que esta compreensão envolve admitir como necessário e urgente a remoção de barreiras impostas pela sociedade, para qualquer pessoa, independente destas se encontrarem ou não na situação de deficiência. Mais que isso, pensar acessibilidade significa discorrer sobre a necessidade de consolidarmos espaços, recursos e serviços que sejam abertos a todos sem discriminação e/ou barreiras para uma vida autônoma no acesso aos bens materiais, de produção cultural e de circulação social.

Assim sendo, há que se pensar como transpor as barreiras que impedem a efetivação da acessibilidade no âmbito educacional. Para tanto, é preciso compreender quais são essas barreiras enfrentadas na luta por uma educação inclusiva de qualidade. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (2015), barreiras são:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (BRASIL, 2015, p.2).

Nesse aspecto, Pérez-Castro (2019) também destaca a importância de se reconhecer as barreiras para que possamos identificar os pontos fortes e implementar medidas que melhorem as práticas, processos e condições laborais e de estudo dos que interatuam na instituição. Ressalta ainda, que as barreiras não se caracterizam por si só, mas surgem da interação das condições sociais com as capacidades individuais, e sugere a necessidade de se compreender o conceito de facilitadores bem como trabalhar em prol do desenvolvimento destes.

Segundo a autora, facilitadores são todos aqueles fatores que favorecem a presença, a participação e a aprendizagem dos estudantes em situação de deficiência, resultando dessa forma no reconhecimento da diversidade humana. Contudo, embora seja fundamental identificar as barreiras para pensar nos fatores facilitadores da acessibilidade, não há estratégias bem definidas no âmbito do ensino superior sobre como perceber essas barreiras.

Pérez-Castro traz um exemplo prático em um de seus textos que ressalta a dificuldade encontrada ao distinguir uma barreira de um facilitador. O professor pode ser visto como um facilitador ou uma barreira no ambiente universitário e isso vai estar sujeito a forma como ele conduz suas práticas, aborda seus conteúdos e desenvolve suas metodologias em suas aulas (PÉREZ-CASTRO, 2019)

Alguns pesquisadores se debruçaram sobre essa temática da acessibilidade no ensino superior como parte de um Projeto em rede³. Os estudos, em geral, reiteram práticas sociais segregadoras que envolvem relações permeadas por preconceitos, falta de informação e de investimentos pedagógicos na qualificação docente para a formação de universitários em situação de deficiência, nessa etapa da Educação, entre outros aspectos. Como exemplos dessas pesquisas, destacam-se os estudos de Ciantelli (2015), que objetivou analisar as ações desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais brasileiras, com evidência para a atuação da Psicologia em prol da participação de estudantes em situação de deficiência no ensino superior; Branco (2015), que analisou os suportes e as barreiras de acessibilidade encontradas pelos estudantes em situação de deficiência, diante da sua participação no Ensino Superior de Pós-Graduação na Universidade Estadual Paulista (UNESP); Gavalhão (2017), que buscou analisar as práticas pedagógicas ofertadas a universitários surdos em uma Universidade pública brasileira; Louzada (2017), que dedicou a analisar propostas curriculares de formação de professores em cursos de Educação Física para atuar na

³ Projeto em rede: “Acessibilidade no ensino superior: da análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão”, financiado pelo Programa Observatório da Educação (EDITAL/CAPES No. 23038.002628/2013-41), teve por finalidade discutir as políticas públicas e as condições de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, coordenado pela Dr^a Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins (PPGE-FFC/Marília) e Dr^a Lúcia Pereira Leite (PPGPDA/Bauru).

perspectiva da educação inclusiva; Silva (2016), que teve como finalidade examinar como universitários em situação de deficiência retratavam a acessibilidade em três universidades públicas, entre outros.

Ciantelli (2015) relatou que embora tenham sido observados avanços no tocante a mudança do discurso quando se trata de acessibilidade e pessoa em situação de deficiência, há ainda muitas marcas e tensões sugerindo um longo processo para que as barreiras sejam de fato eliminadas. Contudo, a autora destaca que estão sendo traçados novos caminhos pelos núcleos de acessibilidade que visam favorecer a participação do estudante em situação de deficiência no espaço universitário. Nesse sentido, Branco e Leite (2016) destacaram o esforço de algumas unidades universitárias em tornar cada vez mais acessível o espaço acadêmico da pós-graduação, e de acordo com os entrevistados, a pós-graduação apresenta melhores condições relacionadas às suas necessidades específicas quando comparada a graduação, o que pode se justificar pela demanda quantitativa de estudantes ser em número reduzido quando comparada a esse montante nos cursos de graduação.

Corroborando com esses achados, Silva (2016) apontou evidências relacionadas a acessibilidade de estudantes em situação de deficiência quando eles indicaram ter acesso a recursos adaptados para realização de provas, tempo adicional, bolsa auxílio, adequações arquitetônicas entre outros. Porém não há uma sistematização da oferta desses serviços e apoios, o que não nos permite garantir que seja uma política institucional bem estabelecida. Do mesmo modo, Gavalhão (2017) observou que embora o ingresso de estudantes surdos tenha sido garantido de acordo com as questões de acessibilidade necessárias, o processo formativo e a permanência ainda passam por percalços marcados por omissão da instituição de ensino superior. Nesse sentido, Louzada (2017) observou que embora os cursos de licenciatura em uma determinada área ofereçam em suas grades curriculares disciplinas voltadas à educação inclusiva, o esforço em se abordar os conteúdos de maneira efetiva, bem como o conhecimento das coordenações de curso acerca da temática ainda é ínfimo.

Outros autores também não envidaram esforços para investigar o universo da educação superior e a inclusão da pessoa em situação de deficiência nessa esfera de ensino. Cabral (2017); Leite e Pletsch (2017) realizaram trabalhos com a finalidade de identificar o que foi produzido com relação a essa

temática. Cabral (2017) em uma análise de publicações dos últimos dez anos, concluiu que há que se construir uma cultura inclusiva nas universidades com o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, para que os projetos, serviços, a formação e o preparo de docentes e servidores sejam reformulados. Nesse sentido, Leite e Pletsch (2017) identificaram que, apesar dos avanços na produção científica acerca do tema, o modo como tem aumentado as matrículas de pessoas em situação de deficiência no ensino superior e o surgimento de novas políticas públicas nessa área, provocam a universidade a repensar algumas questões que ultrapassam os problemas de infraestrutura e destacam questões de ordem pedagógica, social e atitudinal.

O que observamos atualmente no campo das pesquisas em educação e especificamente no tocante às investigações relacionadas a acessibilidade e barreiras para inclusão, são estudos direcionados a identificar barreiras, mapear a presença de estudantes em situação de deficiência no espaço universitário e os entraves que estes estudantes enfrentam ao longo de sua trajetória, contudo, não há uma preocupação em direcionar ações para solucionar esses percalços. Muito se fala sobre a presença das barreiras e/ou a falta de acessibilidade mesmo com o aumento do número de matrículas dos grupos mais vulneráveis nos quais se encontram os estudantes em situação de deficiência, porém não há uma devolutiva por parte destas pesquisas para que esse quadro seja revertido e esse cenário se modifique. Há que se pensar de que modo a cultura das universidades aborda as questões relacionadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Esses estudantes têm visibilidade no ambiente universitário? Como a universidade dá suporte aos direitos humanos desse grupo? Há um espaço de fala e escuta para que estratégias sejam traçadas? Se faz necessário reformular o que possuímos atualmente com um viés fortemente capacitista para que nossa cultura no espaço universitário possa refletir em políticas e práticas inclusivas com vistas a promoção de justiça social.

Discutir sobre a acessibilidade no ensino superior, nos faz ponderar aspectos do aumento do índice de matrículas, principalmente por parte dos grupos vulneráveis, que impulsionaram as instituições de ensino superior a se adequar para atender as diferentes demandas que passaram a fazer parte desse nível de ensino. Compete observar que dentre esses grupos encontram-se os

estudantes elegíveis aos serviços da educação especial⁴ que se caracterizam como:

[...] àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BRASIL, 2015).

Esse avanço de matrículas no ensino superior brasileiro pode ser relacionado a políticas públicas instituídas há alguns anos e que gradativamente mudaram o cenário educacional. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) pode ser considerada um desses marcos, visto que prevê que as instituições de ensino Superior devem garantir a inclusão escolar dos estudantes em situação de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento⁵ e altas habilidades/superdotação. Além disso, participação e continuidade nos níveis de ensino mais elevados, fornecendo o atendimento educacional especializado e profissionais capacitados, bem como acessibilidade em seus diferentes níveis e participação da família e comunidade nesse processo.

Posterior a essa política, no ano de 2009 foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por meio do Decreto nº 6.949 que apresenta em seu artigo 9º a definição de acessibilidade

possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2009)

⁴ Cabe destacar que este trabalho irá mencionar o termo “educação especial” e em alguns momentos a terminologia “serviços da educação especial” e serão consideradas aqui as adequações necessárias e/ou existentes para atender aos alunos em situação de deficiência no espaço universitário. Contudo, esperamos que esta terminologia seja extinta em breve considerando os avanços nas discussões sobre o modelo social da deficiência e a teoria *crip*, uma vez que ter a necessidade de um “serviço especial” torna o ambiente educacional excludente e reforça o discurso capacitista sobre a necessidade de uma corponormatividade.

⁵ De acordo com a nova versão do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-V, 2020) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11) (OMS, 2022) a terminologia transtornos globais do desenvolvimento deixou de ser utilizada e agora adotou-se o termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) que contempla diferentes características antes compreendidas e identificadas separadamente.

Ao longo desse percurso outras políticas públicas foram instituídas e fomentaram ações com intuito de fortalecer a proposta de educação na perspectiva inclusiva (BRASIL, 2010; 2011; 2012; 2015; 2016; 2020). Contudo, mais recentemente o decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020 instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida com a finalidade de implementar “programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” que gerou grandes embates no setor educacional uma vez que apresentava em sua redação trechos que fundamentam um retrocesso no âmbito da educação inclusiva e teve sua publicação suspensa com pedido de revogação (previsto para 2022) dada sua comprovada inconstitucionalidade. Septimio *et al* (2021) relatam que a referida política fere os princípios das pessoas em situação de deficiência pois incentiva o atendimento em centros especializados, escolas e classes especiais, retroagindo aos preceitos do modelo médico. Atualmente o decreto está suspenso após audiência pública realizada com intuito de pedir sua revogação e deve ter conclusão definida no ano de 2022 (conforme previsão).

Dessa forma, não se pode negar que as políticas inclusivas têm permitido importantes conquistas, no panorama da educação superior. Contudo, devemos considerar que não basta que as pessoas em situação de deficiência estejam presentes nas salas de aula e/ou nos espaços regulares de ensino, se faz necessário um trabalho árduo para que esse grupo possa desfrutar do capital cultural existente nas instituições de ensino, nos seus diferentes níveis, sobretudo na Educação Superior e que estes espaços possibilitem a participação efetiva para essas pessoas. Não podemos assumir a ideia de que apenas o acesso aos espaços institucionais seja sinônimo de medidas e/ou atitudes que visem à eliminação de barreiras atitudinais, culturais e políticas discriminatórias capazes de favorecer a organização de práticas educativas inclusivas. Sabemos que as universidades defendem uma ideia de corpo-norma único, livre de diferenças, e, a cultura do ambiente universitário foi projetada em um contexto para receber os melhores estudantes, aqueles acima da média, que se

destacavam/se destacariam no mercado de trabalho, não destinando espaço àqueles sujeitos cujos corpos eram/são diferentes.

Intervir por universidades mais inclusivas implica atuar em favor do reconhecimento das diferenças e de que a educação promove o desenvolvimento e a transformação cultural do homem em sociedade. Assumi-la como um bem cultural da humanidade significa evitar de adjetivá-la como inclusiva e/ou especial, independentemente das características e apoios necessários à promoção e ao sucesso educacional do público nela presente. A valorização de conhecimentos acumulados pela experiência humana, ao ser considerada como constitutiva da formação desse público, em diferentes etapas de ensino, constitui-se então, um promissor para a superação das dicotomias existentes que impedem e/ou ainda dificultam o acesso a níveis mais elevados de formação acadêmica (LEITE; MARTINS, 2012).

Indiscutivelmente afirmar que toda a política gerada representa importante conquista, possibilita observar mudanças pontuais nos direitos, o que não valida uma mudança de concepção diante da pessoa em situação de deficiência que ainda parece carregada de marcas da exclusão. Problematicar a educação inclusiva em uma sociedade que produz exclusão direciona todos a superarem mecanismos que maximizam as barreiras enfrentadas por esse público, na Educação Superior, sobretudo os que inspiram a erradicação de barreiras atitudinais. Assim sendo, é fundamental que tenhamos em mente a necessidade de eliminar essa lacuna entre o que está posto nos documentos políticos e a realidade encontrada nos espaços educacionais, de modo que as políticas públicas sejam efetivadas com equidade e justiça social.

Culturas, políticas e práticas inclusivas

Não obstante e tendo em vista a necessidade de se promover acessibilidade no ensino superior considerando a identificação das barreiras presentes nesse contexto, políticas públicas tem sido implementadas e novas estratégias pensadas com intuito de possibilitar a participação ativa dos sujeitos em situação de deficiência no espaço universitário para que possam ser os atores principais de sua trajetória acadêmica com igualdade, equidade e justiça social. Posto isso, se faz necessário discorrer sobre movimentos que promovam

culturas, políticas e práticas inclusivas no ensino superior a fim de democratizar o acesso e a permanência dos estudantes em situação de deficiência e vulnerabilidade.

É mister considerar estudos e pesquisas que se dedicam a avaliar e investigar a promoção de culturas, políticas e práticas inclusivas em contextos educacionais, a exemplo dos trabalhos de Booth & Ainscow (2000). Interessados nesta temática, os autores elaboraram um referencial metodológico e procedimental cuja finalidade visa orientar a elaboração de plano de melhora da inclusão, denominado de INDEX. Considerando o instrumento que possibilita identificar os parâmetros para traçar uma avaliação de mudanças de atitudes, valores e aprendizagens e de participação da comunidade acadêmica, teve o uso e divulgação amplamente disseminada em vários países da América Latina e Europa. Sua aplicação tem sido recorrente e utilizada para os trabalhos na educação básica. (CROCHIK *et al*, 2011; LAGO, 2014; OLIVEIRA; SANTOS e GONÇALVES, 2014; SANTOS, 2015; MENINO-MENCIA, 2016). Pouco se sabe e/ou conhece da sua utilização e aplicação em estudos e pesquisas desenvolvidas no ensino superior.

Para os autores do INDEX (BOTH e AINSCOW, 2012, p.46) as culturas são constituídas e “expressas através da linguagem e dos valores em histórias, conhecimento, habilidades, crenças, textos, arte, artefatos, regras formais e informais, rituais...”, ou seja, tudo que a comunidade escolar compartilha em harmonia com objetivos comuns. Pensando em cultura inclusiva, a gestão e a administração escolar exercem influência direta com base em seus interesses e filosofias, excluindo ações discriminatórias e promovendo a inclusão (CANSINO, 2017). Botelho (2001) afirma que a cultura, sob uma ótica antropológica, se produz com a interação social dos indivíduos e o modo como pensam, sentem, constroem seus valores, “manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p.74). Corroborando com Both e Ainscow (2012), a autora afirma que “ cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (BOTELHO, 2001, p.74).

Gruman (2008) destaca que o conceito de cultura, com base no que se observa na Declaração do México sobre Políticas Culturais - MONDIACULT (1982), “dá a ideia universal dos direitos fundamentais do homem e os traços particulares, as crenças e os modos de vida que permitem aos membros de um

grupo sentir uma ligação especial e única com os outros membros” (GRUMAN, 2008, p.176). Não obstante, há ainda o conceito de cultura descrito por Nestor Garcia Canclini que

“conceituou cultura como um processo em constante transformação, diferenciando-se da tradicional visão patrimonialista, adotando uma postura de mobilidade e ação. Defendeu o polêmico conceito de relativismo cultural. Segundo ele, todas as culturas possuem formas próprias de organização e características que lhes são intrínsecas, embora possam nos parecer estranhas, devem ser respeitadas” (MACHADO *et al*, 2012, p.1)

Assim, não há como pensar em políticas e práticas inclusivas sem considerar a presença de culturas, principalmente quando estas se encontram imbricadas no mesmo fenômeno, que promovem valores e crenças de respeito as formas constitutivas da pluralidade humana (OLIVEIRA *et al*, 2014).

Para Booth & Ainscow (2000), o desenvolvimento de práticas inclusivas pode ser observado com base em uma lista de indicadores com intuito de organizar o processo de aprendizagem e mobilizar recursos, que vão desde o planejamento de aulas que atendam à diversidade dos estudantes até geração de recursos para apoiar a aprendizagem e participação de todos (BOOTH e AINSCOW, 2000, p.56-57).

Em contrapartida, Sebastián-Heredero e Anache (2020) afirmam que não há possibilidade de se catalogar práticas inclusivas, apenas pode-se considerar como inclusivas aquelas que conseguem possibilitar alternativas de trabalho incluindo todos os estudantes. Nesse aspecto, Santos (2015) considera como práticas inclusivas aquelas que visam o cuidado com o próximo e como este se relaciona com mecanismos institucionais e sociais. Para Menino-Mencia (2016) as práticas se definem pelo “desenvolvimento do que é, como se ensina e aprende, de maneira a refletir sobre os valores e as políticas inclusivas” (p.26). Desse modo, considera-se prática inclusiva toda e qualquer ação desenvolvida no ambiente de ensino com vistas a promover a participação e possibilitar a aprendizagem de todos os estudantes.

Há ainda que se observar o modo como essas práticas são conduzidas para que o aluno tenha autonomia para produzir e construir seu conhecimento, e se faz necessário considerar não apenas saberes teóricos, mas também populares, considerando assim, culturas e políticas voltadas ao contexto em que

essas práticas se reproduzem, conforme destaca Paulo Freire (1996) sobre a prática educativo-progressista. Para Freire (2003, p.70) a educação “implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo”, ou seja, todas as relações importam para que sejam proporcionadas práticas inclusivas e que a participação dos estudantes em situação de deficiência seja possibilitada em equidade aos demais.

Nesse caminho, outros autores também se debruçaram em busca de compreender culturas, políticas e práticas inclusivas no contexto educacional, fazendo uso de diferentes instrumentos e estratégias, com a finalidade de identificar percepções e ações dos envolvidos no processo de inclusão (MINHOTO, 2015; HERNÁNDEZ-SÁNCHEZ e CARRILLO, 2016; RODRÍGUEZ-MARTÍN, 2017; SEBÁSTIAN-HEREDERO e ANACHE, 2020). Minhoto (2015) destaca que o docente deve preocupar-se não somente com a dimensão ensino/aprendizagem, mas também com a dimensão social em igual proporção. Ou seja, promover práticas que possibilitem a apreensão de conteúdo por parte do aluno sem deixar de considerar a importância da sua relação/interação com os demais colegas.

Nesse sentido, Hernández-Sánchez e Carrillo (2016) analisaram os resultados de uma proposta de prática inclusiva chamada *blended learning* ou ensino híbrido. Os autores avaliaram o grau de bem-estar de estudantes com e sem deficiência auditiva submetidos a um programa de ensino na pós-graduação e concluíram que o método adotado atende as questões de acessibilidade, promove a participação de forma colaborativa, bem como a convivência presencial e online, além de evitar situações de ansiedade e frustrações. Há ainda, um compilado elaborado por Rodriguez-Martin (2017) com experiências distintas e exemplos de práticas exitosas promovendo a inclusão. Nesse material, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se apresenta como importante ferramenta para promoção de práticas inclusivas com diferentes formas de utilização no ensino superior (RODRÍGUEZ-MARTÍN, 2017).

Em contrapartida, Sebastián-Heredero e Anache (2020) elencaram alguns fatores que desalinham as iniciativas de se promover a inclusão como a falta de apoio, recursos ou organização e dessa forma implicam diretamente em uma divisão da proposta de inclusão entre as práticas educativas inclusivas e a

ausência de respostas para a construção de conceitos. Para suprir essas demandas as comissões de acessibilidade têm sido amplamente difundidas no ambiente universitário. Dados de uma revisão de literatura relacionada a temática em questão sugerem que o diálogo entre o aluno usuário dos serviços da educação especial e a universidade ocorre com maior facilidade naqueles espaços em que há comissões de acessibilidade, núcleos de ensino e ações dessa natureza (LOUZADA e MARTINS, no prelo). Ou seja, a organização da instituição de ensino superior para atender o aluno que necessita de serviços, recursos e adaptações para seu processo de formação é fundamental no processo de inclusão.

Nesse sentido não há como deixar de mencionar as políticas públicas inclusivas. É fato que as políticas que se aplicam ao contexto educacional e principalmente ao ensino superior necessitam ser colocadas em práticas a fim de viabilizar as práticas inclusivas na universidade. Cabe pontuar que as políticas têm papel fundamental no funcionamento de uma sociedade, desse modo, quando falamos de políticas educacionais inclusivas, estamos tratando de normas, leis e resoluções que interferem diretamente no funcionamento das instituições de ensino com intuito de torná-las inclusivas, muito embora, essas políticas não se implementam e se efetivam sem que haja participação da comunidade.

Nesse aspecto, Ball (1994; 2009) e outros pesquisadores da área (HOJAS, 2017; MAINARDES, 2018; SILVA E MARTINS, 2020) defendem o ciclo de políticas cuja abordagem discorre sobre o envolvimento da comunidade no processo de implementação das políticas e o modo como o contexto, as relações sociais e as manifestações de interesse podem influenciar essas ações. Assim sendo, as políticas no âmbito da educação estão sempre em movimento, seguindo o fluxo dos interesses da sociedade e buscando representar as necessidades dos coletivos (identidades e especificidades de classe, de cor e de sexualidade e pessoas em situação de deficiência).

O quadro 1 apresenta em ordem cronológica as principais políticas educacionais e inclusivas existentes e que de algum modo favorecem o acesso, a permanência e inclusão na educação superior.

Quadro 1. Descrição das principais políticas educacionais e inclusivas ao longo dos anos.

ANO	Descrição
1990	Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien)
1996	Lei nº9.394 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
1998	Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação
1999	Decreto 3.298 - dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
2001	Resolução CNE/CEB 2 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
2002	Lei nº 10.436 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências
2005	Decreto nº 5.626 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais
2008	Decreto nº 6.571 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado
2008	Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
2009	Conferência Mundial sobre Ensino Superior - Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social
2009	Decreto nº 6.949 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
2010	Decreto nº 7.234 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES
2011	Decreto nº 7.611 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências
2012	Lei nº 12.711 - regulamenta a reserva de vagas (50% do total de vagas da instituição) em IFES para candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escola pública.
2012	Lei nº 12.764 - institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
2015	Lei nº 13.146 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
2016	Lei nº 13.409 - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino
2020	Decreto nº 10.502 de 30 de Setembro de 2020, institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida

Fonte: dados da pesquisa

Mais que regulamentar ações, as políticas inclusivas

visam promover a igualdade de condições e de acessibilidade aos espaços, serviços e recursos que contribuam para redução de comportamentos excludentes (bullying, barreiras atitudinais, metodológicas, estruturais, comunicacionais etc.) e que garantam o acesso, a participação e o desenvolvimento educacional (LOUZADA e MARTINS, no prelo).

É por meio das políticas que a sociedade alça grandes avanços em diferentes áreas, e, quando se trata de educação, as políticas desempenham um papel importante no processo de inclusão, promoção de acessibilidade e

remoção de barreiras. Contudo, não se pode amparar apenas na existência das políticas e suas regulamentações, há que se pensar em um modelo de identificação das barreiras de acessibilidade no espaço universitário para que então seja possível repensar estratégias capazes de promover culturas, políticas e práticas inclusivas. Desse modo, embora os estudos nesta área tenham avançado e se reproduzido com qualidade, os relatos são incipientes quanto a identificação de culturas, políticas e práticas inclusivas no ensino superior fazendo o uso de instrumentos que avaliam esse nível de ensino. Nesse sentido, se faz necessário repensar quais instrumentos de avaliação são utilizados para verificar as demandas existentes no ensino superior? De que modo as políticas existentes e as propostas de participação efetiva bem como acesso equitativo por parte dos estudantes em situação de vulnerabilidade são praticadas no âmbito do ensino superior?

Instrumentos de avaliação do Ensino Superior

Sabe-se da grande necessidade de se avaliar e reestruturar sempre que necessário os espaços educacionais, para isso alguns instrumentos são utilizados para avaliar a qualidade do ensino superior de maneira sistematizada, dentre eles podemos citar no Brasil o Censo da Educação Superior, SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), Enade, entre outros.

O Censo da Educação Superior é o instrumento mais completo de pesquisa no Brasil acerca das IES, estudantes e docentes. Este instrumento é responsável por coletar informações sobre infraestrutura, relação de vagas, candidatos, matrículas, concluintes etc. não importa a organização acadêmica. Além disso, tem por objetivo

oferecer informações estatísticas confiáveis, que permitam conhecer e acompanhar o sistema brasileiro de educação superior; subsidiar o Ministério da Educação com informações estatísticas para as atividades de acompanhamento e avaliação, programas de expansão e de melhoria da qualidade deste nível de ensino, entre outros; disponibilizar dados para o cálculo de indicadores que fundamentam a formulação e a implementação de políticas públicas e contribuir com o trabalho dos gestores das IES e demais gestores de governo, de instituições de âmbito público ou privado, pesquisadores, especialistas e estudantes do Brasil e de outros países, bem como de organismos internacionais (INEP, 2019).

De maneira complementar, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) possui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004). Tal sistema tem por finalidade

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Supervisionado pela CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior), esse sistema é composto por três diferentes avaliações com foco nos estudantes, nas instituições e nos cursos a saber:

- i) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) – avalia o rendimento dos estudantes concluintes dos cursos de graduação bem como o nível de atualização com relação ao Brasil e ao mundo;
- ii) Avaliação Institucional – tem como objetivo autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento dos cursos de graduação, ou ainda, transformar a organização acadêmica.
- iii) Avaliação de cursos de graduação – contribui para decisão por parte do Estado sobre novas políticas públicas, fornece informação a sociedade e visa a melhoria da qualidade da educação superior no país.

No tocante aos instrumentos utilizados para as avaliações da Educação Superior, Morosini *et al* (2016) elaboraram um instrumento com intuito de propor indicadores que auxiliam a percepção sobre a qualidade da educação superior e consideram como principal resultado a importância do diálogo e apontam que a proposta de indicadores para se avaliar a qualidade da educação superior não deve ser universal, uma vez que condições culturais e políticas influenciam diretamente o funcionamento de cada instituição.

Deve-se destacar que estes instrumentos acima citados não abordam em sua proposta a educação superior inclusiva ou as políticas inclusivas e de acessibilidade nesse nível de ensino de modo específico. O que se observa

nesses instrumentos em face aos modelos educacionais inclusivos que consideram a diversidade bem como a influência das múltiplas experiências de vida se dá no tocante a opção de indicação de recursos ou atendimento específico para realização do Enade e apresentação do total de matrículas, ingressantes, concluintes etc. de pessoas em situação de deficiência. Contudo não há nenhum material relacionado a estes instrumentos que indique parâmetros de acessibilidade e inclusão na educação superior. Quanto a Lei nº 10.861 do SINAES (BRASIL, 2004), nada consta sobre inclusão, acessibilidade ou pessoa em situação de deficiência. Desse modo, pode-se observar que os instrumentos de avaliação amplamente utilizados em nosso país consideram de maneira ínfima aspectos relacionados a acessibilidade e participação de pessoas em situação de deficiência.

Por outro lado, o Índice de Inclusión para Educación Superior – INES (COLÔMBIA, 2017a) segue uma tendência direcionada ao levantamento dos modos de compreensão e caracterização dos processos políticos institucionais para a promoção da inclusão e acessibilidade no ensino superior que, dentre outras exterioridades valoriza a pluralidade e diversidade como aspectos constitutivos do desenvolvimento humano, nos espaços educacionais. Esse instrumento foi desenvolvido por pesquisadores colombianos, como parte central da política de organização das diretrizes institucionais da educação superior do país, com intuito de produzir informação sobre diferentes âmbitos das condições de acessibilidade em contextos universitários. O INES, cuja adaptação e tradução foi parte constituinte desta pesquisa, está dividido em três questionários (com escalas do tipo Likert), que busca avaliar por meio de 12 fatores e 25 indicadores, temas centrais da educação inclusiva com ênfase no desenvolvimento de culturas, políticas e práticas inclusivas na Universidade. Assim, o instrumento permite coletar informações sobre a percepção de funcionários, docentes e estudantes com relação aos indicadores que vão desde a análise de sistemas de admissão, permanência e créditos para estudantes, até a análise de estratégias de desenvolvimento acadêmico, em articulação com os processos de pesquisa e de criação artística e cultural em ambientes formativos universitários.

O referido instrumento tem sido aplicado em algumas instituições de ensino superior na Colômbia para possibilitar oportunidades de melhora na

qualidade da educação pensando em inclusão e acessibilidade (ÁNGEL e PÉREZ, 2020; GOYENECHE e RUIZ, 2021). A esse exemplo e corroborando com Pérez-Castro (2019), a presente tese defende a necessidade de se identificar barreiras de acessibilidade na educação superior com intuito de identificar pontos fortes para implementar culturas, políticas e práticas inclusivas, de modo a promover um plano de melhora na universidade que seja voltado a inclusão educacional nos ambientes universitários.

OBJETIVO GERAL

Identificar parâmetros de acessibilidade e inclusão em uma universidade pública brasileira.

Objetivos específicos

- Traçar o perfil dos participantes da pesquisa
- Identificar e analisar as barreiras de acessibilidade e de participação das pessoas em situação de deficiência e vulnerabilidade na Universidade;
- Levantar indicadores e identificar políticas institucionais que contribuam para a elaboração de um plano de melhora de gestão da educação inclusiva na Universidade

MÉTODO

Tipo de pesquisa, Local e Participantes

A presente pesquisa é do tipo estudo de caso que “é utilizado para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem-sucedidas, para avaliação de modelos exemplares” (Yin (2001, p. 21).

“o estudo de caso, pode contribuir de modo singular na compreensão das problemáticas relacionadas a indivíduos, grupos sociais, organizações, políticas, instituições públicas, programas

governamentais, problemáticas relacionadas a prática educativa, ao permitir realizar análises amplas e significativas sobre o objeto de investigação científica” (SANTOS *et al*, 2022, p.3).

Foi desenvolvida na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Participaram dessa etapa da pesquisa estudantes universitários identificados em situação de deficiência ou não, funcionários e docentes de um dos campus da referida universidade. Vale destacar que os participantes da pesquisa foram convidados a participar voluntariamente. O contato inicial foi feito por intermédio da Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI) da universidade, que realiza reuniões abertas à comunidade com pautas e se caracteriza por ser um espaço de

“reflexão e de mediação de práticas inclusivas destinadas a compreender as formas de convivência com as diferenças e de respeito a pluralidade humana, buscando identificar as demandas dos que frequentam os espaços em igualdade de oportunidades na universidade” (UNESP, 2018, s.n.).

Nesse sentido, na condição de convidada/ouvinte em uma das reuniões da CLAI, foi aberto o espaço para explicar o objetivo da pesquisa e fazer o convite aos presentes, que se encarregaram de repassar aos demais colegas de seus segmentos. Na referida reunião foi apresentado o material com o instrumento a ser utilizado na pesquisa, bem como a proposta de trabalho a ser desenvolvida juntamente a CLAI e demais participantes interessados, pertencentes ao campus em questão.

A ideia de realizar o primeiro contato com os participantes durante uma reunião da CLAI se deu com base nos pressupostos do INDEX (BOOTH e AINSCOW, 2000) e do INES (COLÔMBIA, 2017a) que compreendem a comunidade escolar e acadêmica como atores principais das ações desenvolvidas no ambiente escolar e universitário, desse modo, sabendo que a comissão é composta por esses diferentes sujeitos, foi possível criar os grupos para realização das reuniões de Grupo Coordenador (GC). Conforme orientam Booth e Ainscow (2000), o Grupo Coordenador deve ser composto por sujeitos pertencentes a comunidade escolar em seus diferentes espaços (estudantes, familiares, funcionários e docentes), contudo, por se tratar de educação superior, optou-se por conformar o GC com estudantes, funcionários e docentes,

desconsiderando nesse caso, a participação dos familiares. Desse modo, as reuniões do GC contaram com a participação de pelo menos um ator de cada segmento (estudantes, funcionários e docentes) conforme observa-se no quadro 2.

Quadro 2. Participantes das reuniões do Grupo Coordenador do estudo.

	Total	G1	G2	G3	G4
Docentes	3	2	1	1	2
Estudantes com deficiência	4	3	1	0	1
Estudantes sem deficiência	10	8	4	5	5
Funcionários	4	3	2	1	1
Total	21	16	8	7	9

Fonte: dados da pesquisa

A função do GC foi discutir, analisar e alterar, se necessário, os indicadores bem como suas descrições após a tradução do INES para o português.

Além dos participantes do GC, o estudo contou com outros participantes em etapas subsequentes a esses encontros, que serão descritas no próximo tópico. Essas etapas tiveram intuito de avaliar e verificar a compreensão do material elaborado nos GC. Para tanto, participaram dessa fase estudantes dos cursos das três grandes áreas do conhecimento (humanas, exatas e biológicas) e participantes de dois grupos de estudos dentro da temática da pesquisa, um deles em outro campus da mesma universidade (UNESP-Bauru) e o outro de uma universidade parceira (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM). O quadro 3 apresenta a descrição dos participantes nas diferentes fases após a realização dos GC, bem como o nome adotado para cada uma dessas etapas que serão descritas adiante.

Quadro 3. Participantes das etapas de avaliação do instrumento após as reuniões do Grupo Coordenador.

Avaliação por Juízes I (estudantes de diferentes áreas)	Estudantes dos cursos de Educação Física	Estudantes dos cursos de Psicologia	Estudantes dos cursos de Sistemas de Informação
	17	29	19
Avaliação por Juízes II (pesquisadores da mesma IES)	Estudantes estudantes da temática	Docentes Estudantes da temática	
	5	2	
Avaliação por Juízes III (pesquisadores da área em outra IES)	Estudantes estudantes da temática	Docentes Estudantes da temática	
	1	3	

Fonte: dados da pesquisa

Da Tradução e Adaptação do Instrumento

Para se utilizar um instrumento traduzido de outro idioma, recomenda-se a adaptação cultural que é baseada em um processo que envolve a linguagem, por meio da tradução, bem como a adequação cultural na fase de elaboração do instrumento para uso em outro país. Este procedimento visa assegurar a equivalência linguística, semântica e cultural com o instrumento original, com vistas a viabilizar sua aplicação nas universidades participantes. No presente estudo optou-se por seguir as recomendações sugeridas por Beaton, Bombardier, Guillemin e Ferraz (2000, 2007) e foram cumpridas as seguintes fases a saber:

Na fase 1 foi realizada a tradução da língua estrangeira do espanhol para o português, por um profissional qualificado para esta atividade e atuante na temática em questão.

De posse do instrumento traduzido, na Fase 2 procederam-se as reuniões do GC que aconteceram no próprio campus universitário, lócus desse estudo. Foram realizados quatro encontros com o GC no período de Dezembro de 2018 a Maio de 2019, com duração de aproximadamente 3 horas cada. Cada encontro discutiu, analisou e alterou, quando necessário, a denominação e descrição dos indicadores apresentados ao longo dos 12 fatores propostos pelo INES já traduzido para o idioma português. Os dois primeiros encontros abordaram os

indicadores referentes aos fatores de 1 a 5 e os dois últimos aos fatores de 6 a 12.

Esta tarefa exigiu da equipe envolvida uma posição crítica sob os discursos acadêmicos, reducionistas e descontextualizados que versam sobre demandas educacionais especiais das pessoas em situação de deficiência, a fim de cumprir as exigências formais e legais disseminadas pela política governamental de Educação Inclusiva. Todos os encontros tiveram o áudio das discussões gravados e foram feitos registros das principais alterações recomendadas ao longo das reuniões. Ao fim dos 6 meses, aplicaram-se todas as alterações pertinentes no instrumento, como exclusões, substituições e inclusões de conteúdos para que se aproximasse da realidade local. De posse do instrumento adaptado para a realidade universitária brasileira em questão, o GC sistematizou os indicadores “[no] conjunto de itens que compõem uma escala tipo Likert com variáveis de mensuração, numa pontuação crescente/decrescente (0 a 4 pontos)”, conforme apresenta o instrumento na versão em espanhol.

A partir da etapa de tradução, deu-se início a fase 3. Uma síntese do instrumento foi encaminhada para análise dos enunciados a fim de verificar sua compreensão dentro da temática pretendida – avaliação por juízes I (APÊNDICE A). Nesta fase, a síntese consistiu na elaboração de um questionário composto pelo nome do indicador e a definição do mesmo seguido das opções “sim” e “não” cujos respondentes deveriam assinalar “sim” para definições coerentes com o título do indicador e “não” para definições que não apresentassem coerência com o título. Nos casos de resposta negativa os participantes poderiam preencher um campo justificando sua resposta.

A cada fase da pesquisa foi averiguada a pertinência dos enunciados e o grau de concordância da definição dos enunciados com seus indicadores. Ainda cabe esclarecer que foram adotados os procedimentos indicados por Leite e Lacerda (2018), no tocante a validação de uma escala de concepções de deficiência, considerando a participação de estudantes e pesquisadores envolvidos com a temática na condição de juízes, no que confere aos procedimentos desenvolvidos nas três últimas fases da pesquisa.

De posse das respostas dos estudantes, a fase 04 depreendeu a análise dos enunciados já averiguados na fase 3 pelos estudantes da graduação,

considerando aqueles que não apresentaram índice de concordância igual ou superior a 75%. Nesse sentido, foram submetidos a nova avaliação por juízes (II) (APÊNDICE B), desta vez especialistas na área da educação inclusiva, participantes do GEPMI – Grupo de Estudos e Pesquisas em Deficiência e Inclusão (UNESP-Bauru). Esses pesquisadores avaliaram os enunciados a fim de elucidar possíveis lacunas na definição dos indicadores de tal sorte que puderam contribuir com substituições de algumas palavras para que a descrição se tornasse mais clara. Nesse momento foram revisados sete indicadores que não alcançaram a compreensão de pelo menos 75% dos estudantes.

A Fase 5, compreendeu as atividades de avaliação por um outro novo grupo de juízes (III), com expertises na temática do estudo, externos a universidade em que se localiza o campus desta pesquisa, os juízes desta fase pertencem a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nesta etapa os indicadores e definições foram encaminhados ao grupo de pesquisadores da UFSM que atuam especificamente com as temáticas: Educação Especial, Inclusão e Diferença, Educação Inclusiva, Acessibilidade no Ensino Superior, Políticas de Inclusão e Acessibilidade. Neste momento do estudo, a finalidade foi confirmar a relação indicador-definição. Para tanto os pesquisadores tiveram como tarefa identificar qual definição correspondia a cada indicador, uma vez que receberam duas listas e apenas uma delas estava numerada (APÊNDICE C).

Essa fase foi de suma importância para este trabalho uma vez que trouxe a possibilidade de identificar críticas ao instrumento e apresentar novos exemplos de enunciados com intuito de formatar um instrumento eficaz e coerente com a realidade estudada. As alterações e sugestões propostas por este grupo de juízes, bem como as demais modificações sofridas do documento inicial serão apresentadas no capítulo de resultados da pesquisa.

Ainda nesse processo, pesquisadores especialistas na área da educação especial e inclusão também puderam avaliar a compreensão do material bem como sugerir alterações para que este se tornasse mais claro e simples. Denominada de Retrotradução, a 6ª e última fase foi caracterizada pela tradução da versão adaptada com todos os ajustes culturais em português novamente para o espanhol, para então ser comparada ao texto original (INES, COLOMBIA, 2017a) por um profissional fluente nos dois idiomas e da área da temática do

estudo. Esta fase teve por objetivo assegurar a confiabilidade dos processos anteriores garantindo que tenha sido mantida a ideia inicial do instrumento restringindo-se apenas a tradução e adaptação cultural (SANTOS, 2016). Dessa forma, o instrumento se concretizou em sua versão final traduzida e adaptada denominada de INES-Brasil (APÊNDICE D).

Coleta de dados

Integraram o conjunto de formulários e/ou de documentos para compor a identificação do perfil dos participantes nesse estudo:

- a) Modelo do Formulário censitário do cadastro de estudantes do “Sistema de Graduação – SisGrad”;
- b) Modelo do Formulário censitário do cadastro de estudantes do “Sistema de Pós-Graduação – SisPG”,
- c) Planilha de Sinopse Estatística do Censo do INEP (INEP, 2019),
- d) Anuário Estatístico UNESP,
- e) INES-Brasil (formulário utilizado para coletar os dados referentes as barreiras de inclusão e acessibilidade na universidade),
- f) Documentos e políticas institucionais da universidade que referem sobre a temática do estudo.

Da Identificação do perfil dos estudantes da universidade

A partir da recomendação do Censo o levantamento do perfil dos universitários na graduação é realizado no formulário de matrícula, no “Sistema de Graduação – (SisGrad)” da universidade investigada.

Muito embora os estudos sobre inclusão compreendam como público-alvo as minorias (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, de gênero, etno-racial, físicas, geográficas) para esta pesquisa optou-se por considerar apenas um dos grupos que são contemplados pelas políticas de educação inclusiva no ambiente universitário. Dessa forma, a identificação do perfil dos estudantes buscou detalhar as informações no tocante a situação ou não de deficiência por parte dos estudantes. Além disso, embora tenha sido opção detalhar apenas o perfil dos participantes em situação de deficiência, as

informações disponibilizadas nos formulários adotados para análise não apresentavam indicações acerca de identidade de gênero, etnia, bem como condição socioeconômica, geográfica entre outras características que pudessem contribuir para uma análise interseccionalizada desses dados.

Assim sendo, o preenchimento de identificação da situação da deficiência entre outras, ocorre no momento da matrícula dos estudantes no SisGrad, via autodeclaração conforme recomenda o Censo da Educação Superior, seguida da descrição da identificação das necessidades educacionais especiais (NEE)⁶ para ingresso e permanência no curso.

Nesse caso, a identificação do perfil é realizada pelo preenchimento de alternativas múltiplas, nas quais o respondente identifica-se ou não como segmento do público em questão. Ao mover o mouse sobre a alternativa das condições do perfil amostral no formulário (cegueira, visão subnormal, surdez, deficiência auditiva, deficiência física, transtorno do espectro autista – TEA, altas habilidades/superdotação, surdocegueira, deficiência intelectual, deficiência múltipla), visualiza, na sequência, uma breve revisão conceitual das condições citadas, conforme referidas pelo Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019). Ao clicar na alternativa selecionada, antes de seguir para o item subsequente, um fragmento textual é visualizado com exemplos de recursos e/ou situações os quais poderiam vivenciar os que tinham se declarado na situação mencionada. Tais fragmentos objetivavam referir possibilidades de barreiras e/ou necessidades por eles enfrentadas na universidade, de modo a confirmar o campo selecionado em sua autodeclaração. Para os casos em que há necessidade de assinalar duas condições sugeridas, o respondente é orientado a preencher o campo “deficiência múltipla”, seguido de um espaço para relatá-las (Figura 1).

Figura 1. Print ilustrativo do Formulário do Sistema de Graduação – SisGrad no momento de preenchimento de informações quanto a autodeclaração da

⁶ Apoiados nos estudos de Stainback & Stainback (1999) compreende-se NEE como àquelas decorrentes das interações dos estudantes, com e/ou sem deficiência, que restringem e/ou impedem a sua participação na vida acadêmica. Estas podem ser de caráter permanente ou temporário, demandando apoio institucional específico de recursos e/ou serviços diferenciados para oportunizar a equiparação de condições que os levem à expressão plena de desenvolvimento educacional e integral em sociedade.

condição de pessoa em situação de deficiência.

Dados Censo Sessão expirada! | Imprimir

Período Letivo: 1º sem/2015 - FC

Caro(a) aluno(a),
Tendo em vista o desenvolvimento de políticas de apoio ao acesso e permanência de estudantes na Universidade, solicitamos que indique abaixo se possui alguma deficiência, transtorno global de desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Ressaltamos a importância do seu compromisso no preenchimento dos dados, pois subsidiarão a efetivação de políticas afirmativas no atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes da Unesp. Tal levantamento contribuirá para promoção da Educação Inclusiva e para a remoção das barreiras de acessibilidade na Universidade, nos diferentes âmbitos – infraestrutura, metodológico, comunicacional, atitudinal, dentre outros.

De acordo com a Política Nacional da Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, “[...] consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse” (BRASIL, 2007).

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2007a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

Diante da definição acima, você declara em alguma destas condições?

☐ Não ☒ Sim

Aluno com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação?

Tipo de Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação

☐ Cegueira ⓘ
☐ Visão Subnormal ⓘ
☐ Surdez ⓘ
☐ Deficiência auditiva ⓘ
☒ Deficiência física ⓘ

Você apresenta dificuldades motoras para se locomover na universidade, faz uso de cadeira de rodas e/ou utiliza equipamentos eletrônicos adaptados (ponteira de cabeça, mouse, canetas etc) para acessar o conteúdo da web? Faz uso de sistemas de comunicação alternativa

Qual tipo possui?

☐ Transtorno do Espectro Autista - TEA ⓘ
☐ Altas habilidades / Superdotação ⓘ
☐ Surdocegueira ⓘ
☐ Deficiência intelectual ⓘ
☒ Deficiência múltipla ⓘ

Você possui mais de um tipo de deficiência?

☒ Síndromes
Informe qual:

☒ Outras
Especificar:

Caso você tenha assinalado uma das alternativas descreva em ordem de prioridade qual a sua necessidade especial:

1
2
3
4

Fonte: Sistema de Graduação – SisGrad

Não obstante, os dados referentes ao perfil dos universitários matriculados na pós-graduação são oriundos do “Sistema de Pós-Graduação – (SisPG)” e indicam o preenchimento apenas das seguintes designações para estudantes que se autodeclaram com necessidades especiais: física, visual e auditiva, sem diferenciar cegueira, baixa visão ou visão subnormal; surdez, deficiência auditiva ou surdocegueira, bem como não apresenta a possibilidade de assinalar os transtornos globais do desenvolvimento ou altas

habilidades/superdotação, conforme descrito em parte do formulário do SisPG da Unesp especificado na figura 2.

Figura 2. Print ilustrativo do Formulário do Sistema de Pós-Graduação – SisPG no momento de preenchimento de informações quanto a autodeclaração da condição de pessoa em situação de deficiência.

The figure displays three sequential screenshots of the 'Necessidades Especiais' (Special Needs) section in the SisPG form, categorized by type of disability: AUDITIVA, VISUAL, and FISICA.

- AUDITIVA:** The 'Auditiva' tab is selected. Under 'Informações', the following options are listed: 'Usa aparelho', 'Não usa aparelho apesar da deficiência', 'Intérprete de sinais (libras)', and 'Leitura labial'.
- VISUAL:** The 'Visual' tab is selected. Under 'Informações', the following options are listed: 'Prova em braile', 'Auxílio para leitura/escrita', and 'Prova Ampliada'.
- FISICA:** The 'Física' tab is selected. Under 'Informações', the following options are listed: 'Auxílio para transcrição (membros superiores)', 'Mesa adaptada para cadeira de rodas', 'Carteira para condoto', 'Amamentação', and 'Sala no térreo'.

Fonte: Sistema de Pós-Graduação

No tocante aos funcionários e docentes, o sistema institucional responsável pela identificação do perfil é o “Sistema de Recursos Humanos (SisRH)”, cujas informações são coletadas diretamente com cada servidor no momento de sua contratação, contudo o acesso a esses dados não foi observado como disponível aos estudos nesta temática, conforme destacado por Cunha (2019) ao recorrer ao Portal da Transparência para identificar o perfil dos servidores participantes de sua pesquisa. Nesse sentido, optamos por recorrer aos dados disponíveis no anuário estatístico da universidade (2020) para proceder a identificação do perfil dos funcionários e docentes do campus em questão. Cabe ressaltar que assim como no SISGrad, o SISPg e o anuário não apresentam informações referentes a identidade de gênero, etnia, condição socioeconômica, geográfica entre outras até o momento em que foram coletados os dados.

Aspectos éticos da pesquisa

A presente pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa, com parecer favorável, protocolo nº 94374418.2.0000.5398 – CAAE/Plataforma Brasil, por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos de acordo com a Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, os participantes da pesquisa leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE E)

Da aplicação do instrumento INES-BRASIL

A aplicação do questionário foi realizada por meio da ferramenta online Google Forms que possibilitou a criação do instrumento em formato digital e gerou um link cujo acesso é permitido pelo celular computador, tablet e até smart TV. O link foi disponibilizado a todos os participantes inicialmente por meio de envio de convite de participação a pesquisa ao e-mail cadastrado no sistema da universidade, via seção técnica de graduação no mês de novembro de 2019. Contudo, em virtude do período de envio do link se aproximar do período de férias, não foi possível obter um retorno representativo das respostas online. Desse modo, procedeu-se ao envio do link individualmente pela própria pesquisadora para cada docente e funcionário, bem como divulgação do link nas mídias sociais referentes aos grupos de estudantes dos diferentes cursos de graduação ofertados pela universidade investigada entre os meses de novembro de 2019 e abril de 2020.

Apesar dos esforços envidados, e muito provavelmente em virtude do período de pandemia, não foi possível atingir o alcance esperado no número de respostas por parte dos estudantes. Assim sendo, foi realizado contato com docentes dos diferentes cursos para consultá-los sobre a possibilidade de apresentar a pesquisa no momento inicial de suas aulas à distância para então enviar o link aos estudantes presentes e aguardar o tempo de preenchimento do formulário para finalizar a participação na aula. Cabe destacar que foi realizada a apresentação do instrumento e envio do link em pelo menos uma turma de cada curso ofertado e esta estratégia garantiu maior adesão dos estudantes a pesquisa, esta estratégia ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2021.

Desse modo o instrumento foi preenchido por cada participante após acesso ao link, que foi encaminhado inicialmente pela seção técnica de graduação e por fim reencaminhado pela própria pesquisadora. Assim, o período de aplicação se desenvolveu em formatos distintos com início em dezembro de 2019 e conclusão em março de 2021, considerando todas as tentativas de aplicação, bem como os momentos de reavaliar as estratégias e compreender o cenário atual no tocante a pandemia. O tempo médio de orientação para a aplicação dos questionários foi de 3 minutos e o preenchimento teve duração média de 10 minutos.

Critérios de seleção da amostra do estudo

A amostra pretendida para o presente estudo considerava ampla divulgação presencial do objeto da pesquisa, bem como aplicação do instrumento online. Todavia, em virtude do atual período em que nos encontramos (Pandemia/COVID-19), a amostra prevista não atingiu as expectativas iniciais. Esperava-se obter maior adesão ao preenchimento do formulário por parte dos estudantes, funcionários e docentes, contudo a comunidade acadêmica se encontrava em realização de atividades remotas/EaD e o contato com os participantes ficou limitado.

Nesse sentido, consideramos uma amostra não probabilística por conveniência adotando a margem de erro de 5%. De acordo com Freitag (2018), nesse tipo de amostra são selecionados participantes mais acessíveis, colaborativos ou disponíveis para contribuir com o processo. Contudo, para fins de generalização estatística inferencial, há que se considerar a margem de erro e a significância. Amostras por conveniência foram recentemente utilizadas por Martins e Chacon (2020) também com pesquisas na área da educação, o que nos permite considerar um critério pertinente para a adoção desta estratégia metodológica.

Conforme destaca Freitag (2018) sobre a generalização estatística, para assegurar a validade das respostas, adotou-se a margem de erro ou intervalo de confiança de 5%, para que dessa forma, o número de participantes da pesquisa pudesse inferir a visão de uma comunidade como um todo. Dessa forma, quando obtivemos um montante de formulários respondidos correspondentes a margem

de erro em questão (5%), encerramos o período de coletas. Nenhum formulário preenchido foi excluído das análises dos resultados.

Procedimento de análise dos dados

Os dados obtidos do preenchimento do formulário foram tabulados e organizado em planilha do Excel a fim de se realizar o cálculo da distribuição por frequência das respostas em cada um dos indicadores, bem como proceder a análise e descritiva das respostas. Foram contabilizados os percentuais de resposta para os diferentes indicadores de cada eixo associados a matriz de semaforização (ANEXO 1) conforme previamente utilizado por outros autores (COLÔMBIA, 2017b; ANGEL e PEREZ, 2020; GOYONECHE e RUIZ, 2021). Contudo, para o presente estudo optamos por agrupar algumas categorias de interesse para proceder a análise exploratória dos dados, desse modo, diferentemente do adotado por Angel e Pérez (2020) e Goyneche e Ruiz (2021), esse estudo considerou como categorias de interesse não só a opção “existe e se implementa” para as respostas do tipo existência, mas também “existe e não se implementa”, bem como “sempre” e “algumas vezes” para as respostas do tipo frequência ao invés de considerar apenas “sempre” (Tabela 1). Tal medida foi considerada pelo fato de que os dois tipos de resposta de alguma forma contemplam os indicadores e se opõem ao “não existe” e “não sei” (para existência) e “nunca” e “não sei” (para frequência).

Ainda para efeito de análise nesta pesquisa optamos por apresentar e discutir os resultados dos indicadores que revelaram maior necessidade de modificação, ou seja, os menores percentuais positivos na semaforização, levando em conta uma sugestão da banca no momento da qualificação e que, ao discutirmos, concordamos ser pertinente principalmente ao se pensar em transformar barreiras de acessibilidade em facilitadores (PÉREZ-CASTRO, 2019). Cabe informar que denominamos esses índices de modificação após a subtração do resultado da semaforização em percentual de resposta (dados da pesquisa) de 100% (cenário ideal) e o resultado foi denominado de “nível de modificação” ($100\% - \text{resultado da semaforização } [\%] = \text{nível de modificação } [\%]$). Para correlacionar essas informações, os indicadores com os menores percentuais na semaforização indicam mais urgência em ações para modificá-

los com a finalidade de remover barreiras ou transformá-las em agentes facilitadores de acessibilidade e inclusão.

Tabela 1. Semaforização com agrupamento de algumas categorias de interesse.

Tipo de Indicador	Categoria de Interesse	Cor	Porcentagem
Frequência	Sempre - Algumas vezes		Menos de 60%
			Entre 60% e 80%
			Mais de 80%
Existência	Existe e se implementa – Existe e não se implementa		Menos de 60%
			Entre 60% e 80%
			Mais de 80%
Reconhecimento	Sim		Menos de 60%
			Entre 60% e 80%
			Mais de 80%

Fonte: Adaptado de Colômbia (2017b, p.18).

Além disso, normativas locais, documentos institucionais, projetos entre outros documentos relacionados as culturas, políticas e práticas inclusivas no ambiente universitário também foram utilizados para serem correlacionados com as respostas obtidas do preenchimento do formulário para análise qualitativa das informações. Nesse aspecto, foi elaborado um quadro cujas políticas institucionais foram indicadas de acordo com sua aproximação aos indicadores do INES-Brasil. Para a composição do quadro foi realizado um levantamento de todas as políticas e documentos existentes na instituição e que abordam questões relacionadas a temática desta pesquisa. Dessa forma, após a leitura exaustiva das normativas e documentos institucionais foi possível criar um extenso quadro construído ao longo de dois meses de trabalho que foi dividido em novos três quadros de acordo com os eixos da pesquisa para facilitar a compreensão. Essas informações encontram-se disponíveis na íntegra nos quadros apresentados nos apêndices (APÊNDICES F, G e H). E destacam-se como políticas e documentos institucionais utilizados para análise e discussão dos resultados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UNESP, 2016) e outras resoluções específicas.

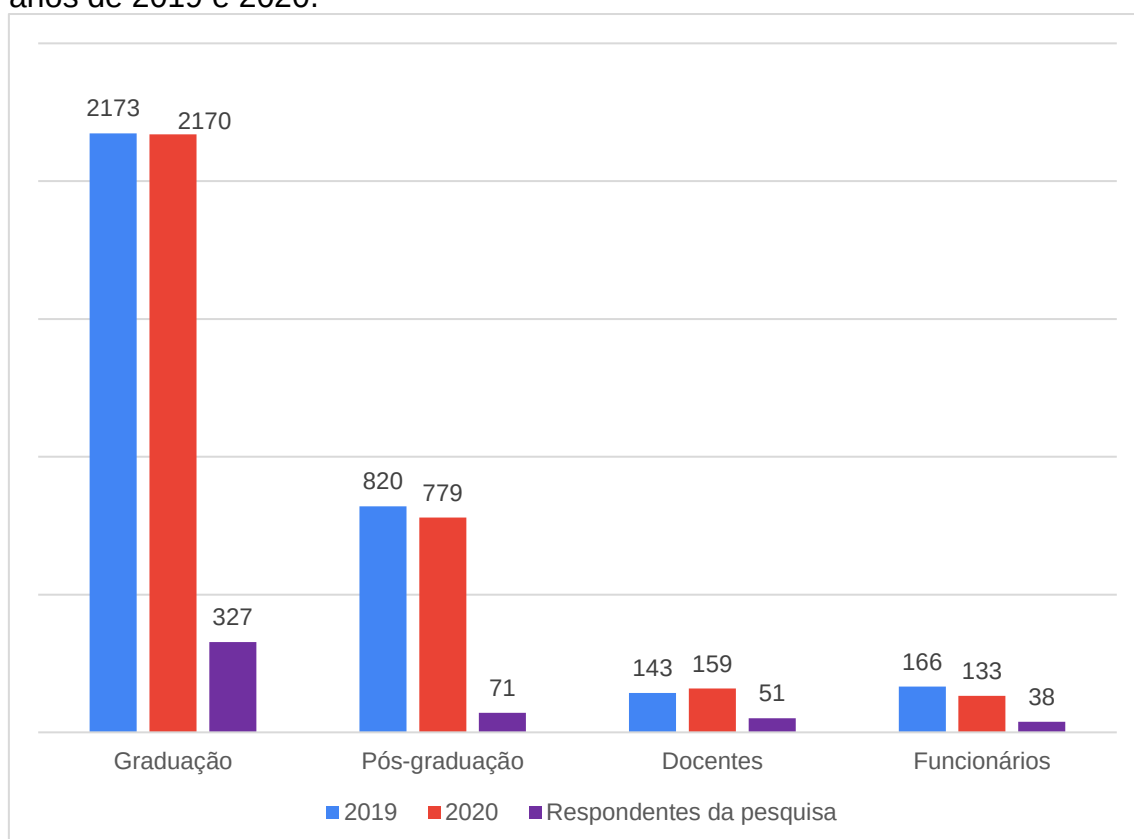
A versão mais atual do Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 (UNESP, 2022) não foi adotada para confrontar com os resultados desta pesquisa dada sua data de publicação ser posterior a aplicação do instrumento. Considerando que o período de aplicação do INES-Brasil foi realizado entre os anos de 2019 e 2021, optamos por adotar o PDI 2009-2018, com as alterações de 2016 (UNESP, 2016) que foi prorrogado para 2021 em virtude da pandemia, uma vez que a comunidade acadêmica respondente à pesquisa vivenciou as propostas deste plano, enquanto o novo PDI 2022-2026 estava em fase de aprovação e implementação. O documento atual do PDI será objeto de apreciação nesta tese, mais adiante por permitir deflagar um novo movimento na universidade direcionado a considerar a presença da diversidade-pluralidade estudantil, representadas pela institucionalização da CAADI (Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, que visa promover a “efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos humanos, da equidade de gêneros, inclusão e do respeito às diversidades” – UNESP, 2022), e assume como meta estabelecer um diálogo com as demais comissões por meio do desenvolvimento de projetos em parceria na com as pró-reitorias e demais estâncias de gestão da Universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos participantes

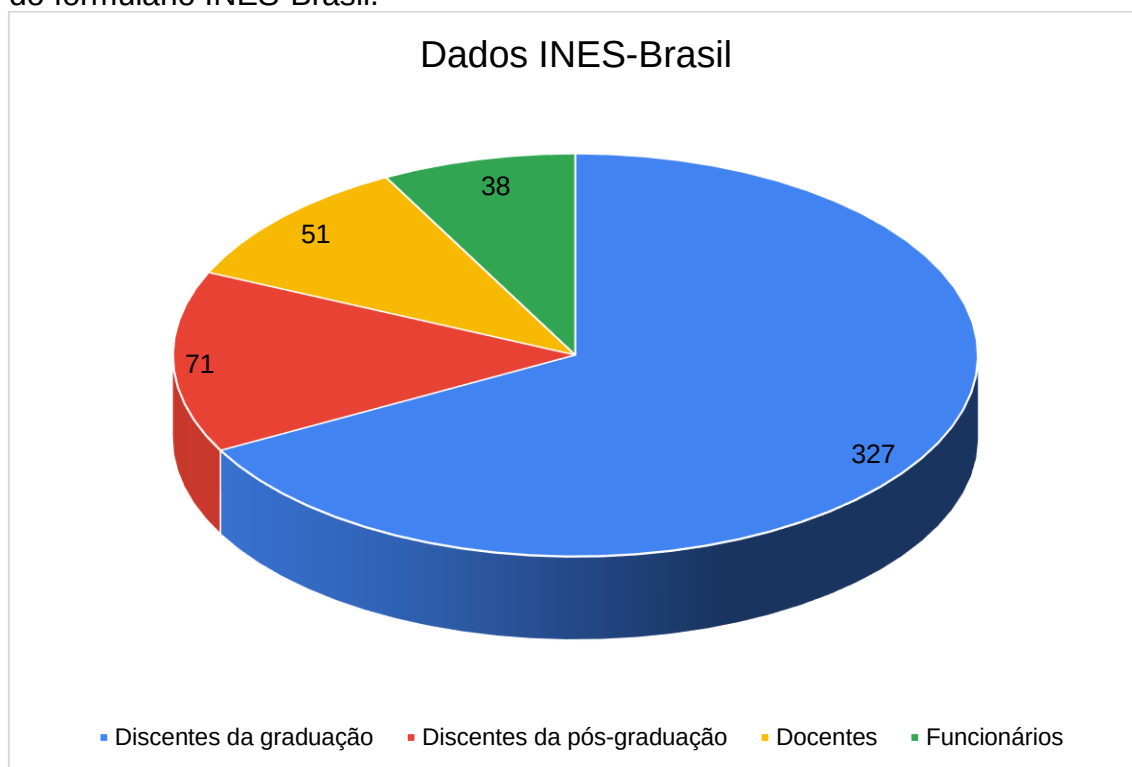
Dados do anuário estatístico da instituição (UNESP, 2020; 2021) apresentam o total de estudantes matriculados na graduação e na pós-graduação com os anos base de 2019 e 2020, bem como o número de docentes e funcionários ativos no campus de Marília (campus investigado nesta pesquisa) e o número de respondentes ao INES-Brasil, conforme demonstra o Gráfico 2. Deste montante, participaram da pesquisa 487 pessoas. Destas, 398 eram estudantes, 51 docentes e 38 funcionários (Gráfico 3). Dos 398 estudantes que participaram da pesquisa, 327 eram da graduação (67 do sexo masculino, 254 do sexo feminino e 6 não informaram) e 71 dos programas de pós-graduação (20 do sexo masculino e 51 do sexo feminino) (Gráfico 4).

Gráfico 2. Dados do anuário estatístico referentes aos estudantes da graduação e pós-graduação matriculados, bem como docentes e funcionários ativos nos anos de 2019 e 2020.



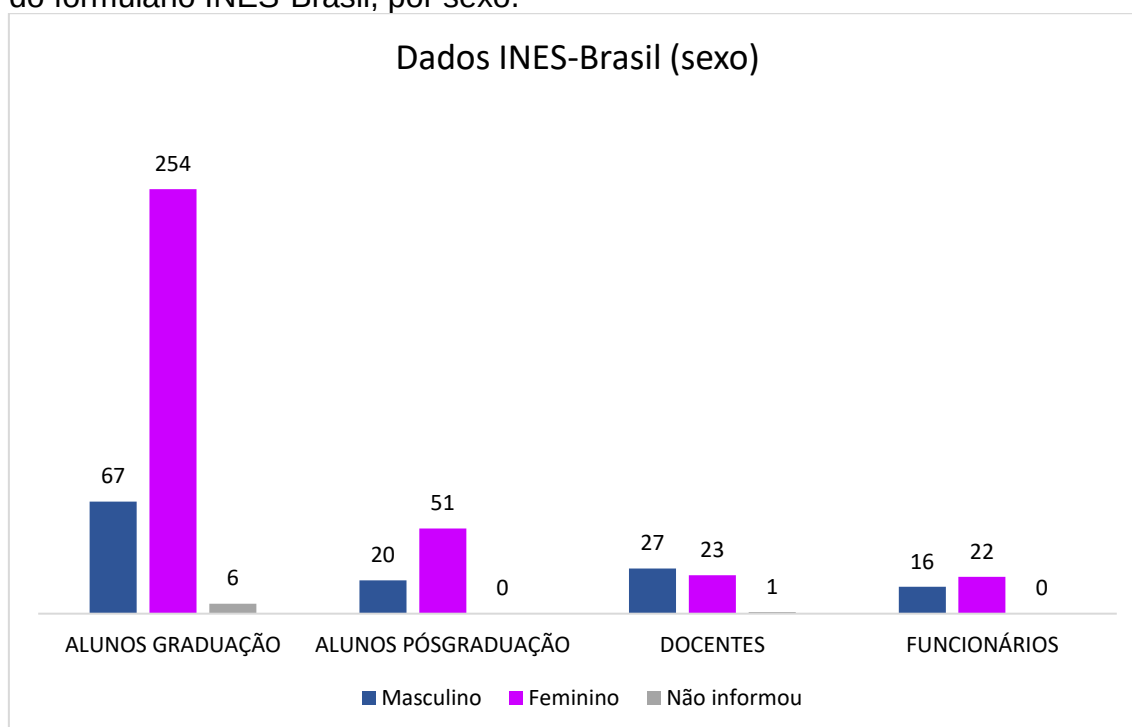
Fonte: Anuário Estatístico UNESP (2021).

Gráfico 3. Distribuição dos participantes na pesquisa conforme preenchimento do formulário INES-Brasil.



Fonte: dados da pesquisa.

Gráfico 4. Distribuição dos participantes na pesquisa conforme preenchimento do formulário INES-Brasil, por sexo.



Fonte: dados da pesquisa.

O quadro 4 apresenta a distribuição destes estudantes por curso e indica as NEEs mencionadas no preenchimento do formulário de matrícula, com base na informação autodeclarada, bem como o referido curso do aluno que se autodeclarou usuário dos serviços elegíveis da educação especial.

Quadro 4. Descrição do número de estudantes com NEEs autodeclarados, por curso de graduação.

Total de estudantes participantes da pesquisa	Número de estudantes com NEEs	Curso	NEEs
6	3	ARQUIVOLOGIA	Deficiência Auditiva, TGD
8	0	BIBLIOTECONOMIA	Nada consta
8	0	CIENCIAS DA INFORMAÇÃO	Nada consta
41	1	CIENCIAS SOCIAIS	Deficiência Física
16	1	FILOSOFIA	Deficiência Física
11	0	FISIOTERAPIA	Nada consta
12	0	FONOAUDIOLOGIA	Nada consta
45	1	TERAPIA OCUPACIONAL	Nada consta
169	6	PEDAGOGIA	Surdez e Deficiência auditiva
11	1	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Nada consta

Fonte: dados da pesquisa.

Como pode-se observar a maioria dos estudantes de graduação que se engajaram no preenchimento do formulário pertencia aos cursos de pedagogia (51,7%), Terapia Ocupacional (13,7%) e Ciências Sociais (12,5%). Dentre as NEEs mais indicadas no formulário, a deficiência auditiva apresentou maior prevalência. No tocante aos estudantes da pós-graduação, observou-se a informação autodeclarada com relação a NEEs de 8,4% dos estudantes, indicando surdez, visão subnormal e deficiência física. Dentre os docentes e funcionários (43 eram do sexo masculino, 45 do sexo feminino e 1 não informou). Apenas um docente se autodeclarou com visão subnormal.

Os indicadores do INES-Brasil e os eixos da pesquisa

No tocante aos dados obtidos do preenchimento dos questionários, optou-se por apresentar os resultados de acordo com os três grandes eixos de análise que foram escolhidos com base na divisão das dimensões do questionário de inclusão proposto por Booth e Aiscow (2000), a saber: culturas, políticas e práticas inclusivas, devidamente adaptados ao conteúdo apresentado no

formulário INES-Brasil. Nesse sentido, os quadros 8, 9 e 10 demonstram a distribuição dos fatores, indicadores e suas descrições, bem como o tipo (existência, frequência ou reconhecimento) em cada um desses eixos.

O quadro 5 apresenta os fatores e indicadores referentes ao eixo “Culturas Inclusivas” que considerou os indicadores que discorriam sobre diversidade, pluralidade, atividades de lazer e cultura em suas definições.

Quadro 5. Fatores e indicadores correspondentes ao eixo “Culturas Inclusivas” e sua classificação quanto ao tipo de resposta na escala.

EIXO CULTURAS INCLUSIVAS		
Fator	Indicador	Tipo de resposta
1. Missão e Projeto Institucional	1.2 Identificação e caracterização dos estudantes: A instituição utiliza instrumentos para conhecer a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, de gênero, etno-racial, físicas, geográficas) e identifica àqueles mais suscetíveis a serem excluídos ou marginalizados (que sofrem bullying, por exemplo) do sistema.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
3. Professores	3.2 Docentes Inclusivos: A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
6. Espaços de investigação, inovação, criação artística e cultural	6.2 Investigação/Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva: A instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
8. Processos de autoavaliação e autorregulação	8.1 Regulamentação da educação inclusiva: A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
9. Bem-estar institucional	9.1 Programas de bem-estar universitário: As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
9. Bem-estar institucional	9.2 Permanência Estudantil: A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)

	permanência de acordo com as suas especificidades.	
--	--	--

Fonte: dados da pesquisa.

O quadro 6 apresenta os fatores e indicadores que foram classificados no eixo “Políticas Inclusivas”, bem como a qual tipo de indicador se refere (frequência, existência e reconhecimento) e a forma de resposta.

Quadro 6. Fatores e indicadores correspondentes ao eixo “Políticas Inclusivas” e sua classificação quanto ao tipo de resposta na escala.

EIXO POLÍTICAS INCLUSIVAS		
Fator	Indicador	Tipo de reposta
1. Missão e Projeto Institucional	1.1 Barreiras para aprendizagem e participação: A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem.	Existência (existe e se implementa; existe e não se implementa, não existe; não sei)
2. Estudantes	2.1 Participação de estudantes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos.	Existência (existe e se implementa; existe e não se implementa, não existe; não sei)
3. Professores	3.1 Participação de Docentes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos.	Existência (existe e se implementa; existe e não se implementa, não existe; não sei)
6. Espaços de investigação, inovação, criação artística e cultural	6.3 Políticas em educação inclusiva: A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na área da educação inclusiva	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
8. Processos de autoavaliação e autorregulação	8.3 Sistema de Informação Acessível: A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.	Existência (existe e se implementa; existe e não se implementa, não existe; não sei)
11. Recursos de apoio acadêmico e infraestrutura física.	11.2 Instalações e Infraestrutura: As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)

	das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.	
12. Recursos financeiros	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva: A instituição fomenta e operacionaliza programas que promovem a educação inclusiva.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
12. Recursos financeiros	12.2 Apoio financeiro e estudantil: A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)

Fonte: dados da pesquisa.

Do mesmo modo, o quadro 7 apresenta os fatores e indicadores do eixo “Práticas Inclusivas”, que compreende todos os indicadores que abarcam as diferentes possibilidades de manifestações práticas no ambiente universitário (avaliação, projetos, mobilidade, intervenções, entre outros).

Quadro 7. Fatores e indicadores correspondentes ao eixo “Práticas Inclusivas” e sua classificação quanto ao tipo de resposta na escala.

EIXO PRÁTICAS INCLUSIVAS		
Fator	Indicador	Tipo de reposta
4. Processos acadêmicos	4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular: Os currículos da instituição são flexíveis e interdisciplinares , contém elementos que facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e competências da diversidade estudantil.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
4. Processos acadêmicos	4.2 Avaliação Flexível: Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.	Existência (existe e se implementa; existe e não se implementa, não existe; não sei)
5. Visibilidade nacional e internacional	5.1 Interlocação da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais: Em seus processos acadêmicos , a instituição estimula o contato com membros	Reconhecimento (sim; não; não sei)

	reconhecidos das comunidades acadêmicas nacionais e internacionais , promovendo a cooperação com instituições e programas no país e no exterior.	
5. Visibilidade nacional e internacional	5.2 Relações externas de professores e estudantes: A instituição promove a interação com outras instituições de âmbito nacional e internacional, e coordena a mobilidade de professores e estudantes , entendida esta como deslocamento temporário, de mão dupla, com enfoque inclusivo e propósitos acadêmicos.	Reconhecimento (sim; não; não sei)
6. Espaços de investigação, inovação, criação artística e cultural	6.1 Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva: A instituição conta com centros, grupos e/ou programas de investigação relacionados a educação inclusiva .	Reconhecimento (sim; não; não sei)
7. Pertinência e impacto social	7.1 Extensão, projeção social e contexto regional: A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto brasileiro.	Reconhecimento (sim; não; não sei)
8. Processos de autoavaliação e autorregulação	8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento: A instituição implementa estratégias de intervenção e melhoramento a partir dos resultados da avaliação dos egressos e da comunidade acadêmica.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
10. Organização, gestão e administração	10.1 Ações administrativas e de gestão: As ações administrativas estão apoiadas na perspectiva da educação inclusiva e permitem identificar suas características .	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
10. Organização, gestão e administração	10.2 Estrutura organizacional: A estrutura organizacional da instituição permite desenvolver ações específicas para promover a educação inclusiva .	Reconhecimento (sim; não; não sei)

11. Recursos de apoio acadêmico e infraestrutura	11.1 Programa de satisfação universitária: existem programas e projetos que prezam pelo bem-estar dos universitários, cujos recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para promover a educação inclusiva.	Frequência (sempre; as vezes; nunca; não sei)
--	---	---

Fonte: dados da pesquisa.

Pode-se observar nos três quadros supracitados alguns trechos destacados em negrito que tem como finalidade exemplificar sua designação nesses eixos. Vale retomar que a proposta de análise no formato de eixos se deu conforme sugerem BOOTH e AINSCOW (2001), de forma detalhada no estudo de Santos (2015)

A dimensão das culturas refere-se à construção e desenvolvimento de valores, percepções, justificativas e crenças que cada ator social traz consigo, como fruto de suas experiências e história de vida, tanto em nível pessoal quanto profissional. A dimensão das políticas relaciona-se à organização de apoio e suporte para o desenvolvimento de processos de combate à exclusão. Esta dimensão, embora inclua, não se refere somente a normativas e marcos legais, como também a projetos, missões institucionais, regimentos, grades curriculares, e assim sucessivamente. A dimensão das práticas, por sua vez, diz respeito às ações humanas, que se manifestam nas arenas sociais e nas instituições, no trato com o próximo e com os mecanismos institucionais e sociais. (SANTOS, 2015, p.95).

E, muito embora cada eixo tenha suas características, é inegável que estes se encontram intrinsecamente ligados.

O INES-Brasil e a semaforização

Antes de detalharmos os resultados observados com a análise dos dados obtidos com o preenchimento do INES-Brasil por eixos (culturas, políticas e práticas), cabe apresentar a tendência demonstrada por estas respostas com o propósito de estabelecer um panorama das condições de inclusão e acessibilidade de acordo com a análise de semaforização em cada um desses eixos, bem como, para qual a universidade deve destinar maior atenção (“semáforos” vermelhos) com intuito de reduzir possíveis barreiras indicadas pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, optamos por calcular a diferença

percentual obtida da subtração da semaforização de 100% (cenário ideal) e o resultado foi denominado de “nível de modificação”, ou seja, o quanto ainda é necessário ser modificado naquele indicador para que se alcance o cenário ideal de acessibilidade e inclusão, desse modo, os indicadores que apresentam níveis de modificação maiores que 40% são aqueles sinalizados em vermelho na semaforização. Assim sendo, o quadro 8 apresenta os três eixos de análise do trabalho, bem como os indicadores correspondentes a cada eixo e os respectivos níveis de modificação.

Quadro 8. Apresentação dos eixos, indicadores e níveis de modificação.

EIXO	INDICADOR	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO
CULTURAS INCLUSIVAS	8.1 Regulamentação da educação inclusiva	54,4
	9.2 Permanência Estudantil	45,2
	3.2 Docentes Inclusivos	33,9
	1.2 Identificação e caracterização dos estudantes	32,6
	9.1 Programas de bem-estar universitário	32,0
	6.2 Investigação/Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva	25,1
POLÍTICAS INCLUSIVAS	6.3 Políticas em educação inclusiva	54,2
	8.3 Sistema de Informação Acessível	52,4
	3.1 Participação de Docentes	47,8
	1.1 Barreiras para aprendizagem e participação	38,8
	12.2 Apoio financeiro e estudantil	36,1
	2.1 Participação de estudantes	35,1
	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva	33,7
	11.2 Instalações e Infraestrutura	23,6
PRÁTICAS INCLUSIVAS	4.2 Avaliação Flexível	60,8
	7.1 Extensão, projeção social e contexto regional	55,0
	8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento	53,0
	10.2 Estrutura organizacional	47,8
	10.1 Ações administrativas e de gestão	47,0
	5.2 Relações externas de professores e estudantes	46,8
	6.1 Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva	46,4
	11.1 Recursos, equipamentos e espaços de prática	40,7
	5.1 Interlocução da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais	36,1
	4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular	31,2

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos observar, dentre os três eixos da presente pesquisa, o eixo que demonstra maior necessidade de modificações é o eixo denominado de “práticas inclusivas” uma vez que a maior parte dos seus indicadores apresenta percentuais de modificação superiores a 40%, o que sugere sinal de alerta de acordo com a análise por semaforização. Ao indicar os níveis nos valores da semaforização, sinalizamos indicadores que caracterizam barreiras no ambiente universitário na visão da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e funcionários) que necessitam ações de implementação, divulgação, adaptação entre outras para serem transformadas em facilitadores da inclusão na IES. Pérez-Castro (2019) afirma que para que as barreiras sejam transpostas em facilitadores se faz necessário desenvolver uma cultura organizacional capaz de valorar positivamente a diversidade e fomentar práticas que tornem os recursos humanos mais dinâmicos (PÉREZ-CASTRO, 2019, p.16), dentre estas promover a participação de todos os departamentos da IES além de desenvolver ações concretas no espaço universitário. Para esta autora, não basta que sejam identificadas as barreiras de inclusão e acessibilidade, se faz necessário repensar ações e estratégias que possam transformar essas barreiras em facilitadores, “se as barreiras são construções sociais e não dependem somente dos sujeitos, podemos modificá-las, ou seja, transformá-las em facilitadores” (PÉREZ-CASTRO, 2019, p.7).

A esse respeito, o eixo de políticas apresenta menos da metade de seus indicadores com necessidade de grandes mudanças, enquanto o eixo de culturas sinaliza apenas dois indicadores com percentuais acima de 40% (sinalizados em vermelho pela semaforização). Cabe destacar nessa análise superficial que, nenhum dos eixos apresentou indicadores com semáforos de cor verde, ou seja, não há, na visão da comunidade acadêmica, nenhum indicador que não necessite de ajustes para que possa atender com qualidade as demandas de acessibilidade e inclusão. Nesse sentido os quadros apresentados nos apêndices (APÊNDICES F, G e H) demonstram detalhadamente as políticas, programas e projetos institucionais já existentes no campus investigado para cada um dos indicadores do INES-Brasil que, se forem implementados, divulgados etc. podem alterar as condições apresentadas com maiores necessidades de mudança. Não obstante, a discussão dos resultados nos três eixos, conforme segue abaixo, foi conduzida em diálogo com as políticas

produzidas pela universidade, buscando sinalizá-las a partir de sua identificação e distribuí-las nos três eixos da seguinte forma: os valores, questões ideológicas e conceituais foram abordados no eixo culturas inclusivas; a produção das políticas, a representatividade das pessoas em situação de deficiência e sua participação na criação de novas políticas teve destaque no eixo políticas inclusivas, e, por fim, as ações desenvolvidas relacionadas as políticas existentes foram abordadas no eixo práticas inclusivas. Dessa forma, associar esses documentos aos indicadores e compreender como transformar as barreiras indicadas pela comunidade acadêmica em facilitadores a participação de todos no ambiente universitário – desenvolvendo formas mais acolhedoras, inclusivas e de respeito às diferenças.

Eixo Culturas Inclusivas

Os dados referentes a forma de organização do INES na escala Likert para os itens de frequência “sempre” e “quase sempre” com percentual superior a 60%, se fazem presentes na percepção dos respondentes (estudantes, docentes e funcionários) na maioria dos indicadores aglutinados no eixo culturas inclusivas.

Com a finalidade de favorecer a compreensão das respostas obtidas no eixo culturas inclusivas, consideramos necessário acrescentar nesta análise, aspectos das políticas institucionais que orientam a temática da educação inclusiva e a quem estas políticas se destinam na universidade, ou seja, qual é a concepção de público-alvo destas políticas, conforme anunciado anteriormente.

Dentre os documentos institucionais selecionados para auxiliar na compreensão dos dados obtidos nos indicadores cuja semaforização indicou elevados níveis de modificação (quadro 8), consideramos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UNESP, 2016) e a Portaria nº 69 de 2020 (UNESP, 2020). O PDI indica objetivos e ações em seis dimensões: 1- Ensino de Graduação; 2- Ensino de Pós-graduação; 3- Pesquisa; 4- Extensão Universitária; 5- Planejamento, Finanças e Infraestrutura; e 6- Gestão e Avaliação Acadêmico-Administrativa (UNESP, 2016); já a Portaria nº 69 dispõe

sobre as Diretrizes Gerais da Política de Acessibilidade e Inclusão na universidade (UNESP, 2020).

Aspectos contidos no indicador 8.1 sobre regulamentação da Educação Inclusiva (45,6% de respostas positivas na semaforização) podem ser observados no PDI em três dimensões, a saber: na Dimensão 1 – Ação 2, referindo a aspectos de dados da autoavaliação dos cursos, Dimensão 4 – Ação 2, que sugere aspectos de regulamentação de ações para promoção de educação inclusiva por meio do aperfeiçoamento do sistema de avaliação dos programas, projetos, cursos, eventos e atividades de extensão universitária para evidenciar o impacto qualitativo e a comprovada transformação social; e ainda na Dimensão 6 – Ação 7, que descreve a preocupação com a implementação e o desenvolvimento de programas de avaliação contínua para o aprimoramento do planejamento, dos serviços e dos produtos informacionais oferecidos pelas bibliotecas, sem contudo, evidenciar como estas ações poderiam promover a inclusão de pessoas em situação de deficiência na Universidade, o que permite considerar que a ausência desta informação nos auxilia a compreender em parte, a indicação vermelha da semaforização (45,6%) para as respostas dos participantes neste indicador.

De modo análogo, o baixo índice de repostas foi notado para o indicador 9.2 que aborda questões sobre atividades de lazer, cultura e saúde associados à evasão, sobre o desenvolvimento de estratégias para favorecer a permanência dos estudantes conforme suas especificidades, com um índice de frequência de 54,8% de respostas indicativas de conhecimento referente ao assunto. Uma das possibilidades para compreender esses indicadores sinalizados em vermelho se relaciona a falta de visibilidade deste grupo populacional nas diretrizes que regem o PDI de forma mais explícita, na medida em que se mantem ausente referências do grupo mencionado e, quando, dados mais pontuais referem a uma determinada parcela das pessoas em situação de deficiência (grupo em destaque nesta pesquisa), como no caso do item 10, deixam de considerar a deficiência numa perspectiva interseccionalizada.

A ausência de políticas que considerem uma visão transversalizada de suas metas e diretrizes numa perspectiva interseccionalizada da situação da deficiência no contexto universitário, talvez permitam explicar em parte, que as

respostas obtidas no INES podem indicar a falta de visibilidade deste público na percepção dos respondentes nos indicadores analisados.

A preocupação com a produção de políticas específicas para as pessoas em situação de deficiência, TEA e estudantes com necessidades educacionais especiais na unidade investigada apesar de se apresentarem em consonância com as tratativas descritas na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência⁷ (BRASIL, 2015) e outras normativas internacionais (*Ley general para la inclusion de las personas con discapacidad*, MÉXICO, 2011; Decreto nº 1.421/2017, COLÔMBIA, 2017), por outro lado deixam de considerar como estas se relacionam aos discursos mais interseccionalizados acerca das condições declaradas por esses sujeitos nos documentos norteadores das políticas de matrícula da graduação e na pós-graduação e de orientação laboral na universidade e as culturas existentes neste contexto, dificultando a compreensão sobre quem se destinam tais políticas e a educação inclusiva.

Ciantelli *et al* (2021) também observaram esta incerteza no tocante a identificação do público-alvo da educação inclusiva, bem como a nomenclatura correta a ser adotada para se referir a pessoas em situação de deficiência. Os autores destacam que

“alguns participantes utilizaram em suas respostas termos ou expressões como: pessoa com necessidades especiais; pessoa portadora de necessidades especiais; pessoas especiais; pessoas com necessidades específicas, pessoas com dificuldades, limitações e alterações para se dirigir ao público que precisa de acessibilidade. Essa confusão e incerteza no uso de diferentes termos ou expressões, como a dificuldade ou até mesmo receio em nomear e identificar esse público pelos participantes, demonstra novamente a falta de familiaridade com a temática que envolve a questão da acessibilidade” (CIANTELLI *et al*, 2021, p.11).

Esta dificuldade de compreensão em muito pode ser atribuída as diferentes formas como os instrumentos institucionais se referem as pessoas em situação de deficiência. Martins e Louzada (2022) demonstraram que há um descompasso frente a caracterização dos marcadores relacionados ao perfil identificado no ato da matrícula em comparação a outros instrumentos como o censo e o próprio anuário da universidade, e, identificam um posicionamento

⁷ Adotou-se a grafia do modo como aparece no documento oficial (Pessoa com deficiência), diferente do termo adotado para esta pesquisa (Pessoa em situação de deficiência)

divergente da designação desse público na lei brasileira de inclusão (BRASIL, 2015).

Ao considerarmos esses dois documentos como referência para correlacionar com os indicadores do eixo culturas inclusivas, podemos observar que o PDI deixa de mencionar aspectos relacionados a acessibilidade e, pouco se utiliza a palavra inclusão em sua redação. Do mesmo modo, a Portaria nº 69 da UNESP ao convencionalizar medidas que garantam acessibilidade para parte do grupo referenciado nestas políticas, deixa de considerar orientações que dialoguem sobre a compreensão deste termo para além do campo da educação especial, conforme enunciado no trabalho de Ciantelli *et al* (2021). Ainda que esses documentos não sejam o espaço para descrições conceituais sobre a temática, as formas como orientam esta questão sugerem que seu uso tem se dirigido a apenas uma parcela da população que enfrenta aspectos adversos de opressão e exclusão na Universidade, advertindo que esse modo de compreensão por parte da comunidade acadêmica focado nas reivindicações de direitos de determinado segmento populacional, reforça ideias e manutenção de culturas separatistas/categorias dos diferentes coletivos para tratar da temática, enfraquecendo as lutas em favor da Educação Superior como um bem cultural para todos. Os autores (2021) ao discorrerem sobre os sentidos da palavra acessibilidade enunciada por diferentes segmentos populacionais da comunidade acadêmica destacam a importância da produção de políticas institucionais que sejam capazes de produzir culturas inclusivas para as pessoas em situação da deficiência numa perspectiva mais interseccionalizada e relacional de subjetividades de existência com demandas de outros coletivos (identidades e especificidades de classe, de cor e de sexualidade) (CIANTELLI *et al*, 2021).

No presente estudo, a ausência desse público na produção das políticas e nas comissões de diferentes segmentos na universidade corroboram com outros autores que apontam a não participação desses coletivos em diferentes situações como iniciativas de gestão democrática (LIMA e CABRAL, 2020) e adaptações conduzidas em virtude da pandemia COVID-19 que não contemplam as pessoas em situação de deficiência (GUIMARÃES, 2021) e permitem atribuir a esta invisibilidade o percentual de respostas obtidos na semaforização no tocante a regulamentação da educação inclusiva na universidade (45,6%) e nos

aspectos relacionados a caracterização dos estudantes considerando sua diversidade-pluralidade (67,4%). Nesse aspecto, Ciantelli *et al* (2021) sugerem que a comunidade acadêmica está reconhecendo timidamente a acessibilidade, indicando compreendê-la para além das barreiras físicas e valorizando a convivência entre os diferentes. Mais que isso, os autores referem que a universidade precisa ser mais plural e democrática no tocante ao acolhimento da diversidade social, fortalecendo as culturas inclusivas no ensino superior e a participação da comunidade acadêmica nos processos de criação e implementação de políticas inclusivas.

Pontualmente ligado às questões culturais, outro indicador marcado pela cor vermelha foi o “9.2 Permanência Estudantil” (54,8% na semaforização) que aborda questões sobre atividades de lazer, cultura e saúde associados à evasão, bem como o desenvolvimento de estratégias para favorecer a permanência dos estudantes conforme suas especificidades. Nesse caso, além do PDI, identificamos outras normativas que orientam a temática por meio de estabelecimento de comissões (Resolução nº 10 e nº 45, UNESP, 2015, que dispõe sobre a criação e atribuições da Comissão Permanente de Permanência estudantil - CPPE e Coordenadoria de Permanência Estudantil – COPE, respectivamente) contudo, novamente, deixam de especificar em que medidas estas ações se dirigem a favorecer a eliminação de barreiras de permanência para os grupos considerados em situação de vulnerabilidade para permanecer na universidade, dentre os quais destacam-se os estudantes em situação de deficiência.

Muito embora a universidade tenha se modificado ao longo dos anos e avançado nas questões que visam o respeito e a valorização da pessoa em situação de deficiência e outros coletivos, observa-se que os respondentes da pesquisa e as políticas analisadas restringem o olhar para a situação da deficiência num viés de categorização (deficiente é assim, deficiência é aquilo), sem problematizar que um sujeito em situação de deficiência pode se reconhecer e/ou retratar demandas que geralmente estão relacionadas aos movimentos reivindicatórios de direitos requeridos por outros coletivos. Ao produzir normativas institucionais por esse viés, a universidade sobrepõe o princípio da interseccionalidade, foco do movimento anticapacitista, que visa incluir essa discussão ao lado das lutas feministas, antirracistas, anti-LGBTfóbicas e

anticapitalistas (BERNE, 2018; GESSER *et al*, 2020), princípio esse já incorporado em políticas públicas como a Convenção do Direito das pessoas com deficiência – Decreto nº 6949 (BRASIL, 2009) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015/2019), conforme ressaltam Gesser *et al* (2020) ao destacarem que a convenção faz menções a “gênero”, “pobreza”, “meninas” e “idoso” em sua redação e a LBI retrata singularidades que relacionam a deficiência com a “pobreza”, “idade” e “gênero”, embora nenhum deles cite “raça” (GESSER *et al*, 2020, p.23).

Ainda sobre a portaria nº 69 (UNESP, 2020), destaca-se que esse documento atende as recomendações nacionais e internacionais no tocante aos marcos legislativos importantes sobre acessibilidade e inclusão e, está em consonância, na medida em que indica ações a serem implementadas pela instituição nos anos subsequentes a sua publicação para atender demandas de alguns públicos específicos como as pessoas em situação de deficiência. Não obstante, há ainda que ser amplamente divulgada no ambiente universitário para que a comunidade reconheça sua existência e possa reivindicar as suas recomendações para desenvolver ações que possam favorecer a construção de culturas inclusivas, modificando o contexto pelo direito ao acesso e participação na vida universitária.

Os dados evidenciados nos indicadores descritos neste eixo sugerem que as políticas produzidas para atender a comunidade universitária, principalmente os estudantes, não dialogam com as demandas orientadas de barreiras vinculadas a situação de vulnerabilidade social, econômica, a exemplo daquelas que buscam favorecer o acesso a Universidade por meio de cotas, deixando de fora tais segmentos populacionais, muito embora os documentos retratem indicadores referentes a aspectos que sugerem a promoção de melhorias no âmbito educacional e conseqüentemente na educação inclusiva. Contudo, ainda há que se avançar para que todas essas questões sejam discutidas e novas ações sejam propostas considerando a interseccionalidade e a transversalidade dos temas aqui problematizados como potência na promoção de culturas inclusivas na Universidade.

Eixo Políticas Inclusivas

No eixo políticas inclusivas foram contemplados indicadores referentes a existência (existe e se implementa, existe e não se implementa, não existe e não sei) e frequência (sempre, algumas vezes, nunca e não sei) não havendo nenhum indicador do tipo reconhecimento (sim, não e não sei), sendo aqueles que sinalizaram maior necessidade de atenção o indicador “6.3. Políticas em educação inclusiva” (45,8% na semaforização), indicador “8.3 Sistema de informação acessível” (47,6%) e indicador “3.1 Participação de docentes” (52,2%).

Dentre os documentos institucionais destacados para melhor compreensão dos dados obtidos observa-se novamente o PDI (UNESP, 2020) e algumas resoluções que caracterizam a criação de comissões e outras ações institucionais (Resolução nº 48, 2010; Resolução nº 52, 2020; Regulamentação da Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão – CLAI, 2018 e Rede de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão – REPADI, 2021).

Assim sendo, no tocante ao indicador 6.3 que discute a participação em convênios interinstitucionais com a finalidade de desenvolver investigações na perspectiva da educação inclusiva (45,8% na semaforização) e a referida IES, a resolução nº 48 de 2010 regulamenta esse tipo de convênio (UNESP, 2010), ou seja, a universidade prevê a participação por meio de parcerias/acordos com intuito de promover o intercâmbio cultural e científico com instituições estrangeiras. A esse exemplo, a resolução supracitada segue em vigor e se destina a todos os campi da universidade que se interessarem e cumprirem as exigências estabelecidas, porém os valores demonstrados indicam haver um desconhecimento da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e funcionários) sobre o tema abordado no documento em questão.

Nesse aspecto, podemos observar que a resolução nº 48 ao sugerir o estabelecimento de parcerias e intercâmbios, sem especificar a que público estas políticas se destinam, deixam de demarcar as demandas de coletivos específicos na universidade, e que a ausência de referência a esta resolução pode justificar a baixa presença desse indicador nas respostas. A esse respeito, Gesser *et al* (2020) destacam a importância das pessoas em situação de deficiência participarem de forma ativa no processo de construção de conhecimento e políticas no campo da deficiência, para desta forma potencializar a emancipação, porém destacam também que

nem todas as formas de participação são promotoras de agência, uma vez que o capacitismo e suas intersecções com sistemas opressivos tais como o sexismo e o racismo pode tornar alguns seres humanos menos inteligíveis a serem ouvidos do que outros. Assim, destacou-se que a promoção da participação com agência é um grande desafio, uma vez que ainda predominam concepções de ser humano que, com base em uma concepção capacitista de sujeito universal, a qual situa a deficiência como desvio, mantém práticas voltadas à objetificação das pessoas com deficiência. (GESSER *et al*, 2020, p.28)

No tocante ao indicador 8.3 que traz para discussão a existência de sistemas de informação disponível e acessível para fomentar a criação de políticas de educação inclusiva (47,6% na semaforização), encontramos no PDI um dos objetivos da dimensão 6 (gestão e avaliação acadêmico-administrativa) a indicação de aprimorar as políticas de comunicação e informação na universidade e, mais que isso, dentre as ações propostas, podemos destacar as ações 18 e 19 que preveem:

“18. Diagnosticar e atender as necessidades informacionais dos docentes e **estudantes** com relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

19. Fortalecer a disseminação, o compartilhamento e o uso de recursos informacionais físicos e digitais dirigidos a **usuários portadores⁸ de necessidades especiais (físicas ou intelectuais)**” (UNESP, 2016, p.24, grifos da autora)

Em consonância com essas ações, Sonza *et al* (2021) reforçam a importância das tecnologias assistivas e da acessibilidade digital ou virtual, garantindo que “todos possam acessar, compreender e interagir com o computador e seus recursos” (SONZA *et al*, 2021, p.18). Para esses autores, garantir a acessibilidade significa permitir que qualquer pessoa em qualquer espaço virtual e fazendo uso de qualquer tecnologia assistiva consiga interagir em igualdade de condições. Como podemos observar no presente estudo, as ações indicadas no PDI mencionam os estudantes e destacam aqueles em situação de deficiência, muito embora os resultados obtidos deixam de demonstrar que esses sujeitos reconhecem a existência de sistemas disponíveis na universidade que contemplem tais ações.

⁸ Adotou-se a grafia do modo como aparece no documento oficial (portadores de necessidades especiais), diferente do termo adotado para esta pesquisa (Pessoa em situação de deficiência).

Esses achados reforçam a ideia de que a universidade tem modificado sua compreensão acerca da presença de pessoas em situação de deficiência no ambiente universitário e minimamente apresenta estratégias para promover a inclusão desses sujeitos, contudo o resultado da semaforização representa que apenas 47,8% dos participantes identificam esse movimento. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que há avanços em se falar **SOBRE** as pessoas em situação de deficiência, mas não há como afirmar que esforços estão sendo envidados para se falar **COM** as pessoas nessa situação. Tal postura contrapõe o lema “Nada sobre nós, sem nós” que tem dentre suas publicações a conferência de Madri (ESPANHA, 2002) que alterou a frase para “Nada sobre as pessoas com deficiência, Sem as pessoas com deficiência” no qual destaca-se um trecho fundamental para sua compreensão e que deveria ser adotado por todos os países na elaboração de suas políticas e ações voltadas a inclusão, a saber:

“Todas as ações devem ser implementadas **mediante diálogo e cooperação com as relevantes organizações representativas de pessoas com deficiência**. Tal participação não deve estar limitada a receber informações ou endossar decisões. Mais do que isso, em todos os níveis de tomada de decisões, os governos precisam estabelecer ou fortalecer mecanismos regulares para **consulta e diálogo que possibilitem às pessoas com deficiência através de suas organizações contribuir para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de todas as ações**” (ESPANHA, 2002, p.3).

Do mesmo modo Sassaki (2009) reforça essa ideia ao definir inclusão como “processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana [...] com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações” (SASSAKI, 2009, p.10). A hipótese da ausência de representatividade das pessoas em situação de deficiência na elaboração dos documentos institucionais pode atribuir-se ao posicionamento “invisível” desses sujeitos na universidade enquanto outros coletivos se manifestam ativamente na busca por sua representatividade. Além disso, sabe-se que participam da elaboração desses documentos os órgãos colegiados, que devem ser compostos por 15% de estudantes do total de membros docentes, sem especificação ou indicação de que algum percentual

desses estudantes deva ser representado por pessoas em situação de deficiência.

Ball (1994) e outros autores (HOJAS, 2017; MAINARDES, 2018; SILVA E MARTINS, 2020) discorrem sobre o ciclo de políticas, e enfatizam a necessidade da comunidade acadêmica se envolver no processo de implementação das políticas para que essas possam deixar a função de ser apenas documentos institucionais e se transformem em práticas administrativas institucionalizadas. Contudo, há ainda que se pensar em estratégias para que esse coletivo (pessoas em situação de deficiência) participe de forma ativa na elaboração dessas políticas e posterior implementação. Se faz necessário dar mais espaço para esses sujeitos não só frente as comissões que abordam as questões de inclusão e acessibilidade na universidade, mas em todas as comissões para que assim possamos caminhar para uma universidade inclusiva e acessível.

Essa falta de espaço para as pessoas em situação de deficiência na criação dos documentos e políticas também se observa em outros instrumentos que visam promover a inclusão. Coincidentemente, o INDEX (BOOTH e AINSCOW, 2001), instrumento que deu origem ao INES-Brasil, não aponta indicativos que reforçam a necessidade de participação das pessoas em situação de vulnerabilidade, as quais se incluem as pessoas em situação de deficiência, uma vez que visa orientar a elaboração de plano de melhora da inclusão na educação básica, sem caracterizar um público específico (BOOTH e AINSCOW, 2001). Cabe ressaltar que tanto o INDEX, quanto o INES são instrumentos que visam a inclusão para promover melhorias nos contextos educacionais básico e superior, respectivamente, sem destaque para diferentes coletivos.

Nesse aspecto, quando se refere ao nível de percepção dos respondentes sobre o indicador “8.3 Sistemas de informação disponível” (47,6% na semaforização), o INES em sua versão inicial (COLÔMBIA, 2017) indica alguns documentos que devem ser considerados pelas IES para viabilizar estratégias em direção a acessibilidade e inclusão para cada um dos indicadores propostos para se atingir um cenário ideal dentro da perspectiva inclusiva. Para o indicador acima citado, o INES aponta a política institucional de pesquisa, os projetos de pesquisa institucionais disponíveis na instituição (dentro do próprio campus ou a nível de reitoria) e publicações de pesquisas científicas (COLÔMBIA, 2017b).

Goyeneche e Ruiz (2021) indicam como necessário haver propostas para o melhoramento desse fator o desenvolvimento de políticas específicas para populações vulneráveis, equidade de gênero e talentos excepcionais; além de projetos institucionais e artigos publicados na área da inclusão; assim como apresentações que fortaleçam os indicadores de inclusão, contudo não há destaque para incluir a participação das pessoas em situação de deficiência nesses processos em uma perspectiva interseccionalizada de luta contra a opressão da existência de corpos e de reconhecimento de subjetividades que constituem o sujeito, conforme já referenciado no tópico anterior.

Cabe destacar a necessidade de iniciativas da universidade para implementar o que rege a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e da LBI (2015) no tocante ao ensino superior uma vez que destaca “No Ensino Superior, a transversalidade da Educação Especial se realiza por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes” (BRASIL, 2008). Podemos sugerir que o percentual de respostas positivas ao indicador “8.3. Sistema de informação acessível” (47,6% na semaforização) justifica-se pelo fato da IES desenvolver algumas ações com ênfase na participação dos estudantes em situação de deficiência e outros coletivos, dentre elas a criação da Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI, 2018) e mais recentemente a Rede de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (REPADI, 2021) que tem por finalidade apresentar o material produzido por projetos e grupos de pesquisas e estudos, bem como por docentes e estudantes da universidade, além de apresentar as parcerias com grupos internacionais e agências de fomento sobre acessibilidade, diversidade e inclusão para toda comunidade acadêmica.

Nesse sentido, Silva *et al* (2018) reforçam a responsabilidade do Estado-Nação em efetivar o acesso e a permanência de grupos em situação de vulnerabilidade ao ensino superior. Para Amorin *et al* (2019) garantir o acesso e a permanência ainda é um grande desafio em nosso país e apontam a necessidade de se pensar propostas de atendimento especializado na educação superior. Para eles,

É preciso que, no Ensino Superior, o AEE seja pensado em função das condições das instituições de ensino, das características dos estudantes na relação com as especificidades dos cursos escolhidos e

da adequação de recursos para que os estudantes com deficiência tenham pleno acesso ao currículo (AMORIN, *et al*, 2019, p.14).

Alguns estudos sobre o tema nos permitem compreender as respostas encontradas no item “8.3 Sistemas de informação disponível” sobre a existência de sistemas de informação disponível e acessível para fomentar a criação de políticas de educação inclusiva (47,6% na semaforização), sugerindo que para parte dos respondentes existe na IES sistemas dessa natureza. Anache *et al* (2014) já abordaram propostas de AEE no ensino superior e destacam que algumas universidades já possuem o AEE em sua realidade, contudo, as políticas existentes que visam garantir o acesso do aluno com NEEs, ainda não são suficientes para a conclusão dos cursos, mas servem de suporte a algumas ações que precisam ser implementadas, como por exemplo uma banca especial no vestibular para assegurar condições adequadas, além de metodologias e recursos pedagógicos específicos como: intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), leitor, equipamentos adaptados, dentre outros (ANACHE *et al*, 2014, p.304). E reforçam a importância da relação universidade versus aluno por meio das comissões de acessibilidade ou serviços ofertados pelo AEE como já fora destacado por Louzada e Martins (no prelo).

No tocante a permanência, Martins *et al* (2021) descrevem os caminhos percorridos na consolidação de um núcleo de apoio pedagógico para prestar atendimento diferenciado aos estudantes autodeclarados com necessidades educacionais especiais. Dentre as atividades propostas estão: auxiliar na leitura dos textos e das atividades acadêmicas; auxiliar no cumprimento de entrega de trabalhos; apoiar os docentes no desenvolvimento de atividades didáticas; produzir materiais pedagógicos acessíveis, entre outras (MARTINS *et al*, 2021).

Desse modo, devemos pensar em estratégias de conscientização sobre a necessidade de se colocar em prática ações relacionadas ao acesso e permanência com participação ativa tendo como plano de fundo as políticas já existentes, bem como o acesso a essas informações e a participação dos coletivos em suas criações. Assim, a análise de semaforização conforme utilizaram alguns autores que também fizeram a aplicação do INES (COLÔMBIA, 2017b; ANGEL e PEREZ, 2020; GOYONECHE e RUIZ, 2021) reforça a importância de se validar o percentual de resposta favorável (47,8%) e

traçar um plano de melhora que contemple ações para favorecer o acesso a essa informação por parte da comunidade acadêmica, bem como enfatizar a possibilidade de participação dos diferentes coletivos, com destaque para as pessoas em situação de deficiência, na elaboração e implementação de políticas inclusivas. No capítulo seguinte daremos mais destaque a proposta de um plano de melhora conforme sugerem os autores que já adotaram a aplicação do INES em suas instituições.

Não obstante, o indicador “3.1 Participação docente” (52,2% na semaforização) refere a políticas que facilitam a participação dos docentes nos processos acadêmicos e administrativos, e nos leva a refletir sobre a representatividade desse grupo nas políticas institucionais uma vez que é importante considerar se há mecanismos de participação docente para escolha de estratégias e conteúdos em prol da educação inclusiva e ainda, se todos os docentes tem suas particularidades compreendidas pela IES (social, econômica, política, cultural, linguística, sexual, etno-racial e geográfica) (COLÔMBIA, 2017). Para atender tais demandas a IES conta com a Avaliação Institucional (em formato de relatório), Planejamento e avaliação departamental (instituído em 2018) e, recentemente, foi publicada a resolução nº 52 (UNESP, 2020) que dispõe sobre a avaliação de disciplinas por estudantes e docentes e estabelece normas para sua execução. Esses instrumentos e normativas favorecem a representação dos docentes nos processos acadêmicos e administrativos, porém, os dados observados revelaram que pouco mais da metade (52,2%) dos respondentes (estudantes, funcionários e docentes) desta pesquisa reconhecem essas políticas de participação docente.

Tais dados sugerem atenção aos indicadores apresentados e refletem aspectos do funcionamento da universidade e de que modo, esta dispõe de políticas inclusivas tanto de participação docente quanto de promoção de intercâmbios interinstitucionais, contudo, a comunidade acadêmica parece ter ainda dificuldades em notar o impacto destas políticas no cotidiano das práticas existentes na universidade. O que nos permite reforçar a necessidade de envolvimento da comunidade acadêmica na produção das políticas institucionais de modo que todos possam ser representados e sejam capazes de reconhecer e usufruir destas políticas.

Eixo Práticas Inclusivas

O eixo “Práticas Inclusivas” concentrou o maior número de indicadores do formulário, sendo dez dos vinte e quatro, estes divididos entre os três tipos de resposta (existência, frequência e reconhecimento) como previamente demonstrado no quadro 10. Além disso, este também foi o eixo que apresentou o maior número de indicadores com necessidade de modificações sinalizados em vermelho segundo a semaforização (quadro 8). Assim como nos eixos anteriormente descritos, as políticas institucionais existentes e o plano de desenvolvimento institucional (PDI, 2016 - vigente no período da coleta de dados) foram incorporados com o propósito de auxiliar na análise dos indicadores que integram esse eixo do estudo.

O indicador “4.2 Avaliação Flexível” apresentou o menor valor na semaforização (39,2%) dentre todos os indicadores observados nesta pesquisa sugerindo que na visão dos respondentes (estudantes, funcionários e docentes), a instituição não dispõe de ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante. Muito embora exista no PDI duas dimensões diretamente relacionadas aos estudantes e que apresentam dentre suas ações “Aperfeiçoar a formação pedagógica dos docentes e incorporar metodologias inovadoras de ensino” (UNESP, 2016, p.13-14). Em contrapartida, dentro desse mesmo eixo, o indicador “4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular” que pode ter uma relação direta com o indicador “4.2 Avaliação Flexível” uma vez que abordam questões relacionadas a flexibilidade curricular e avaliativa, apresentou o maior valor na semaforização (68,8%). Tal indicador faz referência aos currículos flexíveis e elementos que facilitem a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes dentro de sua diversidade, considerando suas capacidades, potencialidades e competências.

Assim, devemos considerar essa variabilidade de respostas para este eixo de práticas inclusivas para reavaliar estratégias que possam transformar essas barreiras em facilitadores, visto que ao observarmos os dados referentes a esses dois indicadores, é possível identificar que apesar do item “4.2 Avaliação Flexível” estar contemplado no PDI, a constatação da presença desse indicador, nas respostas dos participantes, foi baixa, o que exigirá da instituição maior

atenção a esse contexto. Nesse sentido, rever os planos de trabalho e de estudos, bem como a metodologia adotada na avaliação das disciplinas são estratégias importantes para favorecer a inclusão (COLÔMBIA, 2017a).

Gonçalves e Soares (2012) ao pesquisarem sobre avaliação e currículo no ensino superior, afirmam que

“Há um valor social e cultural na educação que se expressa no currículo e na avaliação. Exatamente por isso, a escola não pode ficar alheia a todo esse constante movimento; ela deve expressar, através do currículo e da avaliação, as intenções educativas do planejamento e seu desenvolvimento para obter resultados que não se encerram em si mesmos, mas que, articulados, desenvolvem o ensino e a aprendizagem.” (GONÇALVES e SOARES, 2012, p.67)

Essa afirmação fortalece a importância da relação entre currículo e avaliação, sugerindo que não há como dissociá-los, assim sendo, embora possam parecer controversos os resultados referentes aos indicadores “4.2 Avaliação Flexível” e “4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular”, Gonçalves e Soares (2012) acreditam que em muitos casos o currículo é flexível e atende as demandas solicitadas, porém os aspectos avaliativos ainda parecem engessados, com características mais próximas de examinar e não avaliar, tais achados podem justificar o alto percentual observado na semaforização das respostas ao indicador “4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular” (68,8%) ao passo que o indicador “4.2 Avaliação Flexível” indica níveis muito menores (39,22%) sugerindo assim maior dificuldade para se estabelecerem práticas inclusivas.

Para tanto, alguns ajustes podem ser necessários conforme descrito por Goyeneche e Ruiz (2021) que propuseram ajustar a política curricular, as políticas específicas de educação inclusiva e o estatuto estudantil e docente da universidade com articulação ao sistema de qualificação considerando os marcos da inclusão e diversidade e, dessa forma, atender as demandas defasadas observadas pelos indicadores 4.1 e 4.2 ao aplicarem o INES. Destacamos que para reforçar a implementação desses indicadores, existem resoluções recentes que definem as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica” e instituem a “Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica”

(BNC-Formação) (BRASIL, 2019) e instituem “Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar” (BRASIL, 2011); cujas redações orientam entre outras ações, quanto a flexibilização curricular e a adaptação dos processos avaliativos.

Tais medidas ao serem recomendadas pelos órgãos reguladores da Educação do Brasil para todos os âmbitos da educação, se apresentam de forma ainda tímida na universidade investigada na perspectiva dos respondentes. Esta constatação sugere necessária atenção institucional para as formas de verificação das culturas, políticas e práticas educacionais existentes e de que modo estas dialogam com as demandas dos que circulam e ou frequentam aos espaços formativos na Educação Superior, no Brasil.

Ainda nesse eixo, o indicador “7.1 Extensão, projeção social e contexto regional” traz a reflexão acerca de programas e atividades de extensão considerando a abordagem da educação inclusiva. Nesse aspecto, a maior parte dos participantes da pesquisa não reconhecem práticas dessa natureza no campus investigado (45% na semaforização). Por outro lado, a instituição conta com uma coordenadoria (CAADI – Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, 2022) que se divide em diferentes comissões, com destaque para a CLAI (Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão, 2018), que já existia na universidade antes mesmo da criação da CAADI e presta atendimento aos estudantes em situação de deficiência e outros grupos em situação de vulnerabilidade, além de dois núcleos (Núcleo de Assessoria a imigrantes e refugiados de Marília e Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão) que atuam com vistas a promover a inclusão dos diferentes coletivos (pessoas com deficiência, negros, indígenas, transgêneros entre outros) na universidade.

Esses achados nos fazem refletir sobre a implementação das propostas estabelecidas pelas políticas da IES, como pode-se observar há na universidade movimentos que visam a promoção de práticas inclusivas, contudo pouco aparecem nas respostas obtidas dos respondentes da pesquisa; indicando a necessidade de se repensar estratégias para divulgar tais comissões e núcleos a fim de que os principais envolvidos possam usufruir das ações ofertadas.

Outros seis indicadores foram sinalizados com percentuais entre 40% e 60% indicando necessidade de atenção a esses parâmetros também. O quadro

apresentado nos apêndices (APÊNDICE H), descreve todos os indicadores, seus percentuais de resposta na semaforização bem como os documentos institucionais e normativos da IES que caracterizam ações que podem estar em andamento para promoção de práticas inclusivas. De qualquer maneira, os meios de acesso e divulgação de tais documentos e normativas ainda se fazem pouco conhecidos por parte da comunidade acadêmica como já observamos anteriormente. Uma vez que se destacam entre esses indicadores ações como: estratégias de intervenção e melhoramento, ações específicas e ações administrativas para promover a educação inclusiva; criação de centros, grupos e programas que investigam assuntos relacionadas a educação inclusiva; recursos, equipes e espaços de prática acessíveis além de parceria com instituições externas e estrangeiras.

Da proposta de um Plano de Melhora

Os dados referentes aos três eixos de análise desta pesquisa (culturas, políticas e práticas inclusivas) sugerem problematizar de que modo a gestão tem reconhecido as condições de acessibilidade e inclusão, oportunizado formas de participação dos diferentes coletivos na elaboração e implementação das políticas institucionais e, quais práticas têm sido desenvolvidas para que o ambiente universitário seja reconhecido como um espaço mais acessível possível e inclusivo.

Desse modo, reforçam a necessidade de se pensar em ações com vistas a promover culturas inclusivas e disseminação de conceitos fundamentais para o acesso e a inclusão de diferentes públicos em situação de vulnerabilidade; a divulgação das políticas existentes na IES bem como incentivar a participação desses grupos (com destaque para as pessoas em situação de deficiência) na produção dessas normativas e, práticas inclusivas que viabilizem o acesso, permanência e participação ativa em condição de equidade e justiça social na universidade.

Para tanto, o documento orientador sobre o uso do INES (COLÔMBIA, 2017a) preconiza repensar algumas ações que podem favorecer o processo de inclusão, a saber: registro e controle de estudantes; documentos que sistematizem os processos de admissão; relatórios e a elaboração de guias ou

diretrizes por parte dos docentes de modo a facilitar a abordagem inclusiva nos processos acadêmicos. Além disso, outros autores que também utilizaram o mesmo formulário em instituições de ensino superior da Colômbia, propõem ações para um plano de melhora das condições de acessibilidade e inclusão e, podemos direcionar aos achados desta pesquisa com intuito de remover as barreiras identificadas nos diferentes eixos da pesquisa e/ou transformá-las em agentes facilitadores da inclusão no ambiente universitário. Dentre as ações propostas temos:

a) estructuración y desarrollo de caracterización con enfoque de diversidad a inicio de cada semestre académico; b) implementación del sistema integrado de información institucional; c) creación de boletín anual de caracterización general de los estudiantes UFPS; d) inclusión de link informativo de caracterización de población dentro de la página institucional oficial; e) inclusión de programa de seguimiento y verificación psicosocial a la encuesta tipo INES; f) actualización y alimentación de redes sociales UFPS incluyente y enlace al portal principal UFPS; g) creación del comité institucional de inclusión; h) contratación de profesional responsable de los procesos de inclusión; i) establecer el día institucional de la inclusión como herramienta de difusión, socialización y presentación de avances en esta materia [...]

a) fortalecer los talleres profesoriales de planta con un día especial en la temática de inclusión; b) creación de taller de inducción profesores de cátedra 1 día especial en temática de inclusión; c) diseño Plan estratégico para la formación y acompañamiento docente, ajustado a las necesidades de la institución; d) Establecer en el día institucional de la inclusión la socialización a grupos de investigación y semilleros sobre nuevas propuestas incluyentes, haciendo énfasis en la Facultad de Educación, Artes y Humanidades. (GOYENECHÉ e RUIZ, 2021, p.149-150)

Dentre as proposições de Goyeneche e Ruiz (2021), podemos identificar duas ações que já faziam parte da rotina da instituição lócus de estudo desta pesquisa: implementação do sistema integrado de informação institucional (SisGrad) conforme já mencionado anteriormente, que tem o intuito identificar o perfil dos estudantes no ato da matrícula/rematrícula e criação de Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão (2017) que visa mediar a relação entre estudantes, gestão e toda comunidade acadêmica com intuito de remover barreiras e promover a participação ativa dos estudantes. Contudo inúmeros são os desafios para que as especificidades formativas dos estudantes em situação de deficiência sejam visibilizadas nas ações do cotidiano e funcionamento da cultura institucional.

Com base nessas informações, nos documentos e políticas institucionais analisados ao longo da pesquisa, somados a experiência da pesquisadora⁹ e resultados de discussões e trabalhos junto ao grupo de estudos GEPDI (CIANTELLI, 2020), os quadros exibidos nos apêndices (APÊNDICES I, J e K) apresentam os indicadores do INES, bem como o percentual de modificação necessário para se alcançar 100% da meta de um cenário ideal e ações propostas com intuito de promover avanços no tocante a acessibilidade e inclusão não só de pessoas em situação de deficiência, mas de todos os coletivos em situação de vulnerabilidade, considerando também as políticas institucionais já existentes como plano de fundo para o delineamento dessa proposta.

Desse modo, ao olhar cuidadosamente para as respostas da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e funcionários) a partir da semaforização como método de análise, o estudo sugere aspectos de maior atenção aos indicadores sinalizados nas cores amarela e vermelha, que exigirão dos gestores atenção para implementar estratégias em níveis mais significativos de modificações desses indicadores, conforme apresentado previamente no tópico anterior. Devido a magnitude e complexidade dos dados, destacamos ao longo do texto apenas aqueles que apresentavam níveis de modificação expressivos enquanto os demais apresentam-se nos apêndices (APÊNDICES I, J e K) e poderão ser discutidos em oportunidades futuras de publicações desses resultados. Desse modo, os quadros 9, 10 e 11 demonstram os indicadores destacados nos resultados aqui apresentados, bem como o percentual de modificação indicado pela análise de semaforização das respostas e as ações propostas¹⁰ para que se contemple o objetivo de sugerir parâmetros que

⁹ Participante de grupo de estudos na temática de deficiência e inclusão (GEPDI – Grupo de Estudos e Pesquisas em Deficiência e Inclusão); Mobilidade estudantil (Edital da PEEPg/AUGM 2019 – UNLP – Universidad Nacional de La Plata); Integrante do Projeto Acessibilidade e inclusão em contextos universitários diferenciados - CNPq/Universal (Processo 425167/2018-6).

¹⁰ As ações propostas nos quadros 9, 10 e 11 bem como nos apêndices I, J e K, foram elaboradas com base no referencial teórico adotado para esta pesquisa, nas políticas e propostas institucionais analisadas e listadas nos apêndices (F, G e H), leituras complementares (materiais disponíveis nos links: <https://educadiversidade.unesp.br/> - Educadiversidade/UNESP; <https://www.cud.unlp.edu.ar/> - CUD/UNLP) somadas a experiência da própria autora enquanto pesquisadora da temática e na oportunidade de realizar visitas e acompanhar os trabalhos desenvolvidas pela Comissão Universitária de Discapacidade – CUD/UNLP (Edital da PEEPg/AUGM 2019 para mobilidade estudantil) para conhecer e compreender diferentes contextos universitários e trabalhos desenvolvidos fora do Brasil.

contribuam com a elaboração de um plano de melhora da gestão da educação inclusiva na Universidade.

Quadro 9. Indicadores do eixo “culturas inclusivas”, percentual de modificação e ações propostas para elaboração de um plano de melhora.

INDICADORES	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO	AÇÕES PROPOSTAS
8.1 Regulamentação da educação inclusiva: A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.	54,41%	Propor cronograma e planejamento participativo/colaborativo dos estudantes por disciplina
		Realizar entrevistas e aplicação de instrumentos durante o ano letivo com os estudantes autodeclarados em situação de deficiência e vulnerabilidade social
		Realizar avaliações anuais das práticas realizadas durante o ano, solicitar feedbacks dos estudantes em situação de vulnerabilidade
		Organizar congressos, fóruns e debates para discutir melhorias dentro da perspectiva inclusiva
		Fomentar cursos de formação continuada sobre novas metodologias de ensino que considerem uma perspectiva mais inclusiva e flexível.
9.2 Permanência Estudantil: A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades.	45,17%	Aperfeiçoar, ampliar e fortalecer as ações voltadas ao lazer, cultura, saúde, redução dos índices de evasão etc. realizadas pelas comissões de permanência estudantil e outras comissões afins
		Divulgar atividades/programas de lazer, cultura e saúde aos estudantes e propor instrumentos/questionários/testes/escalas que avaliem a participação dos estudantes nessas atividades, como forma de favorecer a permanência e/ou adequações necessárias para promover maior adesão
		Criar locais e redes de apoio no qual o estudante que está passando por dificuldades em sua trajetória acadêmica possa buscar acolhimento, auxílio, ajuda
		Promover atividades culturais que caracterizem a representatividade e o protagonismo do público em situação de vulnerabilidade assumindo cargos na coordenação/realização destas atividades
		Incentivar a participação e protagonismo das pessoas em situação da deficiência no desenvolvimento das atividades culturais e de lazer ofertadas a comunidade acadêmica
		Assegurar que a comunicação dos editais e das atividades estejam em formato acessíveis a todos na universidade
		Fortalecer e ampliar a contratação dos centros de apoio a saúde do aluno/

		trabalhador - com a oferta de acompanhamento psicológico
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 10. Indicadores do eixo “políticas inclusivas”, percentual de modificação e ações propostas para elaboração de um plano de melhora.

INDICADORES	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO	AÇÕES PROPOSTAS
6.3 Políticas em educação inclusiva: A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na <i>área da educação inclusiva</i>	54,21%	Ampliar e divulgar a existência dos convênios de cooperação interinstitucionais para toda comunidade
		Fortalecer e visibilizar os programas da Unesp que demonstram acordos interinstitucionais na temática e possibilitar a participação de pessoas em situação de deficiência nestes processos
		Promover congressos para disseminação e discussão dos resultados de projetos e programas desenvolvidos interinstitucionalmente
		Discutir estratégias para direcionar investigações na área da educação inclusiva, uma vez que não há indicação desta área de investigação no PDI e nos demais documentos institucionais relacionados
		Promover estratégias de apoio de financiamento de estudos e pesquisa na temática, com destaque a pesquisas de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou considerando grupos populacionais em situação de risco
		Promover estágios e grupos de estudos interinstituições nos quais os estudantes possam dialogar com diferentes realidades
8.3 Sistema de Informação Acessível: A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.	52,36%	Tornar o site da IES mais acessível
		Estabelecer uma política que oriente a implementação das normativas de acessibilidade para garantir a efetividade de navegabilidade e acesso aos conteúdos disponibilizados no site da Universidade;
		Buscar parcerias com empresas privadas e filantrópicas para auxiliar no desenvolvimento destas ferramentas
		Garantir e disponibilizar informação acessível (visual, QRCode, sinalética, tátil, links etc.) pelo espaço universitário; além de possuir placas com sinalização em braile pela universidade
		Implementar serviços de acessibilidade para auxiliar na adaptação dos espaços em formato acessível
		Fomentar ações para prover recursos tecnológicos que permitam a produção de livros em formato digital acessível;
		Ampliar a aquisição de recursos e equipamentos tecnológicos para melhorar o

		acesso da pessoa em situação de deficiência aos serviços da Universidade
		Conscientizar toda a população que circula no campus sobre acessibilidade em seu sentido mais amplo
		Envolver os diferentes coletivos em campanhas, debates, discussões, sobre diversidade e capacitismo
		Adquirir equipamentos de tecnologia assistiva, bem como favorecer seu uso e possibilitar treinamento para tal com apoio de especialistas (Terapeutas Ocupacionais, entre outros)
		Estabelecer uma política de aquisição e utilização das Tecnologias Assistivas na Universidade
		Realizar ações para tornar a Biblioteca acessível;
		Dar maior visibilidade as ações vinculadas a esta temática na Universidade, como integração dos materiais acessíveis e empréstimo dos acervos
		Construir uma política institucional sobre sistema de informação acessível.
		Instituir uma central de Serviço de Tradução e Interpretação de Libras para que possa dar suporte as atividades acadêmicas na Universidade aos usuários dos serviços na Unesp (eventos, salas de aula, produção de materiais acessíveis etc.)
		Digitalizar e disponibilizar materiais didáticos e pedagógicos acessíveis
		Instituir o serviço especializado responsável por este trabalho de apoio na Unidade e que auxilie seus usuários
3.1 Participação de Docentes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos.	47,84%	Criar políticas que visem maior participação dos docentes
		Capacitar os docentes sobre práticas e políticas inclusivas a fim de favorecer melhor relação com os estudantes em situação de vulnerabilidade.
		Garantir discussão sobre revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos e planos de ensino de disciplinas sobre educação inclusiva
		Traçar políticas que ampliem a reserva de vagas para contratação docente em situação de deficiência
		Dar maior visibilidade as políticas institucionais já existentes, divulgar o material, realizar oficinas e leitura compartilhada do PDI
		Promover debates sobre capacitismo na prática docente - desmistificar para compreender.
		Incentivar por meio de editais o desenvolvimento de produtos e materiais acessíveis com a participação de pessoas em situação da deficiência

		Incluir na avaliação institucional aspectos que contemplem a perspectiva inclusiva voltada a participação docente, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Articular as ações das políticas de avaliação institucional a avaliação dos cursos na oferta de disciplinas sobre a temática
		Incluir na avaliação das disciplinas aspectos relacionados a inclusão, acessibilidade e estudantes em situação de vulnerabilidade social, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 11. Indicadores do eixo “práticas inclusivas”, percentual de modificação e ações propostas para elaboração de um plano de melhora.

INDICADORES	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO	AÇÕES PROPOSTAS
4.2 Avaliação Flexível: Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.	60,80%	Realizar orientações, cursos de capacitação e formações ao corpo docente a respeito de práticas inclusivas, como forma de propiciar conhecimento sobre deficiência, inclusão e acessibilidade, com vistas à promoção de metodologias acessíveis para utilizarem com os estudantes em suas aulas e avaliações
		Investir em programas de formação continuada de docentes e funcionários sobre temas vinculados às políticas e práticas inclusivas
		Possuir profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos, para realizar acompanhamento e assessoramento da aprendizagem dos ingressantes junto aos docentes e estudantes, realizando reuniões semanais ou quinzenais com estes no primeiro semestre e nos próximos, se necessário for, bem como realizar avaliação e reavaliação das necessidades educacionais do estudante;
		Ampliar a contratação de profissionais especializados para atuar nos Núcleos de Apoio a Inclusão
		Realizar levantamento prévio das necessidades educacionais dos estudantes, através da escuta desses sujeitos, e tomar providências para executá-las.
7.1 Extensão, projeção social e contexto	55,03%	Institucionalizar bancas de verificação das demandas declaradas de NEEs nos exames de ingresso para estudantes que se reconhecem em situação de deficiência Realizar maior divulgação e articulação dos projetos de extensão existentes na temática

regional: A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto brasileiro.		Realizar a criação de novos projetos de acordo com as demandas dos estudantes ingressantes
		Realizar investigações acerca da evasão de estudantes da instituição, criando projetos que visem favorecer a permanência desses jovens nesse espaço
		Favorecer interações sociais e redes de apoio e suporte ao estudante em situação de deficiência, de vulnerabilidade etc.
		Fortalecer a criação, visibilidade e ampliação dos coletivos sociais já existentes dentro das instituições
		Favorecer a relação com instituições sociais e culturais na cidade para divulgação e ampliação de projetos
		Favorecer e incentivar a participação de estudantes em situação de deficiência e vulnerabilidade para fazer parte dos grupos de estudo e pesquisa, centros, coletivos e programas voltados a temática
		Criar e divulgar uma cartilha/guia com informações sobre os programas; comissões e resoluções que a instituição possui na perspectiva da educação inclusiva
		Ampliar a divulgação de materiais/guias/e-books já existentes na temática a toda comunidade

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2022-2026) contempla parte das ações mencionadas conforme consta no anexo 2 (Quadro - objetivos estratégicos, linhas de ação, eixos de inserção e indicadores de avaliação apresentados na versão atual do PDI, 2022-2026; UNESP, 2022). Contudo não há como garantir que essas ações se implementem com regularidade no ambiente universitário a partir de sua determinação no PDI. Há que se estabelecer políticas permanentes de avaliação institucional que possam atuar na identificação das condições de inclusão e acessibilidade, tal como é proposto pelo INES (COLÔMBIA, 2017) e por algumas universidades da Colômbia (Universidad Francisco de Paula Santander, Universidad Católica de Colômbia, entre outras) que recomendam sua utilização como procedimento de gestão da educação inclusiva na IES (COLÔMBIA, 2017; ANGEL e PÉREZ, 2020).

A semaforização como método de análise poderá contribuir de sobremaneira para a compreensão dos dados e coordenação de um plano de

melhorias da qualidade do ensino da Educação Superior conforme sugere o estudo de Angel e Pezes (2020).

Por conseguinte, tais aspectos pontuados dentro das dimensões do PDI vêm inspirando a comunidade acadêmica a transformar as barreiras em facilitadores para participação e inclusão dos que sempre tiveram a margem dos muros da Universidade – ou seja diferentes coletivos em situação de vulnerabilidade conforme destacados neste texto, com destaque a participação de pessoas em situação de deficiência. Contudo há que se problematizar de que modo essas ações podem ser implementadas com intuito de romper as barreiras de acessibilidade em seus diferentes âmbitos (metodológico/pedagógico; programático; comunicacional, informacional e tecnológico; arquitetônico, urbanístico e no transporte; e atitudinal) (BRASIL, 2015). Nesse sentido, os resultados observados com a aplicação do INES-Brasil permitem que as IES possam reorganizar suas práticas de modo a:

- repensar estratégias de contratação de recursos humanos e organização financeira para direcionar os recursos necessários conforme a oferta e a demanda demonstrada por meio dos indicadores do INES-Brasil;

- efetivar o trabalho de conscientização da comunidade e, principalmente, para que pessoas em situação de deficiência consigam participar de forma mais efetiva das políticas institucionais, comissões, projetos entre outros, com vistas à transformação dessas barreiras em agentes facilitadores da inclusão na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais apresentamos uma síntese dos resultados de modo que os constructos teóricos e metodológicos compartilhados permitam alargar a compreensão sobre a acessibilidade e inclusão de pessoas em situação de deficiência no ensino superior.

Os dados foram organizados em três grandes eixos para análise. Assim, de modo complementar os achados das políticas institucionais que orientavam a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade na universidade, se constituíram o fio condutor de sistematização dos dados nos três eixos informados (culturas, políticas e práticas inclusivas) e, considerados como intrinsecamente interligados.

No eixo “culturas inclusivas” as respostas nos indicadores analisados suscitaram ausência de visibilidade das pessoas em situação de deficiência nas políticas institucionais, de modo mais interseccionalizado. Na percepção dos respondentes, a universidade deixa de apresentar ações institucionais que consideram a pluralidade e a diversidade, assim como a disponibilidade do corpo docente em atuar de modo flexível para que os índices de evasão sejam reduzidos, deixando de problematizar tais aspectos como fundantes das práticas educativas na universidade.

Se faz oportuno mencionar que os indicadores analisados da pesquisa apesar de recomendarem a existência de políticas institucionais dirigidas a temática em questão, nos convocam a discorrer sobre a importância de institucionalizar ferramentas que permitam avaliar o impacto das culturas, políticas e práticas existentes na transformação do contexto analisado, bem como possibilitar que todos os envolvidos participem da criação e dos processos de implementação dessas políticas.

No âmbito das “políticas inclusivas” observamos que a comunidade acadêmica ainda desconhece referências administrativas institucionais produzidas pela universidade, principalmente, as relacionadas a inclusão e participação daqueles que se manifestam e/ou se encontram em situação de deficiência, por meio de divulgação de projetos e atividades existentes na IES, informação acessível sobre essas ações e participação docente. Muito embora existam regulamentações locais que orientam acordos e parcerias de

comunicação e informação, deixam estabelecer aspectos que visem regulamentar a institucionalização destas políticas na universidade.

Esses achados reforçam a ideia de que a universidade tem modificado sua compreensão acerca da presença de pessoas em situação de deficiência, porém 47,8% dos respondentes da comunidade acadêmica ainda retratam dificuldades para observar práticas inclusivas na universidade. Nesse sentido, os dados indicam que o tema circula na universidade, porém na perspectiva do falar SOBRE as pessoas em situação de deficiência, mas pouco impacto nas respostas dirigidas a afirmar estratégias que visem falar COM as pessoas nessa situação.

Ao avaliar as respostas no eixo práticas inclusivas, notamos que há poucos indicativos sobre a presença de ferramentas e estratégias flexíveis para reconhecer as fragilidades e potencialidades do seu alunado conforme as respostas dos participantes desta pesquisa (estudantes, docentes e funcionários), ao mesmo tempo, por outro lado, a universidade dispõe da CLAI – Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão que visa promover a reflexão e mediação de práticas inclusivas e, mais recentemente, foi instituída a CAADI – Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, com o propósito de garantir que as políticas e ações afirmativas se efetivem de modo a promover os direitos humanos, a equidade de gêneros, inclusão e respeito às diversidades na universidade.

Cabe pontuar alguns limites da pesquisa em virtude do período pandêmico que o país se encontra (COVID-19). Nesse aspecto algumas etapas foram reorganizadas (divulgação e aplicação do instrumento) e outras tiveram que ser desconsideradas (visita ao campus para reconhecer práticas inclusivas existentes; proposta de intervenção em uma turma com estudante em situação de deficiência; entrevista com os estudantes em situação de deficiência para escutar esses estudantes e confrontar as informações com os resultados do INES-Brasil – etapas que serão consolidadas por outros pesquisadores que participam do mesmo núcleo de estudos).

Mesmo com os entraves encontrados ao longo do percurso e, além dos resultados obtidos da análise dos três eixos após aplicação do INES-Brasil, é importante destacar o resultado de maior relevância desta tese: a eficácia do INES-Brasil enquanto instrumento de avaliação dos indicadores de

acessibilidade no ensino superior, principalmente devido ao seu impacto social, uma vez que sua aplicação possibilitou a identificação de lacunas existentes no ambiente universitário na perspectiva inclusiva, na visão da comunidade acadêmica (estudantes, funcionários e docentes), e, por conseguinte a elaboração de um plano de melhora que sugere caminhos para a promoção da inclusão nesse âmbito do ensino.

Esperamos que a partir dos indicadores analisados e da sua correlação entre eles com os documentos políticos institucionais levantados, tenhamos conseguido elencar os pontos fortes e, os que ainda precisam de modificações no ambiente universitário. Neste processo, as instituições que souberem convocar os membros da comunidade universitária para fazer as mudanças necessárias de acordo com as demandas da instituição, terão um caminho fortuito no estabelecimento de um plano de melhora das condições de acessibilidade e inclusão na Educação Superior. Novamente destacamos que o INES-Brasil se constitui uma ferramenta qualificada de avaliação da qualidade da educação na perspectiva inclusiva, para o contexto investigado e, sugere-se que o instrumento deva ser amplamente difundido e aplicado nas instituições de ensino superior do país, com vistas a melhorar as condições de acessibilidade e inclusão no cenário educacional universitário.

Os próximos encaminhamentos após a conclusão desta pesquisa se concentram nos ajustes do instrumento no tocante a identificação do perfil dos participantes da pesquisa para posterior aplicação em outras unidades da universidade lócus desta investigação e, de posse dos resultados obtidos e do plano de melhora como produto desta tese, mobilizar esforços para que estes dados alcancem as instâncias superiores da universidade e possam viabilizar a exequibilidade do plano.

REFERÊNCIAS

ALVES, D.S.S. Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história. **Polyphonia**, v.28, n.1, p.31-44, 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (org). **Manual Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V**, 2022.

AMORIN, C.C.; ANTUNES, K.C.V.; SANTIAGO, M.C. Da educação básica ao ensino superior: desafios à construção do processo de inclusão em educação. **Revista Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior**, p.1-17, 2019.

ANACHE, A.A.; ROETTO, S.S. Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no ensino superior. **Revista Educação Especial**, v.27, n.49, p.299-312, Santa Maria, 2014.

ANGEL, F.A.M.; PEREZ, L.M.M. Resultados de la aplicación del índice de inclusión para la educación superior. **Ministerio de Educación**, p.1-16, Bogotá, 2020.

BALBO, G.C. Educação Superior Brasileira: organização acadêmica. **Revista Científica eletrônica do curso de direito**, p.1-21, Garça, 2018. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/wkAntfKsLYEcp33_2019-2-28-15-25-49.pdf Acesso em 28 de agosto de 2021.

BALL, S.J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BEATON, D.; BOMBARDIER, C.; GUILLEMIN, F., FERRAZ, M. B. **Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-report measures**. Spine. v.24, n.25, p.3186-3191, 2000.

BEATON, D.; BOMBARDIER, C.; GUILLEMIN, F., FERRAZ, M. B. **Recommendations for the cross-cultural adaptation for DASH & Quick DASH outcome measures**. Institute for work & health, 45p, 2007.

BERNE, P.; MORALES, A.L.; LANGSTAFF, D.; INVALID, S. **Ten principles of disability justice**. WSQ: Women's Studies Quarterly, v. 46, n. 1, p. 227-230, 2018.

BOOTH, T; AINSCOW, M. (col.) **Guía para la mejora evaluación y mejora de la educación inclusiva**. CSIE. Centre for Studies in Inclusive Education. Reino Unido: CSIE, 130f, 2000.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index for Inclusion: developing learning and participation in schools**. Tradução de Mônica Pereira dos Santos e João Batista Esteves. 3rd ed. rev. ampl. Bristol: CSIE, 2012.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, v.15, n.2, p.73-83, 2001.

BRANCO, A. P. S. C. **Análise das condições de acessibilidade no ensino superior: estudo com pós-graduandos**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru/SP, 2015.

BRANCO, A.P.S.C.; LEITE, L.P. Condições de acessibilidade na pós-graduação: um estudo com estudantes de universidade pública. **Psicologia da Educação**, v.43, p.35-45, 2016

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 21 dez, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso em abril de 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 dez. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em janeiro de 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de setembro de 2008. Disponível em: https://memoria.ebc.com.br/sites/portalebc2014/files/atoms/files/decreto_n_6.571_de_17_de_setembro_de_2008.pdf Acesso abril de 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 31 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em 11 de agosto de 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso abril de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso abril de 2020.

BRASIL. Decreto nº10.502, de 30 de setembro de 2020 – Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 01 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> Acesso em 17 de abril de 2021.

BRASIL. Decreto nº 18.951 de 11 de Abril de 1931, Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1931. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm Acesso em 26 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso em janeiro de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm Acesso em 10 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em 12 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 28 ago 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em 12 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em 10 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm Acesso em 12 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação superior – Sinopse Estatística da Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> Acesso em 12 agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Disposições Gerais da Lei 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, de 20 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 19 de Janeiro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005/2014 - **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em 10 de agosto de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**, 2013. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf> Acesso em 26 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Sistema de Seleção Unificada. **Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**, Brasília: SECADI/SESU 2013.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 2, de 11 de setembro de 2001 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**; Poder Executivo, Brasília, DF, 12 set 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso 13 maio de 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2011 - Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. **Ministério da Educação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=199151-rcp002-21&category_slug=agosto-2021-pdf&Itemid=30192 Acesso 13 novembro de 2021.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso 13 novembro de 2021.

CABRAL, L. S. A. Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Revista Educação PUC - Campinas**. v.22, n.3, p.371-387, 2017.

CANSINO, P.A.P. Inclusion educativa y cultura inclusiva. **Revista nacional e internacional de educacion inclusiva**, v.10, n.2, p.213-226, 2017.

CARVALHO-FILHA, F.S.S.; NASCIMENTO, F.S.C.; LIMA, A.F.A.; LIMA, N.D.P.; SILVA, M.V.R.S. Inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior: desafios e perspectivas. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.4, n.2, p.53-62, 2017.

CIANTELLI, AP.C. **Estudantes com deficiência na universidade: contribuições da psicologia para as ações do núcleo de acessibilidade**. 2015. 189f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru/SP, 2015

CIANTELLI, AP.C. **Trajetória acadêmica de estudantes com deficiência no ensino superior do Brasil e de Portugal: contribuições da psicologia**. 2020. 349f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru/SP, 2020

CIANTELLI, A.P.C.; PAGNI, P.A.; AMORIM, L.M.; MARTINS, S.E.S.O. O olhar de uma comunidade universitária sobre a acessibilidade: da dispersão aos limiares de seus marcadores convencionais. **Revista Pasajes**, n.12, p.1-29, 2021.

COLLINS, P.H. **Interseccionalidade**. São Paulo, Bomtempo, 2021.

COLÔMBIA. Ministerio de Educación Nacional. **Índice de inclusión para educación superior (INES)**, Bogotá, 2017, 158p, 2017a.

COLÔMBIA. Ministério de Educación Nacional. Fundação Saldarriaga Concha. **Informe final y resultados de Aplicación**. Documento elaborado en el marco del convenio 860 celebrado entre el Ministerio de educación Nacional y la Fundación Saldarriaga Concha, 54p, 2017b.

COLÔMBIA. Ley Estatutaria 1.618 de 2013 por medio de la cual se establecen las disposiciones para garantizar el pleno ejercicio de los derechos de las personas con discapacidad, **Diario Oficial**, 2013.

COLÔMBIA. Decreto nº 1.421 de 2017 por el cual se reglamenta en el marco de la educación inclusiva la atención educativa a la población con discapacidad, **Diario Oficial**, 2017c.

CROCHIK, J. L. *et al.* Análise de um formulário de avaliação de inclusão escolar. **Imagens da Educação**, v. 1, n. 2, p. 71-87, 2011.

CUNHA, M.D. **As vozes de servidores com deficiência: Uma análise da inclusão em universidades públicas**. 2019. 204f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara/SP, 2019.

ESPANHA. **Declaração de Madri**, aprovada em 23 de março de 2002. Disponível em: https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/educacao_basica/educacao_e_especial/legislacao/declaracao_de_madri_de_2002.pdf Acesso em: 30 de março de 2022.

FRANÇA, T.H. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para emancipação social. **Lutas Sociais**, v. 17, n.31, p.59-73, São Paulo, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 144p., 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 184p., 2003.

FREITAG, R.M.K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem**, v.26, n.2, p.667-686, 2018.

GABEL, S.L.; CONNOR, D.J. Theorizing disability: implications and applications for social justice in education. **International Journal of Inclusive Education**, p.377-399, Reino Unido, 2008.

GAVALDÃO, N. **Estudantes surdos na educação superior: análise de professores sobre o contexto pedagógico**. 2017. 215f. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília/SP, 2017.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A.G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. Cap.1, p.17-36, In: GESSER, M.; BLOCK, G.L.K.; LOPES, P.H. (org). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**, Curitiba, 2020.

GONÇALVES, K.A.; SOARES, J.I. A avaliação e o currículo no ensino superior: pensando a formação e a prática docente. **Polyphonia**, v.23, n.1, p.57-70, 2012

GOYENECHE, D.C.R.; RUIZ, L.K. El concepto de inclusión em la educación superior: implementación de la iniciativa INES en las universidades colombianas. **Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación**, v. 12, n.1, pp. 130-163, 2021.

GRUMAN, M. A UNESCO e as políticas culturais no Brasil. **Políticas culturais em revista**, v.2, n.1, p.174-186, 2008.

GUIMARÃES, D.N. Educação superior sob múltiplos olhares: por uma visão emancipatória. Cap.9, p.122-132, In: MELO, R.L.V; GUERRA, E.S.F.M; FURTADO, M.M.F.D. (org). **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**, Campos dos Goytacazes, 2021.

HERNANDEZ-SANCHEZ, A.M.; CARRILLO, J.A.O. Percepción de bienestar en experiencias inclusivas de blended learning. **Educatio Siglo XXI**, v.34, n.2, p.63-82, 2016.

HOJAS, V.F. **SARESP: a escola como produtora de políticas**. 2017. 131f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília/SP, 2017.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**, 11ª edição, 302p., São Paulo, 2021.

LAGO, M. **Index para a Inclusão: Uma possibilidade de Intervenção Institucional**. 2014. 140f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. de. A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos. **Psicologia USP**, vol. 29. n. 3, p. 432-441, 2018.

LEITE, L.P; MARTINS, S.E.S.O. **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas as diferenças na escola**. Cultura Acadêmica: São Paulo, Oficina Universitária: Marília, 2012.

LEITE, L.P.; PLETSCHE, M.D. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, v.33, n. especial, p.87-106, 2017.

LIMA, A.H.; CABRAL, L.S.A. Gestão democrática na educação superior para a diferenciação e acessibilidade curricular. **Revista on line de política e gestão educacional**, v.24, n. esp. 2, p.1104-1117, 2020.

LOUZADA, J. C. de A. **Inclusão educacional: em foco a formação de professores de educação física**. 2017, 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília/SP, 2017.

LOUZADA, J.C.A.; MARTINS, S.E.S.O. Diferentes Práticas Inclusivas no Ensino Superior. *In*: PAPIM, A.A.P.; DI ROMA, A; FONSECA, K.A. **O professor e a educação para a diversidade: desafios didáticos**, no prelo.

MACHADO, A.; LEAL, C. FIGUEIRAS, D.; REIS, E.; MIRANDA, L. RIBEIRO, S. **Estudos culturais – o pensamento de Canclini**. 2012. Disponível em: <https://aulasdecomunicacao.wordpress.com/2012/12/18/estudos-culturais-o-pensamento-de-canclini/> Acesso em: 20 de outubro de 2021.

MAGNABOSCO, M.B.; SOUZA, L.L Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.27, n.2, 1-11, Florianópolis, 2019.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional. **Jornal de políticas educacionais**, v.12 n.16, p.1-19, 2018.

MARCHELLI, P.S. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum**, v.12, n.3, p.1480-1511, São Paulo, 2014.

MARTINS, B.A.; CHACON, M.C.M. Escala de eficácia docente para práticas inclusivas: validação da *teacher efficacy for inclusive practices (TEIP) scale*. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.25, n.1, p.1-16, 2020.

MARTINS, S.E.S.O.; LOUZADA, J.C.A. Política de identificação de estudantes em situação de deficiência em uma universidade pública brasileira. **Educação e Filosofia**, v.36, n.76, p.65-96, 2022.

MATUOKA, I. Ensino superior: da expansão do acesso aos atuais desafios. **Centro de referências em educação integral**, 9p., 2019. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/ensino-superior-da-expansao-do-acesso-aos-atuais-desafios/> Acesso em 14 de junho de 2021.

McRUER, Robert. **Crip Theory: cultural signs of queerness and disability**. Nova Iorque: New York University Press, 2006

McRUER, R. **El gesto más radical: teoría crip**, Entrevista realizada por Melania Moscoso e publicada em 21/09/21 Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3SsYGvNCWnpOAJtL7hbNZp?si=ZCmED83SQmGZ4ISvSYzYlw&utm_source=copy-link Acesso em 09 de novembro de 2021.

McRUER, R. **“McRuer on Crip Theory”** Entrevista realizada por Bengt Elmén e publicada em 07/05/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IZW6yoqINv4&t=10s> . Acesso em: 10 de novembro de 2021.

McRUER, R. **“Tiempos Cripp: discapacidad, globalización y resistencia”**. Conferência magistral do VII Congreso de Ciencias, Artes y Humanidades “El cuerpo descifrado” – Cuerpos excluidos. Prácticas corporales y discriminación. Publicado em 29/10/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q6f-97Mz1SE&t=4668s> Acesso em 10 de novembro de 2021.

MELLO, A.G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da USFC. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.21, n.20, p.3265-3276, 2016.

MELLO, A.G.; NUERNBERG, A.H.; BLOCK, P. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. Cap.4, p.91-117, In: SCHIMANSCKI, E.; CAVALCANTE, F. G (org). **Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares**, Ponta Grossa, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/294894346_Nao_e_o_corpo_que_discapacita_mas_sim_a_sociedade_a_interdisciplinaridade_e_o_surgimento_de_estudos_sobre_deficiencia_no_Brasil_e_no_mundo Acesso em 6 de setembro de 2021.

MENINO-MENCIA, G. F. **Processos de inclusão e exclusão escolar: um estudo em uma escola pública do ensino fundamental I utilizando o “Index para Inclusão”**. 2016, 158f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru/SP, 2016.

MESQUITA, B.A.M.R.; BAPTISTA, T.J.R. A concepção de docentes do curso de licenciatura em educação física: sobre o acesso e permanência da pessoa com deficiência no ensino superior. **Revista Educação Especial**, v.32, p.1-23, 2019.

MEXICO. Ley general para la inclusion de las personas con discapacidad, publicada en el **Diario Oficial de la Federación** el 30 de mayo de 2011, 2011.

MINHOTO, C.M.B. **Percepções de autoeficácia para as práticas inclusivas dos professores do ensino regular da educação especial**. 2015. 112f.

Dissertação (Mestrado em Educação Especial, Domínio Cognitivo e Motor) – Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro, 2015.

MOROSINI, M.C.; FERNANDES, C.M.B.; LEITE, D.; FRANCO, M.E.; CUNHA, M.I.; ISAIA, S.M.A. A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. **Revista brasileira de educação**, v.21, n.64, p.13-37, 2016.

MUCCINI, P. **Estudantes com surdocegueira na universidade: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica**. 2017. 118f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2017.

NEPOMUCENO, M.F. **Apropriação no Brasil dos estudos sobre deficiência: uma análise sobre o modelo social**. 2019. 171f. Tese (Doutorado em Educação e Docência) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Minas Gerais, 2019.

OLIVER, M. The social model in action: if i had a Hammer, cap 2, p.18-31, In: BARNES, C.; MERCER, G. **Implementing the social model of disability: theory and research**, 2004.

OLIVEIRA, M.S.; MELO, S.C.; SILVA, M.C.L. O acesso de estudantes com deficiência no ensino superior e sua relação com o projeto de sociedade existente. **Revista Práxis**, v.16, n.41, p.167-183, 2020.

OLIVEIRA, M.; SANTOS, A.; GONÇALVES, S. O Index como material de referência para reflexão. **Revista do CFCH**, edição especial, p.1-5, Rio de Janeiro, 2014.

OMOTE, S. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.2, n.4, p.127-135, 1996.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **11ª Classificação Internacional de Doenças (CID-11)**, 2020. Disponível em: <https://icd.who.int/en> Acesso em: 23 de maio de 2022

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, Nova York, 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória: Ministério Público do Trabalho, 124p., 2014. Disponível em: http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf Acesso em 23 de julho de 2021.

PÉREZ-CASTRO, J. Entre barreras y facilitadores: las experiencias de los estudiantes universitarios con discapacidad. **Sinéctica**, p.1-22, 2019.

PICCOLO, G.M.; MENDES, E.G. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Revista Educação e Sociedade**, v.34, n.123, p.459-475, Campinas, 2013.

RODRÍGUEZ-MARTÍN, A. (Comp.) 2017. **Prácticas innovadoras inclusivas: retos y oportunidades**. Oviedo, Ediuono, 2684p., 2017.

ROTH, L.; ESPÍNDOLA, A.M.S.; SANTOS, V.O.; DORION, E.C.H.; FACHINELLI, A.C.; SEVERO, E.A. A estrutura do ensino superior no Brasil. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v.6, n.3, p.111-126, Florianópolis, 2013

SÃO PAULO. **Base de dados dos direitos da pessoa com deficiência**, 2019. Disponível em: <https://basededadosdeficiencia.sp.gov.br/dadossupaluno2019.php> Acesso em 15 de junho de 2021.

SANTOS, A.O. OLIVEIRA, G.O. RODRIGUES, M.C. (org) **Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios 4**. Uberlândia, MG: FUCAMP, 2022. 108p.

SANTOS, M. P. dos. As Contribuições do index para a inclusão na formação continuada de professores. **Revista diálogos e perspectivas em educação especial**, v. 2, n. 1, p.89-102, 2015.

SANTOS, P.N.D. **Tradução e adaptação transcultural do instrumento *wound wuality of life***. 2016., 103F. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Universidade Federal do Paraná – UFP, Curitiba/PR, 2016.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr., p. 10-16, 2009.

SEBASTIAN-HEREDERO, E.; ANACHE, A.A. A percepção docente sobre conceitos, políticas e práticas inclusivas: um estudo de caso no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.15, n.1, p.1018-1037, Araraquara, 2020.

SEPTIMIO, C.; CONCEIÇÃO, L.C.; DENARDI.V.G. Poderes e perigos da política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. **Revista de estudos em educação e diversidade**, v.2, n.3, p.249-262, 2021.

SHAKESPEARE, T. The social model of disability, cap.16, p.214-221, In: DAVIS, L.J. **The Disability Studies Reader**, Nova York, 2014.

SHAKESPEARE, T.; WATSON, N. The social model of disability: an outdated ideology? **Research in Social Science and Disability**, v.2, p.9-28, 2002.

SILVA, K.C. **Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência**. 2016, 149f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília/SP, 2016.

SILVA, K.C.; MARTINS, S.E.S.O.; LEITE, L.P. A matrícula de estudantes da educação especial em uma universidade pública do Brasil. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, v.26, n. 44, p.2-20, 2018.

SILVA, R.C.D.; MARTINS, S.E.S.O. Contribuições de Stephen Ball e colaboradores para o estudo de políticas de currículo. **Revista Communitas**, v.4, n.7, p.386-395, 2020.

SILVA, S.C.; GESSER, M. NUERNBERG, A.H. A contribuição do modelo social da deficiência para a compreensão do transtorno do espectro autista. **Revista Educação, artes e inclusão**. v.15, n.2, p.187-207, 2019.

SONZA, A.P.; NASCIMENTO, G.F.; EGAMI, B.K.N. Acessibilidade Digital, Cap.1, p.13-25. In: MELO, F.R.L.V.; GUERRA, E.S.F.M.; FURTADO, M.M.F.D. (org). **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**, Campos dos Goitacazes, 2021.

STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Colaboração, Rede de apoio e construção de comunidade. In William Stainback, & Susan Stainback (Eds.). **Inclusão: um guia para educadores**. (pp. 223-230). Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

STALIVIERI, L. El Sistema de educación superior de Brasil: características, tendencias y perspectivas. **Universidades**, n.34, pp.47-61, Caribe, Distrito Federal, 2007

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior - Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192 Acesso em: 13 de maio de 2020.

UNESP. **Anuário Estatístico**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. - vol. 1(2001) - São Paulo: Unesp, APE, 2001 - Ano abrangido pelo anuário: 2019, 2020. Disponível em: https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario_2020.pdf Acesso em: 28 de novembro de 2021.

UNESP. **Anuário Estatístico**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. - vol. 1(2001) - São Paulo: Unesp, APE, 2001 - Ano abrangido pelo anuário: 2020, 2021. Disponível em: https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario_2021.pdf Acesso em: 28 de novembro de 2021.

UNESP. **Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, CAADI**, 2022. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi> Acesso em 24 de Março de 2022.

UNESP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2009-2018 – Adequações**, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1262CYLdPpoDwQLegwFURqXS6-npCLduK/view> Acesso em 28 de novembro de 2021.

UNESP. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2022-2026**, 2022. Disponível em: https://www.ibilce.unesp.br/Home/Comissoes671/PermanentedoEnsino/pdi-unesp-2022_2026-3.pdf Acesso em 23 de março de 2022.

UNESP. **Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão – CLAI**, 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/instituicao/administracao/comissoes-assessoras/comissao-de-acessibilidade/> Acesso em 28 de novembro de 2021.

UNESP. **Portaria UNESP nº 69**, de 12 de fevereiro de 2020. Institui as Diretrizes Gerais da Política de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Unesp. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/Home/Comissoes671/portarias-69-2020.pdf> Acesso em 26 de março de 2022.

UNESP. **Rede de pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão, REPADI**, 2021. Disponível em: <https://www.acessibilidade.unesp.br/> Acesso em 29 de março de 2022.

UNESP. **RESOLUÇÃO UNESP Nº 10**, de 9 de fevereiro de 2015 . **Dispõe sobre a criação e as atribuições da Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE** Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/proex/permanenciaestudantil/resolucao-cppe-criacao-atribuicoes.pdf> Acesso em 27 de março de 2022.

UNESP. **RESOLUÇÃO UNESP Nº 45**, 16 de julho de 2015. Dispõe sobre a criação e as atribuições da Coordenadoria de Permanência Estudantil – COPE. Disponível em: https://www2.unesp.br/Home/cope/documentos/resolucao-45_16072015.pdf Acesso em 27 de março de 2022

UNESP. **RESOLUÇÃO UNESP Nº 48**, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010. Regulamenta a tramitação de propostas de Convênio, de Protocolo ou Acordo de Cooperação, bem como de Termo Aditivo, Anexo e Termo de Prorrogação de vigência desses ajustes, a serem celebrados pela Universidade. Disponível em: <https://www.caunesp.unesp.br/Home/sobreocaunesp/convenios-acordos-de-cooperacao-e-ajustes-procedimentos-tramitacao-e-fluxograma.pdf> Acesso em 26 de março de 2022.

UNESP. **RESOLUÇÃO UNESP Nº 52**, de 03 de setembro de 2020. Dispõe sobre a avaliação de disciplinas por estudantes e docentes e estabelece normas para sua execução. Disponível em: <https://ib.rc.unesp.br/Home/Instituicao/DivisaoTecnicaAcademica/SecaodeGraduacao/avaliacao-de-disciplinas-por-estudantes---resolucao-52-2020.pdf> Acesso em 29 de março de 2022.

UPIAS. Union of the Physically Impaired Against Segregation. **Fundamental Principles of Disability**, p.1-34, 1976.

YIN, R.K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A: Avaliação por juízes I

Dados pessoais

Idade em anos: _____

Sexo: () Feminino () Masculino () Não quero informar

Curso: () Psicologia () Educação Física () Ciên. da Computação
() Sis. Informação

Ano de Ingresso: _____

Período do curso: () Integral/Diurno () Noturno

Você se declara com deficiência (visual, auditiva, física e/ou intelectual), Transtorno do Espectro Autista, Surdez, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação?

() Sim () Não

Se sim, qual condição se identifica?

Em caso afirmativo, informe se apresenta alguma necessidade especial para preencher o questionário e/ou acompanhar suas atividades na universidade?

ORIENTAÇÕES

O presente instrumento tem por objetivo investigar as contribuições da adaptação e aplicação do “INES” (Índice de Inclusão no Ensino Superior) na promoção de práticas educativas inclusivas na educação superior, em uma universidade pública brasileira. Desse modo, solicitamos o seu apoio para auxiliar na revisão dos 25 indicadores que integram o instrumento. Leia atentamente cada indicador e verifique se a **DEFINIÇÃO** contribui para a sua compreensão, indicando como resposta uma das seguintes opções:

Sim: se a **DEFINIÇÃO** corresponde ao indicador

Não: se a **DEFINIÇÃO** não é suficiente para esclarecer o indicador

Observações: comente suas dificuldades/facilidades na análise de cada indicador.

INDICADORES DE FREQUÊNCIA

INDICADOR 1: Barreiras para aprendizagem e participação.

DEFINIÇÃO: A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 2: Participação de estudantes.

DEFINIÇÃO: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 3: Participação de Docentes.

DEFINIÇÃO: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 4: Avaliação Flexível.

DEFINIÇÃO: Os processos acadêmicos da instituição contam com ferramentas de avaliação flexível que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 5: Sistema de Informação Inclusivo.

DEFINIÇÃO: A instituição conta com um sistema disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADORES DE EXISTÊNCIA

INDICADOR 1: Identificação e caracterização dos estudantes (frequência).

DEFINIÇÃO: A instituição identifica a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, sexuais, etno-racial, físicas, geográficas) e destina ênfase àqueles mais suscetíveis a serem excluídos do sistema.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 2: Docentes Inclusivos.

DEFINIÇÃO: A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 3: Interdisciplinaridade e flexibilização curricular.

DEFINIÇÃO: Os currículos da instituição são flexíveis e interdisciplinares, contém elementos que facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e competências da diversidade estudantil.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 4: Articulação da educação inclusiva com os processos de investigação, inovação e criação artística e cultural.

DEFINIÇÃO: A instituição desenvolve, em seus processos de investigação, temáticas relacionadas a educação inclusiva, e promove estratégias apoiadas em seus princípios.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 5: Processos de autoavaliação e autorregulação com enfoque na educação inclusiva.

DEFINIÇÃO: A instituição implementa processos de autoavaliação e autorregulação que permitem identificar o enfoque da educação inclusiva e suas características.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 6: Estratégias de intervenção.

DEFINIÇÃO: A instituição implementa estratégias de intervenção a partir dos resultados das autoavaliações e das avaliações da comunidade acadêmica.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 7: Programas de bem-estar universitário.

DEFINIÇÃO: As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 8: Permanência Estudantil.

DEFINIÇÃO: A IES identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 9: Processos administrativos e gestão flexível.

DEFINIÇÃO: Os processos administrativos estão apoiados na perspectiva da educação inclusiva e permitem identificar suas características.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 10: Programas sustentáveis de educação inclusiva.

DEFINIÇÃO: Os recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para promover a educação inclusiva.

☐ Sim ☐ Não

Comente: _____

INDICADOR 11: Instalações e Infraestrutura.

DEFINIÇÃO: As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.

☐ Sim ☐ Não

Comente: _____

INDICADOR 12: Programas sustentáveis de educação inclusiva.

DEFINIÇÃO: A instituição fomenta o financiamento das estratégias de educação inclusiva.

☐ Sim ☐ Não

Comente: _____

INDICADOR 13: Apoio financeiro e estudantil.

DEFINIÇÃO: A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.

☐ Sim ☐ Não

Comente: _____

INDICADORES DE RECONHECIMENTO

INDICADOR 1: Inserção da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais.

DEFINIÇÃO: Em seus processos acadêmicos, a instituição toma como referência as tendências, o estado da arte das disciplinas ou profissões e os critérios de qualidade aceitos pelas comunidades acadêmicas nacionais e internacionais, estimula o contato com membros reconhecidos dessas comunidades e promove a cooperação com instituições e programas no país e no exterior.

☐ Sim ☐ Não

Comente: _____

INDICADOR 2: Relações externas de professores e estudantes.

DEFINIÇÃO: A instituição promove a interação com outras instituições de âmbito nacional e internacional, e coordena a mobilidade de professores e estudantes, entendida esta como deslocamento temporário, de mão dupla, com enfoque inclusivo e propósitos acadêmicos.

☐ Sim ☐ Não

Comente: _____

INDICADOR 3: Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva.

DEFINIÇÃO: A instituição conta com centros, grupos e/ou programas de investigação relacionados a educação inclusiva.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 4: Extensão, projeção social e contexto regional.

DEFINIÇÃO: A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto brasileiro.

() Sim () Não

Comente: _____

INDICADOR 5: Estrutura organizacional.

DEFINIÇÃO: A estrutura organizacional da instituição permite desenvolver ações específicas para promover a educação inclusiva.

() Sim () Não

Comente: _____

Acrescente aqui suas observações no tocante ao preenchimento do instrumento. Dificuldades e facilidades quanto a compreensão do conteúdo, entre outras observações pertinentes.

APÊNDICE B: Avaliação por juízes II

Orientação:

Olá, você está sendo convidado para contribuir com a adaptação do INES – Índice de Inclusão para o Ensino Superior (COLÔMBIA, 2017), realizada por Juliana C A Louzada e Sandra Eli S. O. Martins.

Sua tarefa será, a partir da apresentação dos indicadores bem como de suas definições, sugerir alterações, exclusões ou inclusões de palavras com a finalidade de tornar a definição mais clara e objetiva. Desde já agradecemos seu apoio e parceria!

Apresentação dos indicadores com concordância inferior a 75% na interpretação de suas definições.

INDICADOR: Avaliação Flexível. **DEFINIÇÃO:** Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante (67,7%)

INDICADOR: Identificação e caracterização dos estudantes. **DEFINIÇÃO:** A instituição percebe a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, sexuais, etno-racial, físicas, geográficas) e identifica àqueles mais suscetíveis a serem excluídos do sistema. (73,8%)

INDICADOR: Regulamentação da educação inclusiva. **DEFINIÇÃO:** A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva (72,3%)

INDICADOR: Estratégias de intervenção. **DEFINIÇÃO:** A instituição implementa estratégias de intervenção a partir dos resultados da autoavaliação para melhoria da participação da comunidade acadêmica. (67,7%)

INDICADOR: Permanência Estudantil. **DEFINIÇÃO:** A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades (73,8%)

INDICADOR: Programas sustentáveis de educação inclusiva. **DEFINIÇÃO:** A instituição fomenta e operacionaliza estratégias que promovam a educação inclusiva (73,8%)

APÊNDICE C: Avaliação por juízes III

Orientação:

Olá, você está sendo convidado para contribuir com a adaptação do INES – Índice de Inclusão para o Ensino Superior (COLÔMBIA, 2017), realizada por Juliana C A Louzada e Sandra Eli S. O. Martins.

Sua tarefa será a partir de questões norteadoras já adaptadas a realidade universitária brasileira, você deve identificar qual o conjunto de questões descritas na Tabela 1, corresponde ao descritivo dos indicadores apresentados na tabela 2. Basta realizar a leitura atenta ao conjunto de questões disponíveis na tabela 1 indicar a que indicadores esse conjunto representa aos descritivos contidos na tabela 2. Desde já agradecemos seu apoio e parceria!

TABELA 1

1	Questões Norteadoras
	1- Contemplam a missão e o projeto da instituição as seis características da educação inclusiva pensando na eliminação destas barreiras?
	2- Existe na instituição uma instancia responsável por examinar quais são estas barreiras?
	3- Estas barreiras têm sido identificadas? São implementadas estratégias concretas para sua eliminação?
2	Questões Norteadoras
	1- A instituição conta com ações e/ou resoluções administrativas que priorize oferta de serviços ou apoio nos âmbitos/dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, sexuais, etno-racial, físicas e geográfica de seus estudantes, com a finalidade de facilitar o acesso e a permanência?
	2- A instituição conta com estudos sobre as condições de sua população estudantil (social, econômica, política, cultura, linguística, sensoriais, física e geográfica) e usa esta informação para desenvolver práticas educacionais inclusivas?
	2- Há instrumentos institucionais (ingresso e permanência) que visam a identificação de integrantes da comunidade acadêmica vulneráveis a exclusão?
3	Questões Norteadoras
	1- A participação dos estudantes na instituição está identificada de maneira explícita na política institucional?
	2- Os estudantes desempenham um rol ativo em desenvolvimento da política institucional?
	3- A representatividade dos estudantes nas decisões de política institucional é coerente?
	4- Existem mecanismos de participação para que os estudantes elejam os conteúdos e as estratégias de ensino e aprendizagem acessíveis a todos no âmbito da sala de aula?

	5- Existem mecanismos de participação para que os centros, conselhos e diretórios acadêmicos contribuam com a organização de práticas inclusivas na instituição?
	6- Há serviços, recursos e apoios especializados que garantem a participação e aprendizagem que visem a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, tecnológicas, atitudinais e urbanísticas?
4	Questões Norteadoras
	1- Existe análise sobre a evasão de estudantes, suas causas e possíveis estratégias para garantir sua permanência em condições de qualidade?
	2- Conta com uma divulgação dos sistemas de recursos, serviços, apoio, crédito, subsídio, bolsas e estímulos para todos os estudantes, com atenção especial às minorias suscetíveis a exclusão?
5	Questões Norteadoras
	1- A participação dos docentes está identificada de maneira explícita na política institucional?
	2- A representatividade dos DOCENTES nas decisões de política institucional é coerente?
	3- Existem mecanismos de participação para que os docentes escolham conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem em prol da educação inclusiva?
	4- A instituição garante a participação de todos os docentes, tendo em conta suas particularidades sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, sexuais, etno-racial, físicas e geográfica?
6	Questões Norteadoras
	1- Há um documento institucional que avalie se o docente promove práticas inclusivas?
	2- Os docentes contam com processos de formação permanente sobre educação inclusiva e atenção a diversidade, independentemente do seu tipo de vínculo e área de conhecimento?
	3- São compartilhadas estratégias pedagógicas e metodológicas de educação inclusiva entre os docentes para serem aplicadas nos processos acadêmicos e promover AÇÕES DESTA NATUREZA na instituição, considerando a diversidade de seus estudantes?
	4- Os docentes contam com processos de formação permanente sobre educação inclusiva e atenção a diversidade, independentemente do seu tipo de vínculo e área de conhecimento?
7	Questões Norteadoras
	1- Os currículos contemplam metodologias flexíveis para o ensino e aprendizagem em atenção a diversidade?
	2- São implementadas nos planos de estudos didáticas inovadoras que levam em conta as particularidades dos estudantes nos processos de desenvolvimento e aprendizagem de suas capacidades?
	3- Existe uma perspectiva interdisciplinar que considere as particularidades do ambiente e dos contextos inclusivos?
	4- A utilização das TICs no desenvolvimento dos currículos permite viabilizar a aprendizagem e a participação de todos os estudantes?

	5- Existe um serviço de apoio pedagógico inclusivo (AEE, tutorias, cursos de nivelamento, guia, intérprete, entre outros) para os estudantes?
	6- existem mecanismos de divulgação da oferta desses serviços de apoio (AEE, tutorias, cursos de nivelamento, guia, intérprete, entre outros) para os estudantes?
8	Questões Norteadoras
	1- Os processos de avaliação implementam estratégias e/ou ferramentas de apoio diferenciadas que permitem alcançar a equidade entre os estudantes?
	2- As ferramentas de avaliação são socializadas e organizadas com estudantes e professores antes de serem implementadas, com a finalidade de levar em conta a diversidade?
	3- Existem mecanismos institucionais que orientam o docente sobre o desenho e a implementação de uma avaliação flexível?
9	Questões Norteadoras
	1- Existe uma análise sistemática realizada pela instituição sobre questões de inclusão com respeito a outras instituições nacionais e internacionais para realizar ações e planos de melhoria?
	2- Existem projetos de pesquisa, inovação, criação artística e cultural e / ou projeção de cooperação acadêmico nacionais e internacionais inclusivos?
	3- Existem alianças interinstitucionais para compartilhar recursos, promover processos de práticas de inclusão?
10	Questões Norteadoras
	1- Existem acordos com uma abordagem de inclusão ativa para intercâmbio com instituições de Ensino superior nacional e internacional de alta qualidade e reconhecimento?
	2- Existem redes a nível nacional e internacional que tratem temas de inclusão na educação superior?
	3- Existem mecanismos que disseminem o impacto dessas ações interinstitucionais?
11	Questões Norteadoras
	1- Existem centros e grupos de investigação na IES que desenvolvam temas relacionados com a educação inclusiva e promovam estratégias baseadas nos princípios da inclusão?
	2- Os centros, grupos e/ou programas se articulam com os atores e contextos regionais?
	3- A educação inclusiva perpassa os diferentes âmbitos na IES e promove a participação dos estudantes nos processos de investigação?
12	Questões Norteadoras
	1- Há ações acadêmicas que estimulam a criação de centros de pesquisa e linhas de aprofundamento em pesquisa com uma abordagem inclusiva?
	2- A instituições dispõe de atividades de pesquisa e extensão voltadas a educação inclusiva?
13	Questões Norteadoras

	1- A pesquisa em educação inclusiva na instituição compreende desde a perspectiva interdisciplinar ao diálogo do conhecimento?
	2- Existem convênios com outras instituições nacionais e internacionais com vistas a promover investigações no âmbito da educação inclusiva?
14	Questões Norteadoras
	1- Os programas de extensão permitem identificar as problemáticas regionais e articular as atividades acadêmicas com o contexto nas dimensões da educação inclusiva?
	2- Existe na IES um trabalho de intercambio de experiencias com as comunidades para identificar suas necessidades e potencialidades?
	3- Existem atividades e projetos sociais que visam promover o bem-estar geral da comunidade tendo em conta suas necessidades regionais e populacionais?
15	Questões Norteadoras
	1- A autoavaliação e autorregulação consideram os avanços e dificuldades da articulação acerca da educação inclusiva na instituição?
	2- A instituição conta com um sistema de autoavaliação e autorregulação institucional na qual participa toda a comunidade acadêmica, em especial os estudantes?
	3- Os diferentes níveis da instituição estão envolvidos na construção de estratégias para autoavaliação e autorregulação?
	4- O sistema de autoavaliação e autorregulação é acessível à toda comunidade, em especial ao público-alvo da educação especial?
16	Questões Norteadoras
	1- Os planos de melhoramento institucionais surgem dos resultados das autoavaliações e autorregulações?
	2- Os planos de melhoramento se formam com o objetivo de articular as práticas institucionais com enfoque na educação inclusiva.
	3- Existem espaços nos quais são compartilhados resultados acadêmicos de autoavaliações e avaliações, e estratégias para melhoria com a comunidade acadêmica?
17	Questões Norteadoras
	1- Existem sistemas de validação da informação que identificam quem é o público da educação inclusiva?
	2- A informação obtida do sistema é utilizada como fundamento para melhorar os processos de educação inclusiva na instituição?
	3- A informação institucional está disponível para todos, em especial para os membros PAEE??
18	Questões Norteadoras
	1- O conteúdo das atividades/programas de lazer, cultura e saúde tem como base as características da educação inclusiva?
	2- Existem estratégias acessíveis para que os estudantes participem das atividades/programas de lazer, cultura e saúde, como parte central da política institucional? (e não como algo complementar)

	3- Existem ações definidas com foco a melhorar a qualidade de vida e a formação integral dos estudantes, tendo como referência suas especificidades?
19	Questões Norteadoras
	1- A IES conta com mecanismos que auxiliam na identificação da evasão dos estudantes?
	2- A IES desenvolve estratégias de equidade dos estudantes considerando suas especificidades sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, físicas e geográficas?
20	Questões Norteadoras
	1- Os processos administrativos explicitados no plano de desenvolvimento institucional (PDI) são articulados para eliminar as barreiras do sistema e abordar as particularidades dos estudantes?
	2- Existem mecanismos que garantem a participação da comunidade acadêmica na construção e avaliação desses processos administrativos?
	3- Os responsáveis por conduzir esses processos administrativos tem conhecimento do que isso representa na educação inclusiva para a instituição e está qualificada para promovê-la em seu trabalho?
	4- A linguagem institucional que se utiliza nos processos administrativos é coerente com a educação inclusiva?
	5- A instituição realiza processos de gestão, como convênios de cooperação, intercâmbios estudantis, alianças estratégicas com organizações e instituições de educação superior (nacionais e internacionais) para promover ações de educação inclusiva?
21	Questões Norteadoras
	1- A estrutura organizacional permite a participação de toda a comunidade acadêmica, em especial dos estudantes?
	2- São levadas em consideração as boas práticas de instituições pares sobre educação inclusiva para melhorar a estrutura organizacional da instituição?
	3- A instituição adapta sua estrutura organizacional tendo em conta a diversidade de sua comunidade acadêmica?
	4- A educação inclusiva se identifica como um eixo transversal na estrutura organizacional?
22	Questões Norteadoras
	1- São levadas em consideração as opiniões e necessidades da comunidade acadêmica para a adequação de instalações, recursos acadêmicos e físicos necessários?
	2- Existe um estudo que permita identificar se as adequações físicas e da instituição favorecem o desenvolvimento de processos acadêmicos inclusivos?
	3- Se desenvolvem acompanhamentos necessários para que todos os estudantes possam fazer uso dos recursos, equipe e espaços de prática?
	4- A instituição desenvolve programas de uso e apropriação das equipes e meios educativos com toda a comunidade acadêmica? (e não

	exclusivamente com aquelas pessoas que requerem esse tipo de equipamentos e meios)
23	Questões Norteadoras
	1- A instituição conhece e aplica a normativa de acessibilidade e desenho universal para a participação de toda a comunidade acadêmica?
	2- Dentro do plano de desenvolvimento institucional (PDI)* existe uma área específica para eliminação de barreiras e promoção da acessibilidade?
	3- Se leva em conta a necessidade da comunidade para a construção da política direcionada para eliminação de barreiras de acesso e permanência?
24	Questões Norteadoras
	1- As estratégias de educação inclusiva e recursos relacionados são uma prioridade na agenda institucional?
	2- Nos exercícios de planejamento, a instituição contempla o destino dos recursos de modo a favorecer a educação inclusiva?
	3- Agentes externos apoiam o financiamento das estratégias institucionais de educação inclusiva?
	4- Existem mecanismos que fomentem o financiamento dos programas, estratégias e projetos para promover a educação inclusiva na instituição?
25	Questões Norteadoras
	1- A instituição desenvolve uma caracterização para identificar as dificuldades econômicas dos estudantes?
	2- Existem políticas institucionais que facilitam o acesso e a permanência dos estudantes com problemas financeiros para apoiar os gastos com suporte, xerox, livros, ferramentas trabalho, entre outros?
	3- A instituição dispõe de ações afirmativas para este tipo de financiamento?
	4- A instituição conta com profissionais de apoio, como intérpretes, tutores, leitores e guias que favoreçam o acesso e a permanência dos estudantes que o exigem?

TABELA 2

Nº	INDICADORES
	A estrutura organizacional da instituição permite desenvolver ações específicas para promover a educação inclusiva
	A instituição conta com centros, grupos e/ou programas de investigação relacionados a educação inclusiva.
	A instituição conta com estratégias e processos que facilitam o acesso e a permanência dos estudantes; conta também com sistemas de bolsas de estudos, empréstimos e estímulos que incentivam o rendimento e a permanência dos estudantes academicamente e, em condição de vulnerabilidade, para garantir uma graduação com qualidade.

	A instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.
	A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.
	A instituição conta com um sistema disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.
	A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem
	A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos
	A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos
	A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto colombiano.
	A instituição fomenta e operacionaliza estratégias que promovam a educação inclusiva.
	A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo
	A instituição implementa estratégias de intervenção a partir dos resultados da autoavaliação para melhoria da participação da comunidade acadêmica.
	A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na área da educação inclusiva
	A instituição percebe a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, sexuais, etno-racial, físicas, geográficas) e identifica àqueles mais suscetíveis a serem excluídos do sistema.
	A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.
	A instituição promove a interação com outras instituições de âmbito nacional e internacional, e coordena a mobilidade de professores e estudantes, entendida esta como deslocamento temporário, de mão dupla, com enfoque inclusivo e propósitos acadêmicos.
	A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades
	As ações administrativas estão apoiadas na perspectiva da educação inclusiva e permitem identificar suas características.

	As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades
	As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.
	Em seus processos acadêmicos, a instituição toma como referência as tendências, o estado da arte das disciplinas ou profissões e os critérios de qualidade aceitos pelas comunidades acadêmicas nacionais e internacionais, estimula o contato com membros reconhecidos dessas comunidades e promove a cooperação com instituições e programas no país e no exterior.
	Os currículos da instituição são flexíveis e interdisciplinares, contém elementos que facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e competências da diversidade estudantil.
	Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.
	Os recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para promover a educação inclusiva

APÊNDICE D: INES – BRASIL

IDENTIFICAÇÃO - DADOS GERAIS (DOCENTES)

Nome: _____

Sexo: () masculino () feminino () não quero informar

Idade (em anos): _____

Departamento: _____

Curso: _____

Possui algum tipo de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades / Superdotação?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, qual?

() Cegueira () Visão subnormal () Surdez () Deficiência Auditiva

() Deficiência Física () Transtorno Global do Desenvolvimento

() Altas habilidades / Superdotação

INDICADORES DE EXISTÊNCIA					
FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	EXISTE E SE IMPLEMENTA	EXISTE E NÃO SE IMPLEMENTA	NÃO EXISTE NÃO SEI
1	1.1 Barreiras para aprendizagem e participação	A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem			
2	2.1 Participação de estudantes	A instituição conta com estratégias e processos que facilitam o ingresso, a permanência e a progressão dos estudantes; conta também com sistemas de bolsas de estudos, empréstimos e estímulos que incentivam o rendimento e a permanência dos estudantes academicamente e, em condição de vulnerabilidade, para garantir uma graduação com qualidade e diminuir os índices de evasão.			
2	2.2 Ingresso, permanência, estímulo estudantil e créditos para estudantes	A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos			
3	3.1 Participação de Docentes	A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos			
4	4.2 Avaliação Flexível	Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.			

8	8.3 Sistema de Informação Acessível	A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.				
INDICADORES DE FREQUÊNCIA						
FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	SEMPRE	ALGUMAS VEZES	NUNCA	NÃO SEI
3	3.2 Docentes Inclusivos	A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo				
4	4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular	Os currículos da instituição são flexíveis e interdisciplinares, contém elementos que facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e competências da diversidade estudantil.				
6	6.2 Investigação / Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva	A instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.				
6	6.3 Políticas em educação inclusiva.	A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na área da educação inclusiva				
8	8.1 Regulamentação da educação inclusiva	A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.				
8	8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento	A instituição implementa estratégias de intervenção e melhoramento a partir dos resultados da avaliação dos egressos e da comunidade acadêmica.				
8	8.3 Sistema de Informação Acessível	A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.				
9	9.1 Programas de bem-estar universitário	As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades				
9	9.2 Permanência Estudantil	A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades				

10	10.1 Ações administrativas e de gestão	As ações administrativas estão apoiadas na perspectiva da educação inclusiva e permitem identificar suas características.				
11	11.1 Programa de satisfação universitária	Existem programas e projetos que prezam pelo bem-estar dos universitários, cujos recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para promover a educação inclusiva				
11	11.2 Instalações e Infraestrutura	As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.				
12	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva	A instituição fomenta e operacionaliza programas que promovam a educação inclusiva.				
12	12.2 Apoio financeiro e estudantil	A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.				
INDICADORES DE RECONHECIMENTO						
FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SEI	
5	5.1 Interlocução da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais	Em seus processos acadêmicos, instituição estimula o contato com membros reconhecidos das comunidades acadêmicas nacionais e internacionais, promovendo a cooperação com instituições e programas no país e no exterior.				
5	5.2 Relações externas de professores e estudantes	A instituição promove a interação com outras instituições de âmbito nacional e internacional, e coordena a mobilidade de professores e estudantes, entendida esta como deslocamento temporário, de mão dupla, com enfoque inclusivo e propósitos acadêmicos.				
6	6.1. Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva	A instituição conta com centros, grupos e/ou programas de investigação relacionados a educação inclusiva.				
7	7.1 Extensão, projeção social e contexto regional	A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto colombiano.				
10	10.2 Estrutura organizacional	A estrutura organizacional da instituição permite desenvolver ações específicas para promover a educação inclusiva				

IDENTIFICAÇÃO - DADOS GERAIS (SERVIDORES)

Nome: _____

Sexo: () masculino () feminino () não quero informar

Idade (em anos): _____

Departamento: _____

Função: _____

Possui algum tipo de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades / Superdotação?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, qual?

() Cegueira () Visão subnormal () Surdez () Deficiência Auditiva

() Deficiência Física () Transtorno Global do Desenvolvimento

() Altas habilidades / Superdotação

INDICADORES DE EXISTÊNCIA					
FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	EXISTE E SE IMPLEMENTA	EXISTE E NÃO SE IMPLEMENTA	NÃO EXISTE NÃO SEI
1	1.1 Barreiras para aprendizagem e participação	A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem			
2	2.1 Participação de estudantes	A instituição conta com estratégias e processos que facilitam o ingresso, a permanência e a progressão dos estudantes; conta também com sistemas de bolsas de estudos, empréstimos e estímulos que incentivam o rendimento e a permanência dos estudantes academicamente e, em condição de vulnerabilidade, para garantir uma graduação com qualidade e diminuir os índices de evasão.			
2	2.2 Ingresso, permanência, estímulo estudantil e créditos para estudantes	A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos			
3	3.1 Participação de Docentes	A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos			
4	4.2 Avaliação Flexível	Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.			
8	8.3 Sistema de Informação Acessível	A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.			
INDICADORES DE FREQUÊNCIA					

FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	SEMPRE	ALGUMAS VEZES	NUNCA	NÃO SEI
3	3.2 Docentes Inclusivos	A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo				
4	4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular	Os currículos da instituição são flexíveis e interdisciplinares, contém elementos que facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e competências da diversidade estudantil.				
6	6.2 Investigação / Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva	A instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.				
6	6.3 Políticas em educação inclusiva.	A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na área da educação inclusiva				
8	8.1 Regulamentação da educação inclusiva	A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.				
8	8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento	A instituição implementa estratégias de intervenção e melhoramento a partir dos resultados da avaliação dos egressos e da comunidade acadêmica.				
8	8.3 Sistema de Informação Acessível	A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.				
9	9.1 Programas de bem-estar universitário	As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades				
9	9.2 Permanência Estudantil	A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades				
10	10.1 Ações administrativas e de gestão	As ações administrativas estão apoiadas na perspectiva da educação inclusiva e permitem identificar suas características.				
11	11.1 Programa de satisfação universitária	Existem programas e projetos que prezam pelo bem-estar dos universitários, cujos recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e				

		pertinentes para promover a educação inclusiva				
11	11.2 Instalações e Infraestrutura	As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.				
12	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva	A instituição fomenta e operacionaliza programas que promovam a educação inclusiva.				
12	12.2 Apoio financeiro e estudantil	A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.				
INDICADORES DE RECONHECIMENTO						
FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SEI	
5	5.1 Interlocução da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais	Em seus processos acadêmicos, instituição estimula o contato com membros reconhecidos das comunidades acadêmicas nacionais e internacionais, promovendo a cooperação com instituições e programas no país e no exterior.				
5	5.2 Relações externas de professores e estudantes	A instituição promove a interação com outras instituições de âmbito nacional e internacional, e coordena a mobilidade de professores e estudantes, entendida esta como deslocamento temporário, de mão dupla, com enfoque inclusivo e propósitos acadêmicos.				
6	6.1. Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva	A instituição conta com centros, grupos e/ou programas de investigação relacionados a educação inclusiva.				
7	7.1 Extensão, projeção social e contexto regional	A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto colombiano.				
10	10.2 Estrutura organizacional	A estrutura organizacional da instituição permite desenvolver ações específicas para promover a educação inclusiva				

IDENTIFICAÇÃO - DADOS GERAIS (ESTUDANTES)

Nome: _____

Sexo: () masculino () feminino () não quero informar

Idade (em anos): _____

Curso: _____

Ano de Ingresso: _____

Período: () integral () noturno () vespertino

Possui algum tipo de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades / Superdotação?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, qual?

() Cegueira () Visão subnormal () Surdez () Deficiência Auditiva

() Deficiência Física () Transtorno Global do Desenvolvimento

() Altas habilidades / Superdotação

INDICADORES DE EXISTÊNCIA					
FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	EXISTE E SE IMPLEMENTA	EXISTE E NÃO SE IMPLEMENTA	NÃO EXISTE NÃO SEI
1	1.1 Barreiras para aprendizagem e participação	A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem			
2	2.1 Participação de estudantes	A instituição conta com estratégias e processos que facilitam o ingresso, a permanência e a progressão dos estudantes; conta também com sistemas de bolsas de estudos, empréstimos e estímulos que incentivam o rendimento e a permanência dos estudantes academicamente e, em condição de vulnerabilidade, para garantir uma graduação com qualidade e diminuir os índices de evasão.			
2	2.2 Ingresso, permanência, estímulo estudantil e créditos para estudantes	A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos			
3	3.1 Participação de Docentes	A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos			
4	4.2 Avaliação Flexível	Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.			
8	8.3 Sistema de Informação Acessível	A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.			

INDICADORES DE FREQUÊNCIA						
FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	SEMPRE	ALGUMAS VEZES	NUNCA	NÃO SEI
3	3.2 Docentes Inclusivos	A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo				
4	4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular	Os currículos da instituição são flexíveis e interdisciplinares, contém elementos que facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e competências da diversidade estudantil.				
6	6.2 Investigação / Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva	A instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.				
6	6.3 Políticas em educação inclusiva.	A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na área da educação inclusiva				
8	8.1 Regulamentação da educação inclusiva	A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.				
8	8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento	A instituição implementa estratégias de intervenção e melhoramento a partir dos resultados da avaliação dos egressos e da comunidade acadêmica.				
8	8.3 Sistema de Informação Acessível	A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.				
9	9.1 Programas de bem-estar universitário	As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades				
9	9.2 Permanência Estudantil	A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades				
10	10.1 Ações administrativas e de gestão	As ações administrativas estão apoiadas na perspectiva da educação inclusiva e permitem identificar suas características.				

11	11.1 Programa de satisfação universitária	Existem programas e projetos que prezam pelo bem-estar dos universitários, cujos recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para promover a educação inclusiva				
11	11.2 Instalações e Infraestrutura	As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.				
12	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva	A instituição fomenta e operacionaliza programas que promovam a educação inclusiva.				
12	12.2 Apoio financeiro e estudantil	A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.				
INDICADORES DE RECONHECIMENTO						
FATOR	NOME DO INDICADOR	DEFINIÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SEI	
5	5.1 Interlocução da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais	Em seus processos acadêmicos, instituição estimula o contato com membros reconhecidos das comunidades acadêmicas nacionais e internacionais, promovendo a cooperação com instituições e programas no país e no exterior.				
5	5.2 Relações externas de professores e estudantes	A instituição promove a interação com outras instituições de âmbito nacional e internacional, e coordena a mobilidade de professores e estudantes, entendida esta como deslocamento temporário, de mão dupla, com enfoque inclusivo e propósitos acadêmicos.				
6	6.1. Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva	A instituição conta com centros, grupos e/ou programas de investigação relacionados a educação inclusiva.				
7	7.1 Extensão, projeção social e contexto regional	A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto colombiano.				
10	10.2 Estrutura organizacional	A estrutura organizacional da instituição permite desenvolver ações específicas para promover a educação inclusiva				

APÊNDICE E: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC/ MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Título da pesquisa: AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: O USO DO INES

Pesquisadora: Juliana Cavalcante de Andrade Louzada

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aceito o convite para participar do Projeto Piloto da Pesquisa em caráter de tese de Doutorado, intitulado “AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: O USO DO INES”, sob a responsabilidade da acadêmica Juliana Cavalcante de Andrade Louzada, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista de Marília – PPGE/UNESP.

Fui informado (a) que essa pesquisa terá como objetivo geral investigar as contribuições da adaptação e aplicação do “INES” na promoção de práticas educativas inclusivas na educação superior em uma universidade pública brasileira, e como objetivos específicos: 1) Traçar o perfil de universitários com deficiência na universidade investigada; 2) Identificar e analisar as barreiras de acessibilidade na universidade visão da comunidade acadêmica apoiado no uso do “INES” (COL, 2017); 3) Propor o desenvolvimento de práticas inclusivas na universidade, em curso de licenciatura com base no “INES” e 4) Avaliar a efetivação da proposta de práticas inclusivas no ensino superior para os estudantes com deficiência, matriculados em um curso de licenciatura, na universidade investigada.

Fui informado (a) também que tal pesquisa justifica-se pela ausência de estudos utilizando esse instrumento (INES) no ensino superior, no Brasil. Fui selecionado (a) para participar da pesquisa por ser Coordenador (a), Docente, funcionário ou Estudante de um curso de licenciatura ofertado em uma universidade pública

brasileira no estado de São Paulo. Fui informado (a) que minha participação deverá ser voluntária e que posso interrompê-la a qualquer momento anulando o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A minha recusa em participar não envolverá prejuízos ou comprometimentos em minha relação com o pesquisador ou com a instituição responsável.

Estou ciente que minha participação enquanto sujeito desta pesquisa consiste em fazer a leitura atenciosa e responder a escala referente ao instrumento apresentado.

Fui informado (a) e estou ciente que minha participação é gratuita e não me oferecerá quaisquer ônus financeiros. Fui informado também quanto a razão fundamental das Normas e Diretrizes Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos, que caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determinam as Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde-CNS. Fui orientado, caso tenha qualquer dúvida, a gentileza de entrar em contato com Juliana Cavalcante de Andrade Louzada, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: 14 981387961, e-mail: ju_louzada@hotmail.com e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP, localizado na Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01, Centro, Bauru-SP, telefone: 14 31039400, e-mail: cepesquisa@fc.unesp.br.

Concordo e aceito que as informações e resultados obtidos por meio dessa pesquisa poderão se tornar públicos, mediante a publicação de relatórios e trabalhos científicos, desde que minha identidade não seja revelada. E, que os dados coletados serão tratados de forma sigilosa, assegurando o anonimato e a não identificação dos participantes, sendo utilizados nomes fictícios.

APÊNDICE F: Relação das políticas e ações institucionais de acordo com os indicadores do eixo “culturas inclusivas”

INDICADORES	% SEMAFORIZAÇÃO	POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS RELACIONADOS		
		TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
8.1 Regulamentação da educação inclusiva: A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.	45,6	PDI-2016 - Dimensão 1: Ensino de Graduação / Dimensão 4: Extensão Universitária / Dimensão 6: Gestão e avaliação acadêmico-administrativa	Ações: 2. Realizar avaliação interna dos cursos de graduação, com o intuito de desenvolver ações para sua melhoria / 2. Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos programas, projetos, cursos, eventos e atividades de extensão universitária para evidenciar o impacto qualitativo e a comprovada transformação social. / 17. Implementar e desenvolver programas de avaliação contínua para o aprimoramento do planejamento, dos serviços e dos produtos informacionais oferecidos pelas bibliotecas.	2016
		PORTARIA UNESP Nº 69	Institui as Diretrizes Gerais da Política de Acessibilidade e Inclusão	12 de Fevereiro de 2020

9.2 Permanência Estudantil: A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades.	54,8	PDI-2016 - Dimensão 1: Ensino de Graduação	Objetivos: II. Consolidar a ampliação de vagas e a inclusão social com qualidade no acesso à Universidade, desenvolvendo ações afirmativas para promover a igualdade de oportunidades aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; III. Promover formação acadêmica, humanística, ética, política e cultural, articulada a conhecimentos trans, multi e interdisciplinares. Ações: 14. Criar e implantar estratégias para diminuir os índices de retenção e de evasão; 16. Apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, particularmente, os ingressantes pelo Sistema de Reserva de Vagas da Educação Básica, incluindo os novos cursos; 17. Elaborar estudos e propostas sobre infraestrutura física, organizacional e de pessoal, necessárias à consolidação da política de permanência estudantil da Universidade.	2016
--	-------------	---	--	-------------

		Resolução UNESP nº 01	Estabelece o Regimento do Programa de Moradia Estudantil da UNESP.	05 de Janeiro de 2011
		Coordenadoria de Permanência Estudantil (Cope) e Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE)	Planejar, acompanhar e avaliar, em conjunto, programas, metas e ações que tenham como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, dessa forma, contribuir para a redução de índices de retenção e evasão na Unesp.	Agosto de 2013
		Resolução UNESP nº 10	Dispõe sobre a criação e as atribuições da Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE	9 de Fevereiro de 2015
		Resolução UNESP nº 45	Dispõe sobre a criação e as atribuições da Coordenadoria de Permanência Estudantil - COPE	16 de Julho de 2015
		Resolução UNESP nº 78	Estabelece normas para a concessão de auxílios de permanência estudantil	07 de Outubro de 2016
		NAPI - Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão	Promover a inclusão educacional e acessibilidade curricular, visando garantir condições de permanência a estudantes que demandam necessidades específicas	2020

		Relatório de atividades SISCOPE	Relatório de atividades da Coordenadoria de Permanência Estudantil	2020
		Edital 01/2021	Bolsa AADI para estudantes de graduação e da pós-graduação pertencentes a grupos socialmente vulneráveis (pretas, pretos, pardas, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans, travestis e transexuais)	27 de Outubro de 2021
3.2 Docentes Inclusivos: A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo.	66,1	PDI-2016 - Dimensão 1: Ensino de Graduação / 3. Pesquisa / 4. Extensão Universitária	Objetivos: IV. Incentivar a captação de recursos externos por meio de projetos de pesquisa, especialmente de caráter interdisciplinar e/ou social. / I. Consolidar as ações da extensão universitária como processo articulador do ensino e da pesquisa. Ações: 15. Aperfeiçoar a formação pedagógica dos docentes e incorporar metodologias inovadoras de ensino. / 8. Efetivar a interlocução e ações conjuntas entre os docentes-pesquisadores com vistas à formação de redes e construção de grandes projetos para submissão a agências de fomento nacionais e internacionais.	2016

			/ 1. Articular os programas, projetos, cursos, eventos e atividades de extensão universitária com o currículo para efetivar a creditação; 5. Ampliar a captação de recursos para financiamento da extensão Universitária garantindo a indissociabilidade entre ensino e pesquisa com consequente transformação social.	
		PPP dos cursos de graduação	Documento que garante a autonomia para as instituições de ensino em relação à proposta de orientação de suas práticas educacionais, estabelecendo os objetivos do ambiente educacional, podendo incluir desde a proposta curricular até a gestão administrativa no mesmo; estabelece diretrizes para a formação, ordenando a ação pedagógica a ser desenvolvida, conferindo globalidade e relevância ao currículo dos cursos.	-

1.2 Identificação e caracterização dos estudantes: A instituição utiliza instrumentos para conhecer a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, de gênero, etno-racial, físicas, geográficas) e identifica àqueles mais suscetíveis a serem excluídos ou marginalizados (que sofrem bullying, por exemplo) do sistema. (Instrumento acessível? Discutir barreira informacional/comunicacional)	67,4	PDI-2016 - Dimensão 6: Gestão e avaliação acadêmico-administrativa	Objetivos: III. Simplificar, homogeneizar desburocratizar e otimizar os procedimentos acadêmicos e administrativos, buscando também a ampliação da autonomia das unidades universitárias; VI. Aprimorar as políticas de comunicação e de informação da Universidade. Ações: 12. Desenvolver sistemas institucionais integrados e assegurar a infraestrutura necessária; 20. Criar banco de dados e sistema de gerenciamento que integrem informações acadêmico administrativas e orçamentárias	2016
		Resolução UNESP nº 07	Cria a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - CAADI - elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas que tenham por objetivo a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos humanos, da equidade de gêneros, inclusão e do respeito às diversidades, bem como para o	26 de Janeiro de 2022

			enfrentamento e a prevenção de todas as formas de violência na Universidade Estadual Paulista, por meio de ações articuladas com as pró-reitorias e assessorias, ouvidoria, coordenadorias e comissões institucionais	
		SISGrad - Sistema de Graduação / Sistema de Pós-graduação	Sistema integrado de informação institucional que tem o intuito identificar o perfil dos estudantes no ato da matrícula/rematrícula	-
9.1 Programas de bem-estar universitário: As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades	68,0	Comissões de Assessoramento - CAADI	Comissão de Acessibilidade e Inclusão; Comissão de Prevenção à Violência; Comissão de Diversidade de Gênero e Sexual; Comissão de Diversidade Étnico-Racial; Comissão de Averiguação de Cotas	23 de Março de 2022

6.2 Investigação/Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva: A instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.	74,9	PDI-2016 - Dimensão 1. Ensino de Graduação / 5. Planejamento, finanças e infraestrutura	Objetivos: III. Assegurar e otimizar infraestrutura necessária às atividades da Unesp. Ações: 17. Elaborar estudos e propostas sobre infraestrutura física, organizacional e de pessoal, necessárias à consolidação da política de permanência estudantil da Universidade. / 8. Implementar políticas de acessibilidade, sustentabilidade e gestão ambiental; 9. Melhorar continuamente a infraestrutura para as atividades acadêmico-administrativas e de apoio ao ensino, pesquisa e extensão universitária; 13. Vincular a liberação de recursos para obras e infraestrutura aos Planos de Desenvolvimento das Unidades Universitárias (PDU), no qual deverá estar inserido o Plano Diretor; 16. Fortalecer o uso da tecnologia da informação e de telecomunicações para aprimorar atividades e processos acadêmicos e administrativos.	2016
--	------	---	---	------

		Diversidade na Universidade - pesquisas, práticas e diálogos (e-book)	Processo de visibilizar e protagonizar no espaço da universidade, e em sua relação com a comunidade externa a ela, o enfrentamento dessas desigualdades.	2020
		Rede de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (REPADI)	Tem por finalidade o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações sobre políticas, culturas e práticas inclusivas em contextos educacionais distintos. Esta Rede acena para valorização e a garantia da oferta de educação pública, laica e gratuita para todos. Tem como foco produzir estudos e pesquisas que contribuam para desfazer visões equivocadas sobre projetos civilizatórios hegemônicos dos saberes, buscando romper com os modos objetivados de acúmulo do capital cultural, educacional e econômico, na contemporaneidade.	-
		Comissões de Assessoramento - CAADI	Comissão de Acessibilidade e Inclusão; Comissão de Prevenção à Violência; Comissão de Diversidade de Gênero e Sexual;	23 de Março de 2022

			Comissão de Diversidade Étnico-Racial; Comissão de Averiguação de Cotas	
--	--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE G: Relação das políticas e ações institucionais de acordo com os indicadores do eixo “políticas inclusivas”

INDICADORES	% SEMAFORIZAÇÃO	POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS RELACIONADOS		
		TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
6.3 Políticas em educação inclusiva: A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na <i>área da educação inclusiva</i>	45,8	PDI-2016 - Dimensão 2: Ensino de Pós-graduação	Objetivos: III - Incorporar na pós-graduação práticas de cooperação interunidades e interinstitucionais no âmbito nacional e internacional. Ações: 1. Ampliar e fortalecer intercâmbio interno, nacional e internacional de docentes e de pós-graduandos. 2. Viabilizar a mobilidade acadêmica de estudantes e docentes dos Programas de Pós-Graduação. 11. Apoiar PPG interunidades e interinstitucionais, inclusive com a participação de universidades estrangeiras. 12. Incentivar ações conjuntas entre programas de pós-graduação. 13. Apoiar a participação dos PPG nas ações de inserção social	2016

		Resolução UNESP nº 48	Regulamenta a tramitação de propostas de Convênio, de Protocolo ou Acordo de Cooperação, bem como de Termo Aditivo, Anexo e Termo de Prorrogação de vigência desses ajustes, a serem celebrados pela Universidade	10 de Novembro de 2010
8.3 Sistema de Informação Acessível: A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.	47,6	PDI-2016 - Dimensão 6. Gestão e avaliação acadêmico-administrativa	Objetivos: VI. Aprimorar as políticas de comunicação e de informação da Universidade. Ações: 11. Consolidar a política em Tecnologia da Informação; 18. Diagnosticar e atender as necessidades informacionais dos docentes e estudantes com relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária; 19. Fortalecer a disseminação, o compartilhamento e o uso de recursos informacionais físicos e digitais dirigidos a usuários portadores de necessidades especiais (físicas ou intelectuais).	2016

3.1 Participação de Docentes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos.	52,2	PDI-2016 - Dimensão 6: Gestão e avaliação acadêmico-administrativa	Objetivos: I - Fortalecer o papel dos colegiados centrais e locais como formuladores de políticas com vistas à adequação das estruturas acadêmicas e administrativas; IV - Aprimorar os planos de carreira e/ou adequar os regimes de trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos. Ações: 18. Diagnosticar e atender as necessidades informacionais dos docentes e estudantes com relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.	2016
		Planejamento e avaliação departamental	Adotar os departamentos como referência principal do processo, em suas relações com os docentes e pesquisadores, pensados como base de um processo de planejamento, autoavaliação e avaliação.	22 de Fevereiro de 2018

		Avaliação Institucional - Relatório	Possibilita ao leitor uma visualização direta e ilustrativa, por meio de recursos estatísticos, gráficos e cartográficos, dados e informações obtidos junto às Pró-Reitorias, Unidades Universitárias, Anuários Estatísticos e sistemas de gestão disponíveis na universidade. As informações sobre as atividades de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Planejamento Estratégico e Gestão foram discutidas de forma integrada e aprofundada por uma comissão, destacando os principais avanços, problemas e dificuldades encontradas ao longo dos últimos anos pela universidade	2015-2019
		Resolução UNESP nº 52	Dispõe sobre a avaliação de disciplinas por estudantes e docentes e estabelece normas para sua execução.	03 de Setembro de 2020

1.1 Barreiras para aprendizagem e participação: A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem.	61,2	PDI-2016 Dimensão 1: Ensino de Graduação	- Objetivos: II. Consolidar a ampliação de vagas e a inclusão social com qualidade no acesso à Universidade, desenvolvendo ações afirmativas para promover a igualdade de oportunidades aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ações: 11. Assegurar condições para inclusão e acessibilidade ao ambiente universitário e aos recursos materiais e didáticos.	2016
		Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão	Espaço de reflexão e de mediação de práticas inclusivas destinadas a compreender as formas de convivência com as diferenças e de respeito a pluralidade humana, buscando identificar as demandas dos que frequentam os espaços em igualdade de oportunidades na universidade.	24 de Agosto de 2017
		Minuta de regulamento da Comissão de	Minuta de regulamento da Comissão de Acessibilidade	2019

		Acessibilidade - CA/FFC		
		Portaria UNESP nº 69	Institui as Diretrizes Gerais da Política de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp.	12 de Fevereiro de 2020
		Instrução nº 001 (CPAI)	Disciplina a composição e o funcionamento das Comissões Locais de Acessibilidade e Inclusão nas Unidades Universitárias e campus experimentais	18 de Agosto de 2020
		Relatório da Comissão de Acessibilidade	Relatório da Comissão de Acessibilidade - vigência gestão outubro/2017 - dezembro/2020	16 de Dezembro de 2020
12.2 Apoio financeiro e estudantil: A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.	63,9	PDI-2016 Dimensão 1: Ensino de Graduação	- Objetivos: II. Consolidar a ampliação de vagas e a inclusão social com qualidade no acesso à Universidade, desenvolvendo ações afirmativas para promover a igualdade de oportunidades aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; Ações: 14. Criar e implantar estratégias para diminuir os	2016

			índices de retenção e de evasão; 16. Apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, particularmente, os ingressantes pelo Sistema de Reserva de Vagas da Educação Básica, incluindo os novos cursos; 17. Elaborar estudos e propostas sobre infraestrutura física, organizacional e de pessoal, necessárias à consolidação da política de permanência estudantil da Universidade.	
		Resolução UNESP nº 48	Regulamenta a tramitação de propostas de Convênio, de Protocolo ou Acordo de Cooperação, bem como de Termo Aditivo, Anexo e Termo de Prorrogação de vigência desses ajustes, a serem celebrados pela Universidade	10 de Novembro de 2010
		Coordenadoria de Permanência Estudantil (Cope) e Comissão Permanente de	Planejar, acompanhar e avaliar, em conjunto, programas, metas e ações que tenham como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades aos estudantes que	Agosto de 2013

		Permanência Estudantil (CPPE)	estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, dessa forma, contribuir para a redução de índices de retenção e evasão na Unesp.	
		Resolução UNESP nº 10	Dispõe sobre a criação e as atribuições da Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE	9 de Fevereiro de 2015
		Resolução UNESP nº 45	Dispõe sobre a criação e as atribuições da Coordenadoria de Permanência Estudantil - COPE	16 de Julho de 2015
		Resolução UNESP nº 78	Estabelece normas para a concessão de auxílios de permanência estudantil	07 de Outubro de 2016
		Edital 01/2021	Bolsa AADI para estudantes de graduação e da pós-graduação pertencentes a grupos socialmente vulneráveis (pretas, pretos, pardas, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans, travestis e transexuais)	27 de Outubro de 2021

2.1 Participação de estudantes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos.	64,9	PDI-2016 Dimensão Ensino de Graduação	- 1: de Objetivos: II. Consolidar a ampliação de vagas e a inclusão social com qualidade no acesso à Universidade, desenvolvendo ações afirmativas para promover a igualdade de oportunidades aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ações: 3. Renovar e modernizar estruturas físicas, ambientes virtuais, acervos, materiais didáticos e pedagógicos, buscando também a redução das assimetrias; 11. Assegurar condições para inclusão e acessibilidade ao ambiente universitário e aos recursos materiais e didáticos; 16. Apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, particularmente, os ingressantes pelo Sistema de Reserva de Vagas da Educação Básica, incluindo os novos cursos.	2016
---	-------------	--	---	-------------

		NAPI - Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão	Promover a inclusão educacional e acessibilidade curricular, visando garantir condições de permanência a estudantes que demandam necessidades específicas	2020
		Projeto Santander - Educando para Diversidade	Desenvolver ações, espalhar informações, elaborar debates e outros conteúdos que transformem o ambiente estudantil em um espaço seguro para todos os membros de seu corpo social.	2020
		Projeto Santander - E-book e guias	Diversidade na Universidade - pesquisas, práticas e diálogos (e-book) ; Guia para práticas antipacitistas na Universidade; Guia sobre racismos; Guia sobre a branquitude; Guia sobre Transtorno do Espectro Autista; Guia de prevenção ao assédio	2020

12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva: A instituição fomenta e operacionaliza programas que promovam a educação inclusiva.	66,3	PDI-2016 Dimensão Extensão Universitária	- 4: Objetivos: II. Consolidar a democratização da cultura científica, artística e humanística como propagadora da Ciência e Tecnologia para viabilizar uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade na perspectiva da construção ativa, crítica e social transformadora; III. Implementar política de arte e cultura na Universidade para promover a integração latino Americana; IV. Implementar as ações de Extensão Universitária que contemple as grandes questões político-sociais nos temas propostos pela Política Nacional de Extensão Universitária. Ações: 7. Apoiar o desenvolvimento de programas e projetos sociais que realizem a efetiva transformação social na perspectiva da indissociabilidade com ensino e pesquisa garantindo as parcerias entre universidade e comunidade	2016
---	------	---	--	------

			externa; 8. Ampliar, fortalecer e estimular a prestação de serviços à comunidade com garantia de transformação social respeitando-se a indissociabilidade com ensino e pesquisa; 9. Estimular o uso de tecnologias, informação e comunicação como ferramentas de interação entre a universidade e a comunidade; 10. Estimular a criação, geração e veiculação de programas educativos nas diferentes mídias.	
		Edital 01/2021	Bolsa AADI para estudantes de graduação e da pós-graduação pertencentes a grupos socialmente vulneráveis (pretas, pretos, pardas, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans, travestis e transexuais)	27 de Outubro de 2021

11.2 Instalações e Infraestrutura: As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.	76,4	PDI-2016 - Dimensão 1. Ensino de Graduação / 5. Planejamento, finanças e infraestrutura	Objetivos: III. Assegurar e otimizar infraestrutura necessária às atividades da Unesp. Ações: 17. Elaborar estudos e propostas sobre infraestrutura física, organizacional e de pessoal, necessárias à consolidação da política de permanência estudantil da Universidade. / 8. Implementar políticas de acessibilidade, sustentabilidade e gestão ambiental; 9. Melhorar continuamente a infraestrutura para as atividades acadêmico-administrativas e de apoio ao ensino, pesquisa e extensão universitária; 13. Vincular a liberação de recursos para obras e infraestrutura aos Planos de Desenvolvimento das Unidades Universitárias (PDU), no qual deverá estar inserido o Plano Diretor; 16. Fortalecer o uso da tecnologia da informação e de telecomunicações para aprimorar atividades e	2016
---	------	--	---	------

			processos acadêmicos e administrativos.	
--	--	--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE H: Relação das políticas e ações institucionais de acordo com os indicadores do eixo “práticas inclusivas”

INDICADORES	% SEMAFORIZAÇÃO	POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS RELACIONADOS		
		TÍTULO	DESCRIÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO
4.2 Avaliação Flexível: Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.	39,2	PDI-2016 - Dimensão 1. Ensino de graduação / 2. Ensino de Pós-graduação	Objetivos: I. Consolidar e assegurar a excelência na formação de graduandos para atuação profissional no contexto nacional e global, face aos desafios contemporâneos. / Incorporar na PG práticas transversais com outros níveis de ensino e interação com a sociedade. Ações: 14. Criar e implantar estratégias para diminuir os índices de retenção e de evasão; 15. Aperfeiçoar a formação pedagógica dos docentes e incorporar metodologias inovadoras de ensino / 6. a. Aperfeiçoar a formação pedagógica dos estudantes e incorporar metodologias inovadoras de ensino; 14. Aprimorar mecanismos de acompanhamento,	2016

			de avaliação continuada e assessoria aos PPG stricto-sensu e lato-sensu.	
		PPP dos cursos de graduação	Documento que garante a autonomia para as instituições de ensino em relação à proposta de orientação de suas práticas educacionais, estabelecendo os objetivos do ambiente educacional, podendo incluir desde a proposta curricular até a gestão administrativa no mesmo; estabelece diretrizes para a formação, ordenando a ação pedagógica a ser desenvolvida, conferindo globalidade e relevância ao currículo dos cursos.	-
7.1 Extensão, projeção social e contexto regional: A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social	45,0	Núcleo de Assessoria a imigrantes e	Oferecer assessoria a imigrantes internacionais e refugiados, de maneira a facilitar a adaptação	-

que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto brasileiro.		refugiados de Marília	cultural e a inclusão na sociedade local.	
		Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão - CLAI	Espaço de reflexão e de mediação de práticas inclusivas destinadas a compreender as formas de convivência com as diferenças e de respeito a pluralidade humana, buscando identificar as demandas dos que frequentam os espaços em igualdade de oportunidades na universidade.	24 de Agosto de 2017
		NAPI - Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão	Promover a inclusão educacional e acessibilidade curricular, visando garantir condições de permanência a estudantes que demandam necessidades específicas	2020
		Resolução UNESP nº 07	Cria a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - CAADI - elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas que tenham por objetivo a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos	26 de Janeiro de 2022

			humanos, da equidade de gêneros, inclusão e do respeito às diversidades, bem como para o enfrentamento e a prevenção de todas as formas de violência na Universidade Estadual Paulista, por meio de ações articuladas com as pró-reitorias e assessorias, ouvidoria, coordenadorias e comissões institucionais	
		Comissões de Assessoramento - CAADI	Comissão de Acessibilidade e Inclusão; Comissão de Prevenção à Violência; Comissão de Diversidade de Gênero e Sexual; Comissão de Diversidade Étnico-Racial; Comissão de Averiguação de Cotas	23 de Março de 2022

		PDI-2016 Dimensão Extensão Universitária	- 4.	Objetivos: II. Consolidar a democratização da cultura científica, artística e humanística como propagadora da Ciência e Tecnologia para viabilizar uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade na perspectiva da construção ativa, crítica e social transformadora; V. Promover a integração com a Comunidade por meio de práticas esportivas e movimento para a saúde que apoiem a criação de Centro de Educação para a Saúde, Esporte e Lazer. Ações: 11. Fomentar atividades artísticas, culturais, esportivas e científico-tecnológicas e utilizá-las para promover a integração entre as unidades universitárias e as comunidades; 12. Promover ações itinerantes entre os campi para a divulgação da produção científica, artística e cultural dos subprogramas extensionistas (orquestras, grupos	2016
--	--	---	------	---	------

			musicais, grupos de teatro, corais, mostras científicas, exposições, centros de ciências e documentação e outros); 17. Apoiar projetos de arte e cultura que promovam a integração multicultural para a internacionalização da extensão universitária	
8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento: A instituição implementa estratégias de intervenção e melhoramento a partir dos resultados da avaliação dos egressos e da comunidade acadêmica.	47,0	PDI-2016 - Dimensão 1. Ensino de graduação / 4. Extensão Universitária / 6. Gestão e avaliação acadêmico-administrativa	Objetivos: I. Consolidar e assegurar a excelência na formação de graduandos para atuação profissional no contexto nacional e global, face aos desafios contemporâneos. / V. Aprimorar a avaliação institucional na Unesp. Ações: 2. Realizar avaliação interna dos cursos de graduação, com o intuito de desenvolver ações para sua melhoria. / 2. Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos programas, projetos, cursos, eventos e atividades	2016

			de extensão universitária para evidenciar o impacto qualitativo e a comprovada transformação social; 4. Capacitar gestores para o exercício das atividades de planejamento, organização e avaliação; 7. Aprimorar instrumentos e procedimentos de planejamento e avaliação; 16. Contribuir para formação acadêmica de qualidade por meio da seleção, aquisição, preservação e avaliação dos recursos informacionais impressos e digitais.	
10.2 Estrutura organizacional: A estrutura organizacional da instituição permite desenvolver ações específicas para promover a educação inclusiva	47,4	Comissões de Assessoramento - CAADI	Comissão de Acessibilidade e Inclusão; Comissão de Prevenção à Violência; Comissão de Diversidade de Gênero e Sexual; Comissão de Diversidade Étnico-Racial; Comissão de Averiguação de Cotas	23 de Março de 2022

		Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão - CLAI	Espaço de reflexão e de mediação de práticas inclusivas destinadas a compreender as formas de convivência com as diferenças e de respeito a pluralidade humana, buscando identificar as demandas dos que frequentam os espaços em igualdade de oportunidades na universidade.	24 de Agosto de 2017
		Diversidade na Universidade - pesquisas, práticas e diálogos (e-book)	Processo de visibilizar e protagonizar no espaço da universidade, e em sua relação com a comunidade externa a ela, o enfrentamento dessas desigualdades.	2020
		Rede de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (REPADI)	Tem por finalidade o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações sobre políticas, culturas e práticas inclusivas em contextos educacionais distintos. Esta Rede acena para valorização e a garantia da oferta de educação pública, laica e gratuita para todos. Tem como foco produzir estudos e pesquisas que contribuam para	-

			desfazer visões equivocadas sobre projetos civilizatórios hegemônicos dos saberes, buscando romper com os modos objetivados de acúmulo do capital cultural, educacional e econômico, na contemporaneidade.	
10.1 Ações administrativas e de gestão: As ações administrativas estão apoiadas na perspectiva da educação inclusiva e permitem identificar suas características.	53,0	PDI-2016 - Dimensão 6. Gestão e avaliação acadêmico-administrativa	Objetivos: I. Fortalecer o papel dos colegiados centrais e locais como formuladores de políticas com vistas à adequação das estruturas acadêmicas e administrativas; VI. Aprimorar as políticas de comunicação e de informação da Universidade. Ações: 19. Fortalecer a disseminação, o compartilhamento e o uso de recursos informacionais físicos e digitais dirigidos a usuários portadores* de necessidades especiais (físicas ou intelectuais).	2016
		Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão	Espaço de reflexão e de mediação de práticas inclusivas destinadas a compreender as formas de convivência com as diferenças e de respeito a pluralidade humana,	24 de Agosto de 2017

			buscando identificar as demandas dos que frequentam os espaços em igualdade de oportunidades na universidade.	
		Resolução UNESP nº 07	Cria a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - CAADI - elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas que tenham por objetivo a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos humanos, da equidade de gêneros, inclusão e do respeito às diversidades, bem como para o enfrentamento e a prevenção de todas as formas de violência na Universidade Estadual Paulista, por meio de ações articuladas com as pró-reitorias e assessorias, ouvidoria, coordenadorias e comissões institucionais	26 de Janeiro de 2022

5.2 Relações externas de professores e estudantes: A instituição promove a interação com outras instituições de âmbito nacional e internacional, e coordena a mobilidade de professores e estudantes , entendida esta como deslocamento temporário, de mão dupla, com enfoque inclusivo e propósitos acadêmicos.	53,2	PDI-2016 - Dimensão 2. Ensino de pós-graduação	Objetivos: II. Alcançar e assegurar a excelência por meio da internacionalização, inserção social, transversalidade e interdisciplinaridade dos programas de pós-graduação da Universidade. III. Incorporar na pós-graduação práticas de cooperação interunidades e interinstitucionais no âmbito nacional e internacional. Ações: 1. Ampliar e fortalecer intercâmbio interno, nacional e internacional de docentes e de pós-graduandos; 2. Viabilizar a mobilidade acadêmica de estudantes e docentes dos Programas de Pós-Graduação; 12. Incentivar ações conjuntas entre programas de pós-graduação	2016
		Resolução nº 04 - AREX	Assessoria de Relações Externas - tem por finalidade assessorar a Reitoria nas suas relações com outras entidades públicas e privadas, dar assistência às Pró-Reitorias e Unidades Universitárias na área de	01 de Fevereiro de 1993

			cooperação internacional e promover o intercâmbio cultural e científico com instituições estrangeiras	
		Resolução UNESP nº 48	Regulamenta a tramitação de propostas de Convênio, de Protocolo ou Acordo de Cooperação, bem como de Termo Aditivo, Anexo e Termo de Prorrogação de vigência desses ajustes, a serem celebrados pela Universidade	10 de Novembro de 2010
		Resolução UNESP nº 73	Dispõe sobre o Programa de Intercâmbio de estudantes de Graduação e estabelece normas para reconhecimento de atividades acadêmicas desenvolvidas em instituições estrangeiras de ensino superior conveniadas ou não com a Unesp.	10 de Outubro de 2014
		Instrução normativa AREX	Dispõe sobre o processo de mobilidade virtual (MV) de estudantes da graduação e da pós-graduação da Unesp e de estudantes oriundos de Instituições de Ensino Superior (IES) internacionais	2020

		Resolução UNESP nº 84	Dispõe sobre a regulamentação da oferta de disciplinas com componentes de intercâmbio virtual em Cursos de Graduação e Programas de Pós-graduação da Unesp.	22 de Dezembro de 2020
		Resolução UNESP nº 86	Dispõe sobre a regulamentação dos processos de Mobilidade Virtual aos quais podem se submeter estudantes de graduação e pós-graduação da Unesp bem como estudantes internacionais.	22 de Dezembro de 2020
6.1 Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva: A instituição conta com centros, grupos e/ou programas de investigação relacionados a educação inclusiva.	53,6	Projeto Santander - Educando para Diversidade	Desenvolver ações, espalhar informações, elaborar debates e outros conteúdos que transformem o ambiente estudantil em um espaço seguro para todos os membros de seu corpo social.	2020
		Projeto Santander - E-book e guias	Diversidade na Universidade - pesquisas, práticas e diálogos (e-book) ; Guia para práticas antirracista na Universidade; Guia sobre racismo; Guia sobre a branquitude; Guia sobre Transtorno	2020

			do Espectro Autista; Guia de prevenção ao assédio	
		Resolução UNESP nº 07	Cria a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - CAADI - elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas que tenham por objetivo a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos humanos, da equidade de gêneros, inclusão e do respeito às diversidades, bem como para o enfrentamento e a prevenção de todas as formas de violência na Universidade Estadual Paulista, por meio de ações articuladas com as pró-reitorias e assessorias, ouvidoria, coordenadorias e comissões institucionais	26 de Janeiro de 2022

		Comissões de Assessoramento - CAADI	Comissão de Acessibilidade e Inclusão; Comissão de Prevenção à Violência; Comissão de Diversidade de Gênero e Sexual; Comissão de Diversidade Étnico-Racial; Comissão de Averiguação de Cotas	23 de Março de 2022
		Rede de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (REPADI)	Tem por finalidade o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações sobre políticas, culturas e práticas inclusivas em contextos educacionais distintos. Esta Rede acena para valorização e a garantia da oferta de educação pública, laica e gratuita para todos. Tem como foco produzir estudos e pesquisas que contribuam para desfazer visões equivocadas sobre projetos civilizatórios hegemônicos dos saberes, buscando romper com os modos objetivados de acúmulo do capital cultural, educacional e econômico, na contemporaneidade.	2021

		Grupos de pesquisa nas diferentes áreas	Grupos formados por docentes e estudantes com intuito de desenvolver pesquisas em diferentes temáticas no ambiente acadêmico, divididos pelas grandes áreas do conhecimento (Ciências Biológicas, da Saúde, Humanas, Sociais Aplicadas, Linguísticas, letras e artes)	-
		Grupos de estudos e Projetos de Extensão	Grupos de estudos e Projetos de extensão coordenados por docentes dos diferentes departamentos com investigações relacionadas a temática da educação inclusiva	-

		PDI-2016 Dimensão Extensão Universitária	- 4.	Objetivos: II. Consolidar a democratização da cultura científica, artística e humanística como propagadora da Ciência e Tecnologia para viabilizar uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade na perspectiva da construção ativa, crítica e social transformadora; IV. Implementar as ações de Extensão Universitária que contemple as grandes questões político sociais nos temas propostos pela Política Nacional de Extensão Universitária. Ações: 1. Articular os programas, projetos, cursos, eventos e atividades de extensão universitária com o currículo para efetivar a creditação; 2. Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos programas, projetos, cursos, eventos e atividades de extensão universitária para evidenciar o impacto qualitativo e a comprovada transformação social; 17. Apoiar	2016
--	--	---	------	--	------

			projetos de arte e cultura que promovam a integração multicultural para a internacionalização da extensão universitária.	
		Consultoria Multidisciplinar na Interface da Comunicação Alternativa em um Centro Especializado de Reabilitação	Oferecer um espaço de portas abertas à comunidade a fim de promover o desenvolvimento e a implementação da CSA envolvendo pessoas com necessidades complexas de comunicação, seus familiares e profissionais.	-

		Tecnologia assistiva de saúde aplicada ao acompanhamento de idosos usuários de Próteses Auditivas	USAR um programa (APP) tecnológico assistivo como apoio no acompanhamento de idosos usuários de aparelho auditivo, com o intuito de fornecer informações e ensinar estratégias com a finalidade de devolver a autonomia, VIABILIZAR A TROCA DE SABERES E A MUDANÇA DA REALIDADE DOS PACIENTES E SUAS FAMILIAS e A MELHORA DA qualidade de vida e diminuir o isolamento social causado pela perda auditiva	-
		Cursinho Alternativo da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (FFC/Marília) - CAUM	Oferecer aulas ministradas em nível de Ensino Médio com vistas à preparação de estudantes egressas/os e concluintes do Ensino Médio das escolas da Rede Pública de Ensino, de modo a prepará-las/os para realizar o vestibular. Para além disso, o CAUM tem como objetivo político proporcionar uma educação crítica, que auxilie os estudantes da classe trabalhadora a se tornarem	1999

				sujeitos ativos na luta pela democratização do acesso às universidades públicas - pelo fim do vestibular - bem como na luta por um projeto de educação e de universidade que esteja totalmente à serviço da classe trabalhadora e conjunto da população pobre	
		Jogos e dificuldades de aprendizagem: uma proposta de trabalho diferenciado para aulas de reforço escolar		Uma proposta de trabalho diferenciado para as aulas de reforço escolar" cumpre a função de atender estudantes com queixas de dificuldades de aprendizagem, em suas escolas, no período oposto ao de aula regular	-
11.1 Recursos, equipamentos e espaços de prática: existem programas e projetos que prezam pelo bem-estar dos universitários, cujos recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para promover a educação inclusiva.	59,3	PDI-2016 Dimensão 4: Extensão Universitária	-	Objetivos: V. Promover a integração com a Comunidade por meio de práticas esportivas e movimento para a saúde que apoiem a criação de Centro de Educação para a Saúde, Esporte e Lazer. Ações: 11. Fomentar atividades artísticas, culturais, esportivas e científico-	2016

			tecnológicos e utilizá-las para promover a integração entre as unidades universitárias e as comunidades; 12. Promover ações itinerantes entre os campi para a divulgação da produção científica, artística e cultural dos subprogramas extensionistas (orquestras, grupos musicais, grupos de teatro, corais, mostras científicas, exposições, centros de ciências e documentação e outros); 14. Apoiar centros e museus de ciência, de arte e de cultura.	
		Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão	Espaço de reflexão e de mediação de práticas inclusivas destinadas a compreender as formas de convivência com as diferenças e de respeito a pluralidade humana, buscando identificar as demandas dos que frequentam os espaços em igualdade de oportunidades na universidade.	24 de Agosto de 2017

		Portaria UNESP nº 69	Institui as Diretrizes Gerais da Política de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Unesp.	12 de Fevereiro de 2020
5.1 Interlocução da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais: Em seus processos acadêmicos , a instituição estimula o contato com membros reconhecidos das comunidades acadêmicas nacionais e internacionais , promovendo a cooperação com instituições e programas no país e no exterior.	63,9	PDI-2016 - Dimensão 2. Ensino de pós-graduação	Objetivos: II. Alcançar e assegurar a excelência por meio da internacionalização, inserção social, transversalidade e interdisciplinaridade dos programas de pós-graduação da Universidade. III. Incorporar na pós-graduação práticas de cooperação interunidades e interinstitucionais no âmbito nacional e internacional. Ações: 1. Ampliar e fortalecer intercâmbio interno, nacional e internacional de docentes e de pós-graduandos; 2. Viabilizar a mobilidade acadêmica de estudantes e docentes dos Programas de Pós-Graduação; 3. Ampliar a participação de professores visitantes, pós-doutorandos e jovens pesquisadores nos PPGs; 12. Incentivar ações conjuntas entre	2016

			programas de pós-graduação; 16. Atrair jovens talentos da Unesp e de outras instituições nacionais e internacionais para os programas de pós-graduação; 17. Incentivar a formação acadêmica internacional dos pós-graduandos	
		Resolução UNESP nº 04 - AREX	Assessoria de Relações Externas - tem por finalidade assessorar a Reitoria nas suas relações com outras entidades públicas e privadas, dar assistência às Pró-Reitorias e Unidades Universitárias na área de cooperação internacional e promover o intercâmbio cultural e científico com instituições estrangeiras	01 de Fevereiro de 1993
		Resolução UNESP nº 48	Regulamenta a tramitação de propostas de Convênio, de Protocolo ou Acordo de Cooperação, bem como de Termo Aditivo, Anexo e Termo de Prorrogação de vigência	10 de Novembro de 2010

			desses ajustes, a serem celebrados pela Universidade	
		Resolução UNESP nº 19	Dispõe sobre os trâmites e condições necessários à atribuição de Duplos Diplomas de graduação pela UNESP e por Instituições de Ensino Superior Estrangeira.	30 de Março de 2010
		Resolução UNESP nº 37	Altera o § 7º do Artigo 4º da Resolução UNESP nº 19/2010, de 30/03/2010.	28 de Setembro de 2011
		Resolução UNESP nº 73	Dispõe sobre o Programa de Intercâmbio de estudantes de Graduação e estabelece normas para reconhecimento de atividades acadêmicas desenvolvidas em instituições estrangeiras de ensino superior conveniadas ou não com a Unesp.	10 de Outubro de 2014
		Instrução normativa AREX	Dispõe sobre o processo de mobilidade virtual (MV) de estudantes da graduação e da pós-graduação da Unesp e de estudantes oriundos de	2020

			Instituições de Ensino Superior (IES) internacionais	
		Resolução UNESP nº 84	Dispõe sobre a regulamentação da oferta de disciplinas com componentes de intercâmbio virtual em Cursos de Graduação e Programas de Pós-graduação da Unesp.	22 de Dezembro de 2020
		Resolução UNESP nº 85	Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de Certificado de Competências Internacionais e Interculturais.	22 de Dezembro de 2020
		Resolução UNESP nº 86	Dispõe sobre a regulamentação dos processos de Mobilidade Virtual aos quais podem se submeter estudantes de graduação e pós-graduação da Unesp bem como estudantes internacionais.	22 de Dezembro de 2020
4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular: Os currículos da instituição são flexíveis e interdisciplinares , contém elementos que facilitam a aprendizagem e o	68,8	PDI-2016 Dimensão Extensão Universitária	- 4. Ações: 1. Articular os programas, projetos, cursos, eventos e atividades de extensão universitária com o currículo para efetivar a creditação.	2016

desenvolvimento de capacidades, potencialidades e competências da diversidade estudantil.		Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão - CLAI	Espaço de reflexão e de mediação de práticas inclusivas destinadas a compreender as formas de convivência com as diferenças e de respeito a pluralidade humana, buscando identificar as demandas dos que frequentam os espaços em igualdade de oportunidades na universidade.	24 de Agosto de 2017
		NAPI - Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão	Promover a inclusão educacional e acessibilidade curricular, visando garantir condições de permanência a estudantes que demandam necessidades específicas	2020
		Educando para a Diversidade - Diversidade na Universidade - pesquisas, práticas e diálogos (e-book)	Processo de visibilizar e protagonizar no espaço da universidade, e em sua relação com a comunidade externa a ela	2020

		Resolução UNESP nº 07	Cria a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade - CAADI - elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas que tenham por objetivo a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos humanos, da equidade de gêneros, inclusão e do respeito às diversidades, bem como para o enfrentamento e a prevenção de todas as formas de violência na Universidade Estadual Paulista, por meio de ações articuladas com as pró-reitorias e assessorias, ouvidoria, coordenadorias e comissões institucionais	26 de Janeiro de 2022
--	--	-----------------------	---	-----------------------

		PETs - Programa de Educação Tutorial	Pretende fomentar a formação de profissionais de nível superior dotados de elevados padrões éticos, científicos e técnico; as ações desenvolvidas mediante projetos de trabalho e sujeitas à avaliação sistemática buscam formar pessoas que sejam capazes de uma atuação social responsável, autônoma, cidadã, inclusiva e compartilhada, de modo que sejam capazes de resolver problemas presentes nos seus respectivos contextos de atuação. Cabe, ainda, ao Programa acompanhar a formação daqueles que buscam seguir a carreira acadêmica como docentes e pesquisadores pós-graduados em suas áreas de formação.	-
		PPP dos cursos de graduação	Documento que garante a autonomia para as instituições de ensino em relação à proposta de orientação de suas práticas educacionais, estabelecendo os objetivos do	-

			ambiente educacional, podendo incluir desde a proposta curricular até a gestão administrativa no mesmo; estabelece diretrizes para a formação, ordenando a ação pedagógica a ser desenvolvida, conferindo globalidade e relevância ao currículo dos cursos.	
--	--	--	---	--

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE I: Descrição dos indicadores do INES-Brasil, nível de modificação e ações propostas para o eixo “culturas inclusivas”

INDICADORES	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO	AÇÕES PROPOSTAS
8.1 Regulamentação da educação inclusiva: A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.	54,41%	Propor cronograma e planejamento participativo/colaborativo dos estudantes por disciplina
		Realizar entrevistas e aplicação de instrumentos durante o ano letivo com os estudantes autodeclarados em situação de deficiência e vulnerabilidade social
		Realizar avaliações anuais das práticas realizadas durante o ano, solicitar feedbacks dos estudantes em situação de vulnerabilidade
		Organizar congressos, fóruns e debates para discutir melhorias dentro da perspectiva inclusiva
		Fomentar cursos de formação continuada sobre novas metodologias de ensino que considerem uma perspectiva mais inclusiva e flexível.
9.2 Permanência Estudantil: A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades.	45,17%	Aperfeiçoar, ampliar e fortalecer as ações voltadas ao lazer, cultura, saúde, redução dos índices de evasão etc. realizadas pelas comissões de permanência estudantil e outras comissões afins
		Divulgar atividades/programas de lazer, cultura e saúde aos estudantes e propor instrumentos/questionários/testes/escalas que avaliem a participação dos estudantes nessas atividades,

		como forma de favorecer a permanência e/ou adequações necessárias para promover maior adesão
		Criar locais e redes de apoio no qual o estudante que está passando por dificuldades em sua trajetória acadêmica possa buscar acolhimento, auxílio, ajuda
		Promover atividades culturais que caracterizem a representatividade e o protagonismo do público em situação de vulnerabilidade assumindo cargos na coordenação/realização destas atividades
		Incentivar a participação e protagonismo das pessoas em situação da deficiência no desenvolvimento das atividades culturais e de lazer ofertadas a comunidade acadêmica
		Assegurar que a comunicação dos editais e das atividades estejam em formato acessíveis a todos na universidade
		Fortalecer e ampliar a contratação dos centros de apoio a saúde do aluno/ trabalhador - com a oferta de acompanhamento psicológico
3.2 Docentes Inclusivos: A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a	33,88%	Realizar orientações, cursos de capacitação e formações ao corpo docente a respeito de práticas inclusivas, como forma de propiciar conhecimento sobre deficiência, inclusão e acessibilidade, com vistas à implementação de metodologias acessíveis para utilizarem com os estudantes em suas aulas e avaliações

diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo.		Possuir profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos, para realizar acompanhamento e assessoramento da aprendizagem dos ingressantes junto aos docentes e estudantes, realizando reuniões semanais ou quinzenais com estes no primeiro semestre e nos próximos, se necessário for, bem como fortalecer a política de contratação desses profissionais
		Realizar sensibilizações, conscientizações, palestras, fóruns e campanhas com a participação de pessoas em situação de deficiência e de representatividade com os demais coletivos e toda comunidade acadêmica que visem à remoção de barreiras atitudinais e ao reconhecimento da diversidade no ambiente universitário
		Incentivar e possibilitar carga horária e benefícios à carreira para que os docentes participem de orientações, formações e capacitações.
1.2 Identificação e caracterização dos estudantes: A instituição utiliza instrumentos para conhecer a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, de gênero, etno-racial, físicas, geográficas) e identifica	32,65%	Realizar Avaliação "diagnóstica/de reconhecimento" feita pelos docentes no primeiro contato com a classe para confirmar, alterar e/ou complementar os dados obtidos do SISGrad e SISPg
		Estabelecer fóruns de discussão para avaliar de que modo a Unesp considera indicadores de acessibilidade inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade nestes formulários de avaliação institucional - junto ao SESu e outras agencias responsáveis por esta avaliação

àqueles mais suscetíveis a serem excluídos ou marginalizados (que sofrem bullying, por exemplo) do sistema. (Instrumento acessível? Discutir barreira informacional/comunicacional)		Rever e reformular o instrumento de identificação do perfil do estudante utilizado no SISGRAD/SISPq, utilizando uma perspectiva mais ampla e interseccional das situações, condições e marcadores de vulnerabilidade social (gênero, raça/etnia, classe social etc.)
		Regulamentar a cota para a participação de pessoas em situação de deficiência no exame de ingresso a Universidade
		Revisar e implementar ajustes razoáveis nos exames seletivos de ingresso de modo a atender as políticas afirmativas
		Assegurar critérios de acessibilidade nos processos de preparação dos exames de ingresso (vestibular)
		Recomendar medidas de ajustes aos critérios de acessibilidade ao ingresso deste grupo nos programas de pós-graduação e de contratação da Unesp em conformidade com as recomendações legais
		Realizar entrevistas com os estudantes autodeclarados em situação de vulnerabilidade social, de deficiência etc.
		Institucionalizar as estratégias de verificação das demandas dos estudantes no ato da matrícula para oferta de serviços e recursos diferenciados ao público mencionado
9.1 Programas de bem-estar universitário: As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade	32,03%	Dar maior visibilidade as políticas institucionais já existentes, divulgando o material, realizando oficinas e leitura compartilhada do PDI

promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades		Incluir na avaliação institucional aspectos que contemplem a perspectiva inclusiva voltada a participação docente, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Incluir na avaliação das disciplinas aspectos relacionados a inclusão, acessibilidade e estudantes em situação de vulnerabilidade social, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Garantir discussão sobre revisão dos Projetos Políticos pedagógicos de disciplinas sobre educação inclusiva;
		Traçar políticas que ampliem a reserva de vagas para contratação docente em situação de deficiência
		Incentivar por meio de editais o desenvolvimento de produtos e materiais acessíveis com a participação de pessoas em situação da deficiência
		Articular ações das políticas de avaliação institucional a avaliação dos cursos na oferta de disciplinas sobre a temática;
		Capacitar os docentes sobre práticas e políticas inclusivas a fim de favorecer melhor relação com os estudantes em situações de vulnerabilidade
		Promover debates sobre capacitismo na prática docente buscando desmistificar para compreender.
6.2 Investigação/Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva: A	25,05%	Apresentar as comissões (CLAI, REPADI, CAADI) aos estudantes, informando suas funções, ações e os docentes

instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.		pertencentes a cada uma delas para facilitar a busca por apoio por parte da comunidade acadêmica junto a esses órgãos
		Favorecer a participação de estudantes em situação de deficiência e vulnerabilidade social para fazer parte dos grupos de estudo e pesquisa, centros, comissões, coletivos e programas voltados a temática
		Contratar profissionais especializados para compor os núcleos, centros e comissões
		Ampliar a divulgação e articular as ações dos grupos de estudo e pesquisa, projetos de extensão existentes na temática com as ações realizadas pelos núcleos, centros e comissões
		Criar redes de cooperação compostas por diferentes representantes da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e funcionários)

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE J: Descrição dos indicadores do INES-Brasil, nível de modificação e ações propostas para o eixo “políticas inclusivas”

INDICADORES	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO	AÇÕES PROPOSTAS
8.1 Regulamentação da educação inclusiva: A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.	54,41%	Propor cronograma e planejamento participativo/colaborativo dos estudantes por disciplina
		Realizar entrevistas e aplicação de instrumentos durante o ano letivo com os estudantes autodeclarados em situação de deficiência e vulnerabilidade social
		Realizar avaliações anuais das práticas realizadas durante o ano, solicitar feedbacks dos estudantes em situação de vulnerabilidade
		Organizar congressos, fóruns e debates para discutir melhorias dentro da perspectiva inclusiva
		Fomentar cursos de formação continuada sobre novas metodologias de ensino que considerem uma perspectiva mais inclusiva e flexível.
9.2 Permanência Estudantil: A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades.	45,17%	Aperfeiçoar, ampliar e fortalecer as ações voltadas ao lazer, cultura, saúde, redução dos índices de evasão etc. realizadas pelas comissões de permanência estudantil e outras comissões afins
		Divulgar atividades/programas de lazer, cultura e saúde aos estudantes e propor instrumentos/questionários/testes/escalas que avaliem a participação dos estudantes nessas atividades, como forma de favorecer a permanência e/ou adequações necessárias para promover maior adesão
		Criar locais e redes de apoio no qual o estudante que está passando por dificuldades em sua trajetória acadêmica possa buscar acolhimento, auxílio, ajuda

		Promover atividades culturais que caracterizem a representatividade e o protagonismo do público em situação de vulnerabilidade assumindo cargos na coordenação/realização destas atividades
		Incentivar a participação e protagonismo das pessoas em situação de deficiência no desenvolvimento das atividades culturais e de lazer ofertadas a comunidade acadêmica
		Assegurar que a comunicação dos editais e das atividades estejam em formato acessíveis a todos na universidade
		Fortalecer e ampliar a contratação dos centros de apoio a saúde do aluno/trabalhador - com a oferta de acompanhamento psicológico
3.2 Docentes Inclusivos: A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo.	33,88%	Realizar orientações, cursos de capacitação e formações ao corpo docente a respeito de práticas inclusivas, como forma de propiciar conhecimento sobre deficiência, inclusão e acessibilidade, com vistas à implementação de metodologias acessíveis para utilizarem com os estudantes em suas aulas e avaliações
		Possuir profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos, para realizar acompanhamento e assessoramento da aprendizagem dos ingressantes junto aos docentes e estudantes, realizando reuniões semanais ou quinzenais com estes no primeiro semestre e nos próximos, se necessário for, bem como fortalecer a política de contratação desses profissionais
		Realizar sensibilizações, conscientizações, palestras, fóruns e campanhas com a participação de pessoas em situação de deficiência e de representatividade com os demais coletivos e toda comunidade acadêmica que visem à remoção de barreiras atitudinais e ao reconhecimento da diversidade no ambiente universitário

		Incentivar e possibilitar carga horária e benefícios à carreira para que os docentes participem de orientações, formações e capacitações.
1.2 Identificação e caracterização dos estudantes: A instituição utiliza instrumentos para conhecer a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, de gênero, etno-racial, físicas, geográficas) e identifica àqueles mais suscetíveis a serem excluídos ou marginalizados (que sofrem bullying, por exemplo) do sistema. (Instrumento acessível? Discutir barreira informacional/comunicacional)	32,65%	Realizar Avaliação "diagnóstica/de reconhecimento" feita pelos docentes no primeiro contato com a classe para confirmar, alterar e/ou complementar os dados obtidos do SISGrad e SISPg
		Estabelecer fóruns de discussão para avaliar de que modo a Unesp considera indicadores de acessibilidade inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade nestes formulários de avaliação institucional - junto ao SESu e outras agencias responsáveis por esta avaliação
		Rever e reformular o instrumento de identificação do perfil do estudante utilizado no SISGRAD/SISPq, utilizando uma perspectiva mais ampla e interseccional das situações, condições e marcadores de vulnerabilidade social (gênero, raça/etnia, classe social etc.)
		Regulamentar a cota para a participação de pessoas em situação de deficiência no exame de ingresso a Universidade
		Revisar e implementar ajustes razoáveis nos exames seletivos de ingresso de modo a atender as políticas afirmativas
		Assegurar critérios de acessibilidade nos processos de preparação dos exames de ingresso (vestibular)
		Recomendar medidas de ajustes aos critérios de acessibilidade ao ingresso deste grupo nos programas de pós-graduação e de contratação da Unesp em conformidade com as recomendações legais
		Realizar entrevistas com os estudantes autodeclarados em situação de vulnerabilidade social, de deficiência etc.

		Institucionalizar as estratégias de verificação das demandas dos estudantes no ato da matrícula para oferta de serviços e recursos diferenciados ao público mencionado
9.1 Programas de bem-estar universitário: As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades	32,03%	Dar maior visibilidade as políticas institucionais já existentes, divulgando o material, realizando oficinas e leitura compartilhada do PDI
		Incluir na avaliação institucional aspectos que contemplem a perspectiva inclusiva voltada a participação docente, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Incluir na avaliação das disciplinas aspectos relacionados a inclusão, acessibilidade e estudantes em situação de vulnerabilidade social, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Garantir discussão sobre revisão dos Projetos Políticos pedagógicos de disciplinas sobre educação inclusiva;
		Traçar políticas que ampliem a reserva de vagas para contratação docente em situação de deficiência
		Incentivar por meio de editais o desenvolvimento de produtos e materiais acessíveis com a participação de pessoas em situação da deficiência
		Articular ações das políticas de avaliação institucional a avaliação dos cursos na oferta de disciplinas sobre a temática;
		Capacitar os docentes sobre práticas e políticas inclusivas a fim de favorecer melhor relação com os estudantes em situações de vulnerabilidade
		Promover debates sobre capacitismo na prática docente buscando desmistificar para compreender.
6.2 Investigação/Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva: A	25,05%	Apresentar as comissões (CLAI, REPADI, CAADI) aos estudantes, informando suas funções, ações e os docentes pertencentes a cada uma

instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.		delas para facilitar a busca por apoio por parte da comunidade acadêmica junto a esses órgãos
		Favorecer a participação de estudantes em situação de deficiência e vulnerabilidade social para fazer parte dos grupos de estudo e pesquisa, centros, comissões, coletivos e programas voltados a temática
		Contratar profissionais especializados para compor os núcleos, centros e comissões
		Ampliar a divulgação e articular as ações dos grupos de estudo e pesquisa, projetos de extensão existentes na temática com as ações realizadas pelos núcleos, centros e comissões
		Criar redes de cooperação compostas por diferentes representantes da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e funcionários)
6.3 Políticas em educação inclusiva: A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na <i>área da educação inclusiva</i>	54,21%	Ampliar e divulgar a existência dos convênios de cooperação interinstitucionais para toda comunidade
		Fortalecer e visibilizar os programas da Unesp que demonstram acordos interinstitucionais na temática e possibilitar a participação de pessoas em situação de deficiência nestes processos
		Promover congressos para disseminação e discussão dos resultados de projetos e programas desenvolvidos interinstitucionalmente
		Discutir estratégias para direcionar investigações na área da educação inclusiva, uma vez que não há indicação desta área de investigação no PDI e nos demais documentos institucionais relacionados
		Promover estratégias de apoio de financiamento de estudos e pesquisa na temática, com destaque a pesquisas de pessoas em situação de

		vulnerabilidade e/ou considerando grupos populacionais em situação de risco
		Promover estágios e grupos de estudos interinstituições nos quais os estudantes possam dialogar com diferentes realidades
8.3 Sistema de Informação Acessível: A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.	52,36%	Tornar o site da IES mais acessível
		Estabelecer uma política que oriente a implementação das normativas de acessibilidade para garantir a efetividade de navegabilidade e acesso aos conteúdos disponibilizados no site da Universidade;
		Buscar parcerias com empresas privadas e filantrópicas para auxiliar no desenvolvimento destas ferramentas
		Garantir e disponibilizar informação acessível (visual, QRCode, sinalética, tátil, links etc.) pelo espaço universitário; além de possuir placas com sinalização em braile pela universidade
		Implementar serviços de acessibilidade para auxiliar na adaptação dos espaços em formato acessível
		Fomentar ações para prover recursos tecnológicos que permitam a produção de livros em formato digital acessível;
		Ampliar a aquisição de recursos e equipamentos tecnológicos para melhorar o acesso da pessoa em situação de deficiência aos serviços da Universidade
		Conscientizar toda a população que circula no campus sobre acessibilidade em seu sentido mais amplo
		Envolver os diferentes coletivos em campanhas, debates, discussões, sobre diversidade e capacitismo

		Adquirir equipamentos de tecnologia assistiva, bem como favorecer seu uso e possibilitar treinamento para tal com apoio de especialistas (Terapeutas Ocupacionais, entre outros)
		Estabelecer uma política de aquisição e utilização das Tecnologias Assistivas na Universidade
		Realizar ações para tornar a Biblioteca acessível;
		Dar maior visibilidade as ações vinculadas a esta temática na Universidade, como integração dos materiais acessíveis e empréstimo dos acervos
		Construir uma política institucional sobre sistema de informação acessível.
		Instituir uma central de Serviço de Tradução e Interpretação de Libras para que possa dar suporte as atividades acadêmicas na Universidade aos usuários dos serviços na Unesp (eventos, salas de aula, produção de materiais acessíveis etc.)
		Digitalização e disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis
		Instituir o serviço especializado responsável por este trabalho de apoio na Unidade e que auxilie seus usuários
3.1 Participação de Docentes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos.	47,84%	Criar políticas que visem maior participação dos docentes
		Capacitar os docentes sobre práticas e políticas inclusivas a fim de favorecer melhor relação com os estudantes em situação de vulnerabilidade.
		Garantir discussão sobre revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos e planos de ensino de disciplinas sobre educação inclusiva
		Traçar políticas que ampliem a reserva de vagas para contratação docente em situação de deficiência

		Dar maior visibilidade as políticas institucionais já existentes, divulgar o material, realizar oficinas e leitura compartilhada do PDI
		Promover debates sobre capacitismo na prática docente - desmistificar para compreender.
		Incentivar por meio de editais o desenvolvimento de produtos e materiais acessíveis com a participação de pessoas em situação da deficiência
		Incluir na avaliação institucional aspectos que contemplem a perspectiva inclusiva voltada a participação docente, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Articular as ações das políticas de avaliação institucional a avaliação dos cursos na oferta de disciplinas sobre a temática
		Incluir na avaliação das disciplinas aspectos relacionados a inclusão, acessibilidade e estudantes em situação de vulnerabilidade social, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
1.1 Barreiras para aprendizagem e participação: A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem.	38,81%	Repensar estratégias de divulgação das políticas institucionais para toda comunidade acadêmica
		Desenvolver estratégias de incentivo e fomento de recursos para ampliar a atuação da Assessoria de Comunicação da Unesp nas pautas de diversidade, acessibilidade e inclusão (Canal de TV e rádio institucional, local e nacional);
		Promover conversa tóricas sobre a temática valorizando a participação de diferentes grupos de estudo e pesquisa com destaque a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade
		Possibilitar maior envolvimento e cooperação das Comissões (Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão - CLAI, COPE) já existentes na

		instituição nessas ações (acessibilidade, acesso e permanência, diversidade estudantil)
		Apoiar fóruns de discussão das comissões locais para troca de experiências
		Apoiar o desenvolvimento de ações da CLAI com outros Programas e/ou Núcleo de acessibilidade dirigidos a apoiar o ingresso e permanência de universitários com deficiência
		Incentivar convênios da Unesp com os programas da sociedade civil para apoiar as pautas das comissões locais visando diminuir as barreiras de acesso à educação superior
		Realizar diferentes atividades no ato de matrícula e no pré-início de ano letivo visando o contato com os estudantes para identificar suas necessidades educacionais específicas
		Orientar sobre as políticas e serviços disponíveis na instituição como auxílios, bolsas, convênios, espaços, comissões, coletivos etc. (ação de boas-vindas/política de recepção dos calouros na perspectiva inclusiva)
		Conhecer por meio da relação com os estudantes as necessidades educacionais especializadas de cada sujeito; adaptação do material pautadas nessa relação, o corpo docente deve se fazer presente nos núcleos de apoio.
		Fortalecer o trabalho de apoio a permanência dos estudantes na Universidade por meio da institucionalização dos serviços de apoio (contratação de professores especializados, intérpretes de Libras, entre outros - conformando um Núcleo institucional para apoiar esta área na Universidade)

		Criar Núcleos de produção de materiais acessíveis para disseminar: editais, eventos e conteúdos a serem disponibilizados na web/ página da Unesp;
		Fomentar cursos de formação em serviço para os docentes sobre acessibilidade de materiais didáticos
		Incentivar a oferta de disciplinas em conjunto com outras unidades sobre a temática
		Elaborar estratégias integradas a curricularização da extensão nesta temática
12.2 Apoio financeiro e estudantil: A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.	36,14%	Reforçar, fortalecer e ampliar a divulgação dos convênios e acordos de cooperação institucionais para toda comunidade por meio de editais em formato acessíveis
		Apresentar as comissões, suas ações e seus responsáveis/coordenadores/equipe no início do ano letivo aos estudantes, bem como as resoluções e editais de financiamento disponíveis, envolvendo maior protagonismo de representantes dos diferentes coletivos nestas comissões
2.1 Participação de estudantes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos.	35,11%	Possibilitar maior envolvimento e cooperação das Comissões (CLAI, COPE) já existentes na instituição nessas ações(acessibilidade, acesso e permanência, diversidade estudantil)
		Dar maior visibilidade a metas e as ações de parceria destas comissões numa perspectiva interseccionalizada da deficiência com outros temas
		Apresentar guias criados pela instituição (Educando para a diversidade), sites, como o REPADI
		Incentivar palestras e fóruns de discussão para disseminar os materiais produzidos na temática (Educando para Diversidade, entre outros)

		Propor cronograma e planejamento participativo dos estudantes por disciplina
		Conhecer quem são os estudantes em situação de vulnerabilidade e dar voz ativa aos mesmos, incentivar e incluir a participação dos mesmos em núcleos de representatividade e em todos os ambientes da universidade - apoio para que permaneçam.
		Garantir maior representatividade das pessoas em situação de deficiência nos órgãos colegiados da Instituição
12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva: A instituição fomenta e operacionaliza programas que promovam a educação inclusiva.	33,68%	Divulgar e ampliar o fornecimento de bolsas AADI, bem como de programas sociais, culturais, educacionais, projetos de extensão, grupos de pesquisa realizados na e pela instituição; com cotas para as pessoas em situação de deficiência e/ou em situação de vulnerabilidade;
		Fortalecer estragais que visem investigar as causas de evasão dos estudantes na universidade
		Analisar em que medida os programas institucionais que medem evasão se dedicam a avaliar as situações do grupo mencionado;
		Criar estratégias que ampliem a compreensão desta questão na universidade
11.2 Instalações e Infraestrutura: As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.	23,61%	Atender as exigências legais que indicam as mudanças necessárias no aspecto arquitetônico, urbanístico e de transporte na instituição
		Estabelecer instrumentos de avaliação de acessibilidade de projetos de construção e reformas na Unesp
		Realizar um levantamento das lacunas/barreiras arquitetônicas que ainda circundam o ambiente universitário e repensar estratégias com a finalidade de remover essas barreiras.

		Ampliar as ferramentas de avaliação dos espaços para traçar um diagnóstico das barreiras de acessibilidades dos campi da Unesp
		Estabelecer um plano de metas a curto, médio e longo prazo de implementação destas melhorias
		Propor comissões em cada unidade que permita traçar o mapeamento das condições de acessibilidade local;
		Garantir maior participação e representação de pessoas em situação de deficiência nestas comissões (estudantes, técnicos e professores)
		Fomentar recursos que permitam implementar melhorias na parte de acessibilidade arquitetônica na universidade
		Criar ferramentas que incentivem a construção de projetos arquitetônicos e reformas das edificações da Unesp a partir do conceito do desenho Universal e de uma universidade acessível a todos - padrões e Normas de acessibilidade da ABNT (NBR-9050)
		Outras possibilidades: edificação de rampas, a construção de trajetos/rotas e espaços acessíveis, adequação dos prédios, estacionamentos e reservas de vaga, instalação e ampliação de elevadores, construção e ampliação de sanitários acessíveis, construção de barras de apoio, colocação de piso antiderrapante e tátil,
		Adquirir equipamentos adaptados e instalação de mesas e cadeiras especiais, ampliação de plataformas elevatórias, sinalização vertical e horizontal, instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas

Fonte: Dados da pesquisa.

APÊNDICE K: Descrição dos indicadores do INES-Brasil, nível de modificação e ações propostas para o eixo “práticas inclusivas”

INDICADORES	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO	AÇÕES PROPOSTAS
8.1 Regulamentação da educação inclusiva: A instituição pratica a autoavaliação e regulamenta ações que permitem promover a educação inclusiva.	54,41%	Propor cronograma e planejamento participativo/colaborativo dos estudantes por disciplina
		Realizar entrevistas e aplicação de instrumentos durante o ano letivo com os estudantes autodeclarados em situação de deficiência e vulnerabilidade social
		Realizar avaliações anuais das práticas realizadas durante o ano, solicitar feedbacks dos estudantes em situação de vulnerabilidade
		Organizar congressos, fóruns e debates para discutir melhorias dentro da perspectiva inclusiva
		Fomentar cursos de formação continuada sobre novas metodologias de ensino que considerem uma perspectiva mais inclusiva e flexível.
9.2 Permanência Estudantil: A universidade identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades.	45,17%	Aperfeiçoar, ampliar e fortalecer as ações voltadas ao lazer, cultura, saúde, redução dos índices de evasão etc. realizadas pelas comissões de permanência estudantil e outras comissões afins
		Divulgar atividades/programas de lazer, cultura e saúde aos estudantes e propor instrumentos/questionários/testes/escalas que avaliem a participação dos estudantes nessas atividades,

		como forma de favorecer a permanência e/ou adequações necessárias para promover maior adesão
		Criar locais e redes de apoio no qual o estudante que está passando por dificuldades em sua trajetória acadêmica possa buscar acolhimento, auxílio, ajuda
		Promover atividades culturais que caracterizem a representatividade e o protagonismo do público em situação de vulnerabilidade assumindo cargos na coordenação/realização destas atividades
		Incentivar a participação e protagonismo das pessoas em situação da deficiência no desenvolvimento das atividades culturais e de lazer ofertadas a comunidade acadêmica
		Assegurar que a comunicação dos editais e das atividades estejam em formato acessíveis a todos na universidade
		Fortalecer e ampliar a contratação dos centros de apoio a saúde do aluno/ trabalhador - com a oferta de acompanhamento psicológico
3.2 Docentes Inclusivos: A instituição gera os mecanismos para que os docentes participem dos processos de docência, investigação e extensão, transformem as práticas pedagógicas e valorizem a	33,88%	Realizar orientações, cursos de capacitação e formações ao corpo docente a respeito de práticas inclusivas, como forma de propiciar conhecimento sobre deficiência, inclusão e acessibilidade, com vistas à implementação de metodologias acessíveis para utilizarem com os estudantes em suas aulas e avaliações

diversidade de seus estudantes como parte do processo educativo.		Possuir profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos, para realizar acompanhamento e assessoramento da aprendizagem dos ingressantes junto aos docentes e estudantes, realizando reuniões semanais ou quinzenais com estes no primeiro semestre e nos próximos, se necessário for, bem como fortalecer a política de contratação desses profissionais
		Realizar sensibilizações, conscientizações, palestras, fóruns e campanhas com a participação de pessoas em situação de deficiência e de representatividade com os demais coletivos e toda comunidade acadêmica que visem à remoção de barreiras atitudinais e ao reconhecimento da diversidade no ambiente universitário
		Incentivar e possibilitar carga horária e benefícios à carreira para que os docentes participem de orientações, formações e capacitações.
1.2 Identificação e caracterização dos estudantes: A instituição utiliza instrumentos para conhecer a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, de gênero, etno-	32,65%	Realizar Avaliação "diagnóstica/de reconhecimento" feita pelos docentes no primeiro contato com a classe para confirmar, alterar e/ou complementar os dados obtidos do SISGrad e SISPg
		Estabelecer fóruns de discussão para avaliar de que modo a Unesp considera indicadores de acessibilidade inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade nestes formulários de

racial, físicas, geográficas) e identifica àqueles mais suscetíveis a serem excluídos ou marginalizados (que sofrem bullying, por exemplo) do sistema. (Instrumento acessível? Discutir barreira informacional/comunicacional)		avaliação institucional - junto ao Seu e outras agencias responsáveis por esta avaliação
		Rever e reformular o instrumento de identificação do perfil do estudante utilizado no SISGRAD/SISPq, utilizando uma perspectiva mais ampla e interseccional das situações, condições e marcadores de vulnerabilidade social (gênero, raça/etnia, classe social etc.)
		Regulamentar a cota para a participação de pessoas em situação de deficiência no exame de ingresso a Universidade
		Revisar e implementar ajustes razoáveis nos exames seletivos de ingresso de modo a atender as políticas afirmativas
		Assegurar critérios de acessibilidade nos processos de preparação dos exames de ingresso (vestibular)
		Recomendar medidas de ajustes aos critérios de acessibilidade ao ingresso deste grupo nos programas de pós-graduação e de contratação da Unesp em conformidade com as recomendações legais
		Realizar entrevistas com os estudantes autodeclarados em situação de vulnerabilidade social, de deficiência etc.
		Institucionalizar as estratégias de verificação das demandas dos estudantes no ato da matrícula para oferta de serviços e recursos diferenciados ao público mencionado

9.1 Programas de bem-estar universitário: As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades	32,03%	Dar maior visibilidade as políticas institucionais já existentes, divulgando o material, realizando oficinas e leitura compartilhada do PDI
		Incluir na avaliação institucional aspectos que contemplem a perspectiva inclusiva voltada a participação docente, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Incluir na avaliação das disciplinas aspectos relacionados a inclusão, acessibilidade e estudantes em situação de vulnerabilidade social, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Garantir discussão sobre revisão dos Projetos Políticos pedagógicos de disciplinas sobre educação inclusiva;
		Traçar políticas que ampliem a reserva de vagas para contratação docente em situação de deficiência
		Incentivar por meio de editais o desenvolvimento de produtos e materiais acessíveis com a participação de pessoas em situação da deficiência
		Articular ações das políticas de avaliação institucional a avaliação dos cursos na oferta de disciplinas sobre a temática;
		Capacitar os docentes sobre práticas e políticas inclusivas a fim de favorecer melhor relação com os estudantes em situações de vulnerabilidade
		Promover debates sobre capacitismo na prática docente buscando desmistificar para compreender.

6.2 Investigação/Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva: A instituição conta com o apoio de professores/especialistas/pesquisadores em educação inclusiva que lhe permitem promover o tema de forma adequada.	25,05%	Apresentar as comissões (CLAI, REPADI, CAADI) aos estudantes, informando suas funções, ações e os docentes pertencentes a cada uma delas para facilitar a busca por apoio por parte da comunidade acadêmica junto a esses órgãos
		Favorecer a participação de estudantes em situação de deficiência e vulnerabilidade social para fazer parte dos grupos de estudo e pesquisa, centros, comissões, coletivos e programas voltados a temática
		Contratar profissionais especializados para compor os núcleos, centros e comissões
		Ampliar a divulgação e articular as ações dos grupos de estudo e pesquisa, projetos de extensão existentes na temática com as ações realizadas pelos núcleos, centros e comissões
		Criar novas redes de cooperação compostas por diferentes representantes da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e funcionários)
6.3 Políticas em educação inclusiva: A instituição participa de convênios interinstitucionais para o desenvolvimento de investigações na <i>área da educação inclusiva</i>	54,21%	Ampliar e divulgar a existência dos convênios de cooperação interinstitucionais para toda comunidade
		Fortalecer e visibilizar os programas da Unesp que demonstram acordos interinstitucionais na temática e possibilitar a participação de pessoas em situação de deficiência nestes processos

		Promover congressos para disseminação e discussão dos resultados de projetos e programas desenvolvidos interinstitucionalmente
		Discutir estratégias para direcionar investigações na área da educação inclusiva, uma vez que não há indicação desta área de investigação no PDI e nos demais documentos institucionais relacionados
		Promover estratégias de apoio de financiamento de estudos e pesquisa na temática, com destaque a pesquisas de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou considerando grupos populacionais em situação de risco
		Promover estágios e grupos de estudos interinstituições nos quais os estudantes possam dialogar com diferentes realidades
8.3 Sistema de Informação Acessível: A instituição conta com um sistema de informação disponível e acessível que orienta a formulação de políticas institucionais que fomentam a educação inclusiva na educação superior.	52,36%	Tornar o site da IES mais acessível
		Estabelecer uma política que oriente a implementação das normativas de acessibilidade para garantir a efetividade de navegabilidade e acesso aos conteúdos disponibilizados no site da Universidade;
		Buscar parcerias com empresas privadas e filantrópicas para auxiliar no desenvolvimento destas ferramentas
		Garantir e disponibilizar informação acessível (visual, QRCode, sinalética, tátil, links etc.) pelo espaço universitário; além de possuir placas com sinalização em braile pela universidade

		Implementar serviços de acessibilidade para auxiliar na adaptação dos espaços em formato acessível
		Fomentar ações para prover recursos tecnológicos que permitam a produção de livros em formato digital acessível;
		Ampliar a aquisição de recursos e equipamentos tecnológicos para melhorar o acesso da pessoa em situação de deficiência aos serviços da Universidade
		Conscientizar toda a população que circula no campus sobre acessibilidade em seu sentido mais amplo
		Envolver os diferentes coletivos em campanhas, debates, discussões, sobre diversidade e capacitismo
		Adquirir equipamentos de tecnologia assistiva, bem como favorecer seu uso e possibilitar treinamento para tal com apoio de especialistas (Terapeutas Ocupacionais, entre outros)
		Estabelecer uma política de aquisição e utilização das Tecnologias Assistivas na Universidade
		Realizar ações para tornar a Biblioteca acessível;
		Dar maior visibilidade as ações vinculadas a esta temática na Universidade, como integração dos materiais acessíveis e empréstimo dos acervos
		Construir uma política institucional sobre sistema de informação acessível.
		Instituir uma central de Serviço de Tradução e Interpretação de Libras para que possa dar suporte as atividades acadêmicas na

		Universidade aos usuários dos serviços na Unesp (eventos, salas de aula, produção de materiais acessíveis etc.)
		Digitalização e disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis
		Instituir o serviço especializado responsável por este trabalho de apoio na Unidade e que auxilie seus usuários
3.1 Participação de Docentes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os docentes nos processos acadêmicos e administrativos.	47,84%	Criar políticas que visem maior participação dos docentes
		Capacitar os docentes sobre práticas e políticas inclusivas a fim de favorecer melhor relação com os estudantes em situação de vulnerabilidade.
		Garantir discussão sobre revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos e planos de ensino de disciplinas sobre educação inclusiva
		Traçar políticas que ampliem a reserva de vagas para contratação docente em situação de deficiência
		Dar maior visibilidade as políticas institucionais já existentes, divulgar o material, realizar oficinas e leitura compartilhada do PDI
		Promover debates sobre capacitismo na prática docente - desmistificar para compreender.
		Incentivar por meio de editais o desenvolvimento de produtos e materiais acessíveis com a participação de pessoas em situação da deficiência

		Incluir na avaliação institucional aspectos que contemplem a perspectiva inclusiva voltada a participação docente, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
		Articular as ações das políticas de avaliação institucional a avaliação dos cursos na oferta de disciplinas sobre a temática
		Incluir na avaliação das disciplinas aspectos relacionados a inclusão, acessibilidade e estudantes em situação de vulnerabilidade social, além de reforçar a obrigatoriedade de preenchimento
1.1 Barreiras para aprendizagem e participação: A instituição conta com uma política de educação que permite reconhecer e minimizar as barreiras para participação e aprendizagem.	38,81%	Repensar estratégias de divulgação das políticas institucionais para toda comunidade acadêmica
		Desenvolver estratégias de incentivo e fomento de recursos para ampliar a atuação da Assessoria de Comunicação da Unesp nas pautas de diversidade, acessibilidade e inclusão (Canal de TV e rádio institucional, local e nacional);
		Promover conversatórios sobre a temática valorizando a participação de diferentes grupos de estudo e pesquisa com destaque a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade
		Possibilitar maior envolvimento e cooperação das Comissões (Comissão Local de Acessibilidade e Inclusão - CLAI, COPE) já existentes na instituição nessas ações (acessibilidade, acesso e permanência, diversidade estudantil)

		Apoiar fóruns de discussão das comissões locais para troca de experiências
		Apoiar o desenvolvimento de ações da CLAI com outros Programas e/ou Núcleo de acessibilidade dirigidos a apoiar o ingresso e permanência de universitários com deficiência
		Incentivar convênios da Unesp com os programas da sociedade civil para apoiar as pautas das comissões locais visando diminuir as barreiras de acesso à educação superior
		Realizar diferentes atividades no ato de matrícula e no pré-início de ano letivo visando o contato com os estudantes para identificar suas necessidades educacionais específicas
		Orientar sobre as políticas e serviços disponíveis na instituição como auxílios, bolsas, convênios, espaços, comissões, coletivos etc. (ação de boas-vindas/política de recepção dos calouros na perspectiva inclusiva)
		Conhecer por meio da relação com os estudantes as necessidades educacionais especializadas de cada sujeito; adaptação do material pautadas nessa relação, o corpo docente deve se fazer presente nos núcleos de apoio.
		Fortalecer o trabalho de apoio a permanência dos estudantes na Universidade por meio da institucionalização dos serviços de apoio (contratação de professores especializados, intérpretes de Libras, entre outros - conformando um Núcleo institucional para apoiar esta área na Universidade)

		Criar Núcleos de produção de materiais acessíveis para disseminar: editais, eventos e conteúdos a serem disponibilizados na web/ página da Unesp;
		Fomentar cursos de formação em serviço para os docentes sobre acessibilidade de materiais didáticos
		Incentivar a oferta de disciplinas em conjunto com outras unidades sobre a temática
		Elaborar estratégias integradas a curricularização da extensão nesta temática
12.2 Apoio financeiro e estudantil: A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.	36,14%	Reforçar, fortalecer e ampliar a divulgação dos convênios e acordos de cooperação institucionais para toda comunidade por meio de editais em formato acessíveis
		Apresentar as comissões, suas ações e seus responsáveis/coordenadores/equipe no início do ano letivo aos estudantes, bem como as resoluções e editais de financiamento disponíveis, envolvendo maior protagonismo de representantes dos diferentes coletivos nestas comissões
2.1 Participação de estudantes: A instituição conta com uma política que facilita a participação de todos os estudantes nos processos acadêmicos e administrativos.	35,11%	Possibilitar maior envolvimento e cooperação das Comissões (CLAI, COPE) já existentes na instituição nessas ações(acessibilidade, acesso e permanência, diversidade estudantil)
		Dar maior visibilidade a metas e as ações de parceria destas comissões numa perspectiva interseccionalizada da deficiência com outros temas

		Apresentar guias criados pela instituição (Educando para a diversidade), sites, como o REPADI
		Incentivar palestras e fóruns de discussão para disseminar os materiais produzidos na temática (Educando para Diversidade, entre outros)
		Propor cronograma e planejamento participativo dos estudantes por disciplina
		Conhecer quem são os estudantes em situação de vulnerabilidade e dar voz ativa aos mesmos, incentivar e incluir a participação dos mesmos em núcleos de representatividade e em todos os ambientes da universidade - apoio para que permaneçam.
		Garantir maior representatividade das pessoas em situação de deficiência nos órgãos colegiados da Instituição
12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva: A instituição fomenta e operacionaliza programas que promovam a educação inclusiva.	33,68%	Divulgar e ampliar o fornecimento de bolsas AADI, bem como de programas sociais, culturais, educacionais, projetos de extensão, grupos de pesquisa realizados na e pela instituição; com cotas para as pessoas em situação de deficiência e/ou em situação de vulnerabilidade;
		Fortalecer estratégias que visem investigar as causas de evasão dos estudantes na universidade
		Analisar em que medida os programas institucionais que medem evasão se dedicam a avaliar as situações do grupo mencionado;

		Criar estratégias que ampliem a compreensão desta questão na universidade
11.2 Instalações e Infraestrutura: As instalações e a infraestrutura da instituição respondem as exigências das normativas vigentes voltadas à educação inclusiva.	23,61%	Atender as exigências legais que indicam as mudanças necessárias no aspecto arquitetônico, urbanístico e de transporte na instituição
		Estabelecer instrumentos de avaliação de acessibilidade de projetos de construção e reformas na Unesp
		Realizar um levantamento das lacunas/barreiras arquitetônicas que ainda circundam o ambiente universitário e repensar estratégias com a finalidade de remover essas barreiras.
		Ampliar as ferramentas de avaliação dos espaços para traçar um diagnóstico das barreiras de acessibilidades dos campi da Unesp
		Estabelecer um plano de metas a curto, médio e longo prazo de implementação destas melhorias
		Propor comissões em cada unidade que permita traçar o mapeamento das condições de acessibilidade local;
		Garantir maior participação e representação de pessoas em situação de deficiência nestas comissões (estudantes, técnicos e professores)
		Fomentar recursos que permitam implementar melhorias na parte de acessibilidade arquitetônica na universidade
		Criar ferramentas que incentivem a construção de projetos arquitetônicos e reformas das edificações da Unesp a partir do

		conceito do desenho Universal e de uma universidade acessível a todos - padrões e Normas de acessibilidade da ABNT (NBR-9050)
		Outras possibilidades: edificação de rampas, a construção de trajetos/rotas e espaços acessíveis, adequação dos prédios, estacionamentos e reservas de vaga, instalação e ampliação de elevadores, construção e ampliação de sanitários acessíveis, construção de barras de apoio, colocação de piso antiderrapante e tátil,
		Adquirir equipamentos adaptados e instalação de mesas e cadeiras especiais, ampliação de plataformas elevatórias, sinalização vertical e horizontal, instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas
4.2 Avaliação Flexível: Os processos de avaliação acadêmica contam com ferramentas e estratégias flexíveis que reconhecem as particularidades, as capacidades e as potencialidades de cada estudante.	60,80%	Realizar orientações, cursos de capacitação e formações ao corpo docente a respeito de práticas inclusivas, como forma de propiciar conhecimento sobre deficiência, inclusão e acessibilidade, com vistas à promoção de metodologias acessíveis para utilizarem com os estudantes em suas aulas e avaliações
		Investir em programas de formação continuada de docentes e funcionários sobre temas vinculados às políticas e práticas inclusivas

		Possuir profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos, para realizar acompanhamento e assessoramento da aprendizagem dos ingressantes junto aos docentes e estudantes, realizando reuniões semanais ou quinzenais com estes no primeiro semestre e nos próximos, se necessário for, bem como realizar avaliação e reavaliação das necessidades educacionais do estudante;
		Ampliar a contratação de profissionais especializados para atuar nos Núcleos de Apoio a Inclusão
		Realizar levantamento prévio das necessidades educacionais dos estudantes, através da escuta desses sujeitos, e tomar providências para executá-las.
		Institucionalizar bancas de verificação das demandas declaradas de NEEs nos exames de ingresso para estudantes que se reconhecem em situação de deficiência
7.1 Extensão, projeção social e contexto regional: A instituição desenvolve programas e atividades de extensão ou projeção social que respondem às necessidades regionais e populacionais específicas, tendo em conta a abordagem da educação inclusiva no contexto brasileiro.	55,03%	Realizar maior divulgação e articulação dos projetos de extensão existentes na temática
		Realizar a criação de novos projetos de acordo com as demandas dos estudantes ingressantes
		Realizar investigações acerca da evasão de estudantes da instituição, criando projetos que visem favorecer a permanência desses jovens nesse espaço
		Favorecer interações sociais e redes de apoio e suporte ao estudante em situação de deficiência, de vulnerabilidade etc.

		Fortalecer a criação, visibilidade e ampliação dos coletivos sociais já existentes dentro das instituições
		Favorecer a relação com instituições sociais e culturais na cidade para divulgação e ampliação de projetos
		Favorecer e incentivar a participação de estudantes em situação de deficiência e vulnerabilidade para fazer parte dos grupos de estudo e pesquisa, centros, coletivos e programas voltados a temática
		Criar e divulgar uma cartilha/guia com informações sobre os programas; comissões e resoluções que a instituição possui na perspectiva da educação inclusiva
		Ampliar a divulgação de materiais/guias/e-books já existentes na temática a toda comunidade
8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento: A instituição implementa estratégias de intervenção e melhoramento a partir dos resultados da avaliação dos egressos e da comunidade acadêmica.	52,98%	Realizar um levantamento prévio das condições de acessibilidade dos cursos e da instituição e auxiliar na efetivação de melhorias dessas condições com reavaliações ao longo do processo
		Realizar levantamento prévio das necessidades educacionais dos estudantes, através da escuta desses sujeitos, e tomar providências para executá-las.
		Criar instrumentos que avaliem o processo de evasão, permanência e bem-estar dos estudantes ao longo da sua trajetória acadêmica

		Promover suporte psicológico e educacional, individual ou em grupo, aos estudantes com dificuldade em se adaptar e se manter na instituição
10.2 Estrutura organizacional: A estrutura organizacional da instituição permite desenvolver ações específicas para promover a educação inclusiva	47,84%	Criar e divulgar uma cartilha/guia com informações sobre os programas; comissões e resoluções que a instituição possui na perspectiva da educação inclusiva
		Ampliar a divulgação e promover articulação entre as comissões, núcleos, centros já existentes
		Favorecer a criação de núcleos e/ou serviços específicos ao atendimento de estudantes em situação de deficiência e vulnerabilidade na instituição
		Contratar profissionais especializados para compor os núcleos, centros e comissões
		Realizar cursos de capacitação e orientações aos funcionários não docentes da instituição acerca da deficiência e formas de lidar com pessoas em situação de deficiência para melhor atender esse público
		Realizar sensibilizações, conscientizações, palestras, fóruns e campanhas a toda comunidade acadêmica que visem à remoção de barreiras de acessibilidade e ao reconhecimento da diversidade no ambiente universitário
		Criar na primeira semana de aula roda de conversa sobre diversidade-pluralidade estudantil e apresentar os guias (Educando para a Diversidade)

10.1 Ações administrativas e de gestão: As ações administrativas estão apoiadas na perspectiva da educação inclusiva e permitem identificar suas características.	47,02%	Realizar cursos de capacitação e orientações aos funcionários não docentes da instituição acerca da deficiência e formas de lidar com pessoas em situação de deficiência para melhor atender esse público
		Realizar sensibilizações, conscientizações, palestras, fóruns e campanhas a toda comunidade acadêmica que visem à remoção de barreiras atitudinais e ao reconhecimento da diversidade no ambiente universitário com incentivo a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade na oferta destas propostas de formação
		Incentivar e possibilitar carga horária e benefícios à carreira para que os funcionários participem de orientações e capacitações
5.2 Relações externas de professores e estudantes: A instituição promove a interação com outras instituições de âmbito nacional e internacional, e coordena a mobilidade de professores e estudantes , entendida esta como deslocamento temporário, de mão dupla, com enfoque inclusivo e propósitos acadêmicos.	46,82%	Divulgar oportunidades de mobilidade por outros meios além do e-mail institucional (cartazes, apps, eventos, site, orientações no início do ano letivo)
		Promover fóruns com estudantes e professores que já participaram de atividades de mobilidade para compartilhar suas experiências
		Ofertar eventos e disciplinas com a participação de professores e estudantes de mobilidade internacional
6.1 Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva:	46,41%	Ampliar a divulgação e expandir os grupos de estudo e pesquisa existentes na temática, bem como os núcleos, centros e

A instituição conta com centros, grupos e/ou programas de investigação relacionados a educação inclusiva.		comissões para promover a investigação, inovação e criação artística e cultura na perspectiva inclusiva
		Favorecer a criação de núcleos e/ou serviços específicos ao atendimento de estudantes em situação de deficiência na instituição; *Reforçando as deficiências "invisíveis" (auditiva, intelectual, doenças crônicas), que são negligenciadas dentro das instituições de ensino
		Contratar profissionais especializados para compor os núcleos, centros e comissões
		Possibilitar espaços para divulgação artística e cultural dos diversos grupos e coletivos existentes na instituição
		Realizar discussão e revisão das concepções e preconceitos associados à pessoa em situação de deficiência nas instituições
		Favorecer a participação de estudantes em situação de deficiência e vulnerabilidade para fazer parte dos grupos de estudo e pesquisa, centros, coletivos e programas voltados a temática;
		Criar e divulgar uma cartilha com informações sobre os programas, núcleos e serviços que a instituição dispõe.
		Ampliar a divulgação de materiais/guias/e-books já existentes na temática a toda comunidade
11.1 Recursos, equipamentos e espaços de prática: existem programas e projetos que prezam pelo bem-estar	40,66%	Favorecer o desenvolvimento de programas e propostas que ampliem os espaços de troca, redes de apoio e escuta aos estudantes;

dos universitários, cujos recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para promover a educação inclusiva.		Propor no começo e ao longo do ano letivo atividades de integração entre docentes, estudantes, funcionários e comunidade (jogos, desafios, apresentações, debates, rodas de conversa)
		Incentivar e apoiar a realização de eventos em formato acessível
		Adquirir mais materiais e recursos acessíveis, bem como tornar os espaços da instituição mais acessíveis, amplos, compartilhados, de maior convivência entre toda comunidade
		Realizar treinamento de docentes, gestores, coordenadores, funcionários sobre inclusão educacional e acessibilidade;
		Ampliar a oferta de cursos de formação em serviço na temática ofertadas por profissionais em situação da deficiência e representativo de outros coletivos
		Ampliar a oferta de serviços de psicologia na Universidade voltados a temática
		Ampliação/criação de núcleos de acessibilidade como o NAPI
5.1 Interlocução da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais: Em seus processos acadêmicos, a instituição estimula o contato com membros reconhecidos das comunidades acadêmicas nacionais e internacionais, promovendo a cooperação	36,14%	Divulgar oportunidades de mobilidade por outros meios além do e-mail institucional (cartazes, apps, eventos, site, orientações no início do ano letivo)
		Disponibilizar cotas em editais que permitam a mobilidade de coletivos nos diferentes programas da Universidade
		Promover fóruns com estudantes e docentes que já participaram de atividades de mobilidade para compartilhar suas experiências

com instituições e programas no país e no exterior.		Realizar palestras com docentes de instituições parceiras para divulgar as oportunidades de cooperação e apresentar os programas existentes
4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular: Os currículos da instituição são flexíveis e interdisciplinares , contém elementos que facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e competências da diversidade estudantil.	31,21%	Possuir profissionais especializados, como psicólogos, pedagogos para analisar e auxiliar na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e nos Planos de Ensino;
		Ampliar (garantir a efetividade) da representação dos membros da comunidade acadêmica na avaliação do PDI, PCC entre outros
		Realizar orientações, cursos de capacitação e formações ao corpo docente a respeito de práticas inclusivas, como forma de propiciar conhecimento sobre deficiência, inclusão e acessibilidade, com vistas à promoção de metodologias acessíveis para utilizarem com os estudantes em suas aulas e avaliações
		Realizar avaliação e reavaliação das necessidades educacionais do estudante periodicamente
		Realizar levantamento prévio das necessidades educacionais do estudante, através da escuta desse sujeito, e tomar providências para executá-las
		Antecipar material didático acessível de acordo com as necessidades dos estudantes

		Fortalecer e ou incentivar o desenvolvimento dos Núcleos de apoio de acessibilidade na universidade
--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa.

ANEXO 1: Tabela de semaforização (COLÔMBIA, 2017b)*Tabla 6. Semaforización*

Tipo de indicador	Categoría de interés	Color	Porcentaje
Frecuencia	Siempre		Menos del 60%
			Entre el 60% y el 80%
			Mayor al 80%
Existencia	Existe y se implementa		Menos del 60%
			Entre el 60% y el 80%
			Mayor al 80%
Reconocimiento	Si		Menos del 60%
			Entre el 60% y el 80%
			Mayor al 80%

Fonte: Colômbia (2017b, p.18)

ANEXO 2: Quadro 1. Objetivos estratégicos, linhas de ação, eixos de inserção e indicadores de avaliação (UNESP, 2022).

Quadro 1

	Objetivo Estratégico (Desafio)	Linhas de ação (Ação estratégica)	EIXO (S) (Excelência, Inovação, Internacionalização, responsabilidade social, Sustentabilidade)	Proposta de indicadores
ENSINO	1 Aperfeiçoar a formação discente, alinhando-o aos grandes desafios contemporâneos locais, regionais, nacionais e globais, visando o desenvolvimento econômico e social.	1.1 Promover o aprimoramento das atividades de ensino participativas e com tecnologia digital	Excelência	1.1.1 porcentagem de atividades de ensino usando metodologias ativas/tecnologia 1.1.2 Número de cursos com diagnóstico das demandas específicas da sociedade finalizado 1.1.3 Conceito Preliminar de Curso (CPC_MEC) ⁵
		1.2 Promover a iniciação científica na graduação e/ou trabalho conjunto de estudantes de graduação e de mestrado/doutorado;	Excelência	1.2.1 Número de IC em projetos com alunos de pós-graduação 1.2.2 % de cursos que tem a Pesquisa como eixo formativo curricular 1.2.3 Índice Geral de Cursos (IGC -MEC) ⁵
		1.3 Oferecer aos discentes, cursos extracurriculares em inovação e empreendedorismo; meio ambiente, direitos humanos.	Sustentabilidade	1.3.1 Números de cursos ou projetos realizados 1.3.2 % de cursos com Cadastro AUIN
		1.4 Promover fóruns de formação em inovação social baseando-se nos ODS com metodologias ativas, integrando docentes e estudantes e baseando-se em competências de trabalho em equipe;	inovação	1.4.1 Número de Fóruns/Seminários/Congressos realizados 1.4.2 Número de Projetos sociais desenvolvidos
		1.5 Ampliar os cenários de aprendizagem	Excelência	1.5.1 Número de projetos

		para melhor compreensão dos problemas sociais, econômicos, de saúde e culturais, bem como inserção junto a órgãos públicos e privados para desenvolvimento de soluções;		que integram ensino-serviço-comunidade 1.5.2 carga horária de projetos ensino-extensão das diferentes áreas
		1.6 Incentivar o aprendizado por meio de solução de problemas, possibilitando a integração de conteúdos horizontal e vertical na grade curricular.	Inovação	1.6.1 Visibilidade de iniciativas explorando a diversidade de expertises em cada currículo 1.6.2 Número de projetos/alunos envolvidos no enfrentamento de problemas reais 1.6.3 Conceito Enade (MEC) ¹
	2 Modernizar as metodologias de ensino e aprendizagem e os processos avaliativos	2.1 Incentivar e capacitar o corpo docente na utilização de metodologias ativas, avaliação formativa, incorporando tecnologias inovadoras	Excelência	2.1.1 Fóruns/ Educação Continuada 2.1.2 Comunidades de Práticas 2.1.3 Conceito Preliminar de Curso (CPC_MEC) ¹
		2.2 Transformar a biblioteca em um centro de recurso de aprendizagem e pesquisa e divulgação cultural, cuja função será promover a competência informacional e estimular o pensamento crítico (busca; citações; similaridade de texto), transformando-a em um espaço de convivência; favorecendo a ambiência universitária;	Excelência	2.2.1 Recursos investidos na transformação 2.2.2 Conceito Preliminar de Curso (CPC_MEC) ¹
		2.3 Estabelecer diretrizes de integração curricular baseando-se em princípios inovadores de aprendizado transprofissional, interprofissional e interdisciplinar, incluindo formação ética e humanística;	Excelência	2.3.1 Número de PPPs com propostas integradoras / 2.3.2 Número de cursos x 100 2.3.3 Conceito Enade_MEC ¹
		2.4 Promover continuamente a inclusão digital da comunidade com cursos de	Excelência	2.4.1 Recursos investidos na inclusão social

		formação e equipamentos;		2.4.2 % de sujeitos beneficiados com equipamentos 2.4.3 Número de cursos ofertados
		2.5 Promover fluxos facilitadores e suporte para a atualização dos projetos pedagógicos em mudanças curriculares - alteração ou reestruturação;	Sustentabilidade	2.5.1 Currículos adaptados às necessidade/empregabilidade/demandas e problemas sociais
		2.6 Promover ensino multidisciplinar, aproveitando as competências das unidades da Unesp pela facilitação da mobilidade digital interCâmpus e intercurso;	Excelência	2.6.1 Números de cursos inter-unidades / número de disciplinas oferecidas para cursos distintos, nos quais não faz parte da grade curricular
		2.7 Fortalecer e ampliar as ações do IEP3 (central e locais) e valorizar Núcleos de Apoio Pedagógicos	Excelência	2.7.1 Quantidades de Recursos Aplicados para capacitações 2.7.2 Número de ações realizadas
		2.8 Promover uma ação integradora dos conteúdos programáticos das disciplinas para evitar duplicidade ou superposições inadequadas;	Excelência	2.8.1 Número de Currículos adequados
		2.9 Promover fluxos que permitam maior mobilidade dos alunos para cursarem disciplinas em outras unidades e cursos com equivalência de créditos, ampliando as possibilidades formativas dos alunos.	Excelência	2.9.1 Numero de cursos que oferecem currículos mais flexíveis a créditos cursados em outras unidades/cursos
		2.10 Desconstruir nos processos de reestruturação curricular, a cultura de ensino conteudista e focar em abordagens centradas na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo dos estudantes	Inovação	2.10.1 Número de PPPs com propostas relacionadas / Número de cursos x 100 2.10.2 Conceito ENADE¹
		2.11 Aprofundar o processo de avaliação formativa dos estudantes, com metodologias multidimensionais, do cognitivo ao	Excelência	2.11.1 Sistemas de Avaliação Programática para os cursos

			profissionalismo aprimorando habilidade como comunicação, colaboração, liderança		2.11.2 Conceito ENADE ¹
			2.12 Criar rede de apoio ao trabalho do docente diante de diagnósticos de dificuldades didáticas;	Sustentabilidade	2.12.1 Número de ações 2.12.2 Conceito Preliminar de Curso (CPC_MEC) ¹
			2.13 Assegurar, preservar e atualizar o acervo das bibliotecas físico e digital de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação	Excelência	2.13.1 Atualização do acervo x bibliografia das disciplinas
	3	Desenvolver as competências globais, comportamentais/transversais e transferíveis dos discentes.	3.1 Ampliar, incluir e orientar discentes na promoção de ações de educação formal e informal.	Responsabilidade social	3.1.1 Programas de orientação acadêmica 3.1.2 Incorporar os direitos humanos nas práticas de ensino-aprendizagem de graduação e de pós-graduação. 3.1.3 Conceito Enade
			3.2 Incorporar os direitos humanos nas práticas de ensino-aprendizagem de graduação e de pós-graduação.	Responsabilidade social	3.2.1 Número de cursos que oferecem disciplinas sobre Direitos Humanos. 3.2.2 Número de projetos de extensão voltados aos Direitos Humanos 3.2.3 Número de pesquisas sobre Direitos Humanos (na graduação e na pós)
	4	Aumentar as possibilidades de internacionalização para a comunidade.	4.1 Assegurar que todos os processos de reestruturação ofereçam currículos que permitam uma janela para mobilidade;	Internacionalização	4.4.1 Número de cursos que permitem a mobilidade
			4.2 Promover programas para atrair estudantes de instituições nacionais e internacionais para a realização de intercâmbio de curta e longa duração na Unesp;	Internacionalização	4.4.2 Número de estudantes recebidos
			4.3 Fomentar na Unesp o oferecimento de disciplinas de graduação e pós-graduação em outros idiomas por docentes de	Internacionalização	4.4.3 Número de disciplinas em língua estrangeira

		instituições parceiras;		
		4.4 Criar um conjunto de projetos de extensão que possam receber alunos internacionais;	Internacionalização	4.4.4 Número de projetos
	5	Reduzir a evasão e reprovação		
		5.1 Criar/fortalecer centros de acolhimento para promover a saúde mental;	Responsabilidade social	5.1.1 Números de iniciativas de acolhimento 5.1.2 % de trancamentos, cancelamentos e desistência dos cursos
		5.2 Promover a disseminação de espaços de convivência.	Responsabilidade social	5.2.1 Número de espaços de convivência (%)
		5.3 Promover e incentivar ações e políticas de visibilidade e representatividade de grupos socialmente vulneráveis	Responsabilidade social	5.3.1 Número de ações e políticas (%)
	6	Aprimorar políticas de diversidade e acessibilidade		
		6.1 Implantar as Comissões Locais de Acessibilidade e Inclusão de pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas; (CLAI)	Responsabilidade social	6.1.1 % de unidades com CLAI em atividade
		6.2 Implantar Comissões Locais de Direitos Humanos	Responsabilidade social	6.2.1 % de unidades com CDH
		6.3 Aprimorar sistemas de coleta de informações sobre alunos com deficiências e suas necessidades (LGPD).	Excelência	6.3.1 evidências do mapeamento de barreiras 6.3.2 % de atendimento da política de acessibilidade
		6.4 Aprimorar sistema de coletas de informações visando à realização de censos anuais voltados às diversidades de gênero, sexo, idade, etnia, deficiências, cotas e sistemas de ingresso, relações parentais, dentre outras	Responsabilidade social	6.4.1 Indicadores que permitam conhecer a diversidade da comunidade unespiana
	7	Aprimorar e implantar políticas de inclusão social e de ações afirmativas		
		7.1 Desenvolver políticas institucionais e de ações afirmativas que combatam a discriminação étnica, racial, religiosa, de origem, sexual, e de gênero;	Responsabilidade social	7.1.1 Números de ações desenvolvidas
		7.2 Desenvolver ações voltadas para discentes em situações de vulnerabilidade (financeira, social, digital, psicológica). - Desenvolver Política de Combate ao racismo, violência de gênero e de outras	Responsabilidade social	7.2.1 Números de ações desenvolvidas 7.2.2 Recursos destinados à Permanência Estudantil

			naturezas e discriminações; - Promover a educação continuada de profissionais da comunidade interna e externa relativos às diversidades, inclusão e Direitos Humanos. - Promover políticas de acesso de discentes oriundos de grupos em situação de exclusão		
	8	Promover políticas para envolvimento de egressos	8.1 Consolidação e divulgação do Portal Alumni; 8.2 Desenvolver ações locais de integração dos egressos com os estudantes;	Excelência Inovação	8.1.1 Informações coletadas 8.1.2 % de adesões/ cursos 8.2.1 Números de ações

		Objetivo Estratégico (Desafio)	Linhas de ação (Ação estratégica)	EIXO (S) (Excelência, inovação, Internacionalização, Responsabilidade social, Sustentabilidade)	Proposta de indicadores
PESQUISA	1	Aprimorar a qualidade e o impacto da ciência produzida na instituição	1.1 Fortalecer a pesquisa nas temáticas propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.	Excelência Inovação Internacionalização Responsabilidade social	1.1.1 Quantidade de pesquisas, desenvolvidas na Universidade, alinhadas com as ODSs/ total de pesquisas
			1.2. Criar programas para promover a pesquisa e Inovação com setores representativos da sociedade e com o poder público para a definição conjunta de desafios estratégicos e busca de soluções para problemas sociais e construção de políticas públicas para o desenvolvimento humano.	Excelência Inovação Internacionalização Responsabilidade social	1.2.1 Índice FWCI das áreas de pesquisa 1.2.2 Quantidade de pesquisas, desenvolvidas na Universidade, alinhadas com as ODSs/ total de pesquisas 1.2.3 Quantidade de patentes com concessão ou licença/ total de patentes da Universidade
			1.3. Assegurar que o conhecimento produzido contribua para o desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural; regional, nacional e internacionalmente.	Excelência Inovação Internacionalização Responsabilidade social	1.3.1 Índice FWCI das áreas de pesquisa 1.3.1 Quantidade de pesquisas, desenvolvidas na Universidade, alinhadas com as ODSs/ total de pesquisas 1.3.1 Quantidade de patentes com concessão ou licença/ total de patentes da Universidade

					1.3.1 Número de parcerias com instituições de primeira linha das diferentes regiões do mundo
			1.4. Criar e fortalecer grupos e redes de pesquisa em âmbito da Unesp, favorecendo sempre que possível o desenvolvimento das parcerias institucionais existentes ou em desenvolvimento.	Excelência Inovação Internacionalização Responsabilidade social	1.4.1 Índice FWCI das áreas de pesquisa 1.4.2 Quantidade de pesquisas, desenvolvidas na Universidade, alinhadas com as ODS/ total de pesquisas 1.4.3 Quantidade de patentes com concessão ou licença/ total de patentes da Universidade 1.4.4 Quantidade de projetos multi e interdisciplinares entre os grupos de pesquisa/número total de projetos na Unesp.
			1.5. Criar um Centro Virtual de Estudos Multi, Trans e Interdisciplinar para o Desenvolvimento Sustentável.	Excelência Inovação Internacionalização Responsabilidade social	1.5 Implantação dos Centros Virtuais de Estudos multi, trans e interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável e número de grandes projetos captados
			1.6. Estimular o desenvolvimento de lideranças em pesquisa e participação em comitês de órgãos de fomento e corpo editorial de periódicos.	Excelência Inovação Internacionalização Responsabilidade social	1.6. Porcentagem de aumento no de docentes/pesquisadores da Unesp em comitês de órgãos de fomento e corpo editorial de periódicos

			1.7. Aprofundar a análise por métricas (cientometria, altimetria e bibliometria) da ciência produzida na Unesp.	Excelência	1.7. Iniciar atividades de equipe para propor parâmetros de análise por métricas
			1.8. Ampliar e valorizar a divulgação da produção acadêmico-científica em acesso aberto da Universidade	Excelência Inovação Internacionalização Responsabilidade social	1.8.1 Posição da Unesp nos rankings 1.8.2 Infraestrutura digital adequada 1.8.3 Quantidade de publicações em acesso aberto/total de publicações 1.8.4. Quantidade de artigos, trabalhos e dados de pesquisa no repositório institucional 1.8.5. Quantidade de Centros de recursos de aprendizagem e pesquisa implementados nos Câmpus/ano
			1.9. Assegurar e atualizar as coleções físicas e digitais e ferramentas das bibliotecas para apoio à pesquisa	Excelência Inovação Internacionalização Responsabilidade social	1.9.1 Aumentar em 30% a coleção existente 1.9.2. Quantidade de publicações em acesso aberto/total de publicações 1.9.3. Quantidade de artigos, trabalhos e dados de pesquisa no repositório institucional 1.9.4 Quantidade de Centros de recursos de aprendizagem e pesquisa implementados nos Câmpus/ano

			1.10 Acompanhar a inserção acadêmica e profissional dos pesquisadores formados pela Universidade	Excelência	1.10.1. Avaliação qualitativa e quantitativa desta inserção (em universidades nacionais e internacionais, em empresas, em organizações da sociedade civil, no poder público, etc).
			1.11 Incentivar a criação de Observatórios (e fortalecer os que já existem) voltados à detecção e análise de problemas sociais, especialmente os vinculados às diversidades humanas.	Excelência Responsabilidade social	1.11.1 Número e diversidade de observatórios existentes na UNESP
	2	Gestão eficaz e continuada da infraestrutura física e de recursos humanos da pesquisa na instituição	2.1. Desburocratizar procedimentos e normas e favorecer a integração de oportunidades abertas pelo novo marco legal de C&T.	Excelência	2.1.1 Quantidade de projetos financiados em parcerias com empresas na Unesp, bem como o montante total de recursos externos captados
			2.2. Organizar uma estrutura administrativa central que gerencie assuntos relacionados à pesquisa (importações, legislações, segurança no trabalho, biossegurança, experimentação animal e vegetal, segurança do patrimônio e outros), ações de capacitação e as instalações de pesquisa e que faça um estudo prévio à instalação de novas estruturas de pesquisa.	Excelência	2.2.1 Implementação da estrutura administrativa
	3	Desenvolver uma estrutura eficaz de apoio à captação e gestão de recursos externos provenientes de agências de fomento nacionais e internacionais ou da iniciativa privada	3.1. Criar um <i>grant office</i> para fazer a captação e gestão de grandes projetos com financiamento internacional.	Excelência	3.1.1 Quantidade de propostas aprovadas em nível internacional 3.1.2. Quantidade de projetos de pequeno e médio porte aprovados/ total de projetos 3.1.3 Redução percentual

					no tempo médio de trâmite dos processos
			3.2 Otimizar e fortalecer os escritórios de pesquisa nas Unidades para fazer a gestão de projetos com financiamento nacional.	Excelência	3.2.1 Quantidade de propostas aprovadas em nível nacional 3.2.2 Quantidade de projetos de pequeno e médio porte aprovados/total de projetos 3.2.3 Redução percentual no tempo médio de trâmite dos processos
	4	Fortalecer parcerias internacionais estratégicas	4.1. Desenvolver ações de cooperação focadas em instituições da América Latina, Caribe e África.	Excelência Internacionalização	4.1.1 Quantidade de projetos com Instituições da América Latina, Caribe e África/ número total de projetos
			4.2. Criar e fortalecer redes de pesquisa para atuar em temas associados ao BRICS	Excelência Internacionalização	4.2.1 Quantidade de projetos com Instituições dos BRICS/ número total de projetos
			4.3 Articular redes de pesquisas, fomentando ações em temas e parceiros estratégicos para a Universidade, com vistas ao fortalecimento e internacionalização das pesquisas	Excelência Internacionalização	4.3.1 Quantidade de alianças estratégicas com Instituições internacionais
	5	Atrair competências para apoiar o desenvolvimento da ciência produzida na Unesp	5.1 Desenvolver um programa de demanda induzida para atração de competências nacionais e internacionais.	Excelência Internacionalização	5.1.1 Quantidade de pós doutorandos do exterior/total de pós doutorandos
	6	Fortalecer e ampliar a oportunidade de formação técnico-científica de estudantes de	6.1 Criar estratégia que permitam aos alunos beneficiários dessas políticas,	Responsabilidade social	6.1.1 Quantidade de alunos de IC, de Mestrado

		IC, de Mestrado e de Doutorado, cuja inserção no ambiente acadêmico de Ensino Superior se deu por uma ação afirmativa.	observada a seleção qualificada, a participação em atividades acadêmicas de iniciação científica, mestrado e doutorado		e de Doutorado beneficiários de ações afirmativas/ número total de ICs,
	7	Incentivar a criação de cotas raciais, para pessoas com deficiência e pessoas trans na pós-graduação		Responsabilidade social	7.1.1 Número de programas de pós-graduação com cotas raciais, para pessoas com deficiência e pessoas trans

		Objetivo Estratégico (Desafio)	Linhas de ação (Ação estratégica)	EIXO (S) (excelência, Inovação, Internacionalização, Responsabilidade social, Sustentabilidade)	Proposta de indicadores
Extensão Universitária, Cultura e Relações Institucionais	1	Fortalecer as ações da extensão universitária como processo de integração comunitária e articulador do ensino e da pesquisa, contribuindo para redução da desigualdade e exclusão social com o desenvolvimento tecnológico sustentável.	1.1. Incentivar a realização de Planos de Extensão Universitária nas Unidades da Unesp, de forma participativa e atendendo ao Regimento Geral da Extensão Universitária e Cultura na Unesp	Excelência, Responsabilidade social, Sustentabilidade, Inovação e Internacionalização	1.1.1. Número de planos de Extensão Universitária aprovados nas Unidades/Nº de Unidades da Unesp 1.1.2. Nº de docentes/discentes/técnicos-administrativos do quadro permanente da Unidade envolvidos na elaboração do Plano de Extensão / Nº total de docentes/discentes/técnicos-administrativos do quadro permanente da Unidade) x 100 1.1.3. Nº de docentes/discentes/técnicos por plano de extensão. 1.1.4. Participação de representantes da sociedade civil no processo de elaboração e aprovação do plano de extensão (Sim / Não)
			1.2. Promover ações itinerantes entre os Câmpus para a divulgação da produção científica, artística e cultural dos subprogramas extensionistas (orquestras, grupos musicais, grupos de teatro, corais, mostras científicas, exposições, centros de ciências e documentação e outros para a comunidade externa		1.2.1. Nº total de pessoas atendidas em cada ação nas Unidades, no ano / Nº total de ações (de cada tipo) realizadas no ano 1.2.2. Nº total de pessoas atendidas em todas as ações nas Unidades, no ano / nº total da população

		1.3. Criar redes temáticas de extensão universitária, articulando docentes e pesquisadores das unidades da Unesp, para diálogo e parcerias com vários setores da sociedade (órgãos públicos, iniciativa privada, e entidades da sociedade civil) visando contribuir para o enfrentamento das questões da sociedade (ambientais, climáticas, saúde de grupos vulneráveis, etc.), atendendo-se aos ODS, e para o desenvolvimento econômico, social e cultural 1.4. Promover atividades de extensão universitária que estejam inseridas em questões sociais transformadoras e temas relacionados a políticas públicas, incluindo o SUS e educação básica, além de outros temas propostos pela Política Nacional de Extensão Universitária e ODS 1.5. Estabelecer métricas/indicadores que evidenciem os seus impactos nos âmbitos social, econômico, cultural, tecnológico e político, incrementando as projeções	municipal ou regional no ano; 1.3.1. Número de redes temáticas constituídas / N° de Unidades da Unesp 1.3.2 Participação de representantes da sociedade civil na(s) rede(s) temática(s) (Sim / Não) 1.4.1. N° de convênios, contratos e acordos firmados / N° total de ações de extensão realizadas no ano 1.4.2.- Meta: estabelecimento de ao menos 1 parceria no 1º ano e 2 (duas) parcerias por ano nos próximos 4 anos. 1.5.1. N° total de pessoas atendidas em cada ação nas Unidades, no ano / n° total de ações(de cada tipo) realizadas no ano 1.5.2. N° total de pessoas atendidas em todas as ações nas Unidades, no ano / n° total da população municipal ou regional no ano; 1.5.3. N° de produções acadêmicas (artigos, livros, capítulos, resumos em congressos) ou da mídia que relatem resultados de
--	--	---	--

		1.6. Promover a transversalidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o ensino por competências, com vistas à articulação dos saberes acadêmicos e científicos 1.7. Implantar a utilização de metodologias ativas e novos cenários de aprendizagem com conteúdos transprofissionais, interprofissionais e interdisciplinares visando o desenvolvimento de competências e habilidades associadas aos níveis cognitivos, psicomotores, sociais e afetivos 1.8. Promover programas e projetos que envolvam competições entre a comunidade interna baseadas em soluções de problemas econômico-sociais presentes às populações vulneráveis de forma transprofissional, preferencialmente	ações transformadoras / ações apoiadas na extensão universitária. 1.6.1 N° de programas e projetos de extensão com transversalidade / N° total de programas e projetos propostos 1.6.2. N° total de pessoas atendidas em cada ação nas Unidades, no ano / n° total de ações (de cada tipo) realizadas no ano 1.6.3. N° total de pessoas atendidas em todas as ações nas Unidades, no ano / n° total da população municipal ou regional no ano 1.6.4. N° total de PPPs com características de transversalidade e/ou ensino por competências 1.7.1. N°. de PPPs contemplando tais metodologias e conteúdos / N° de cursos x 100 1.7.2. N°. de disciplinas contemplando tais metodologias e conteúdos / N° de disciplinas por curso x 100 1.8.1. N° total de programas e projetos
--	--	---	--

		1.9. Promover a cooperação e integração extensionista com instituições internacionais governamentais e não governamentais 1.10. Implementar programas e projetos em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, contribuindo para os grandes desafios contemporâneos no Brasil e no mundo 1.11. Promover a interação com as redes públicas de ensino, levando a Universidade (em especial os cursos de licenciatura) e seus saberes até as escolas e seus alunos até a Universidade 1.12. Criar Centro Virtual de Estudos* multi/interdisciplinares e/ou trans/interprofissionais para o Desenvolvimento Sustentável		1.9.1. Nº total de ações desenvolvidas em parceria 1.9.2. Nº de convênios, e acordos internacionais firmados 1.10.1. Nº. de projetos e programas em comunidades vulneráveis / Nº. total de projetos e programas 1.10.2. Implementação de ao menos três grandes projetos que envolvam mais de um dos ODSs com financiamento externo (sim / não) 1.10.3. Atividade relacionada aos temas (sim/não) 1.11.1. Nº de projetos por Unidade 1.11.2. Nº escolas atendidas por ano/ Nº total de escolas cadastradas na Diretoria de Ensino x 100. 1.11.3. Nº alunos da Rede atendidos por ano/ Nº total de alunos 1.12.1. Implantação do Centro Virtual de Estudos (sim/ não)
--	--	---	--	---

	2	Curricularização da Extensão Universitária nos cursos de graduação na Unesp atendendo a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal 13.005/2014) e Resolução CNE/SCS nº 07/2018	2.1. Promover continuamente o debate sobre a implantação e avaliação da curricularização da extensão 2.2. Promover e implementar a reestruturação ou alteração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação para assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares em extensão universitária exigidos para a graduação, em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social visando a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável	Excelência, Responsabilidade social e Sustentabilidade 2.1.1. Debates realizados em cada instância (Sim / Não) 2.1.2. Nº de docentes participantes nas reuniões / nº de docentes da Unesp em cada Unidade 2.2.1. Nº de cursos de graduação com extensão incorporada no currículo / Nº total de cursos de graduação x 100 (Meta - 100% dos cursos nos próximos 2 anos) 2.2.2. Nº de alunos de graduação do(s) curso(s) participante(s) nas ações extensionistas em cada ano / nº de alunos de graduação matriculados no ano no(s) curso(s) 2.2.3. Nº ações / nº de alunos de graduação matriculados (ano)
	3	Fortalecer a política de Empreendedorismo Social;	3.1. Viabilizar e fomentar a criação de incubadoras tecnológicas e de cooperativas com estabelecimento de parcerias com outros setores da sociedade 3.2. Fortalecer as empresas juniores com parcerias 3.3. Criar e divulgar cursos e ações entre as	Inovação e Responsabilidade social 3.1.1. Nº. de incubadoras / Unidades x 100 3.1.2. Nº de convênios, contratos e acordos firmados com outros setores da sociedade / Nº total de incubadoras 3.2.1. Nº de projetos firmados com outros setores da sociedade / Nº total de empresas juniores 3.3.1. Nº de cursos criados

		Unidades na área de Inovação Social		na Unesp
		3.4. Promover ações que incluam processos inovadores metodológicos, locais, de transformação social e organizacional		3.4.1. N° de ações na Unesp
		3.5. Promover a criação de Núcleos de Inovação Social		3.5.1 N° de núcleos criados na Unesp
	4	Promover o processo de internacionalização nas dimensões de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão Universitária e Gestão da Universidade;	Internacionalização	4.1.1 N° total de ações desenvolvidas em parceria
		4.1. Na Extensão Universitária promover a realização de ações conjuntas com parceiros internacionais para desenvolvimento de estudos, em múltiplas escalas, voltadas à solução de questões sociais relevantes		
		4.2. Incentivar e realizar parcerias internacionais, permitindo o diálogo e mobilidade dos integrantes		4.2.1 N° total de parcerias
	5	Fortalecer e ampliar estratégias de Comunicação Institucional e com a comunidade externa;	Responsabilidade social	5.1.1 N°. de atividades
		5.1. Desenvolver e integrar atividades de difusão científica com a programação da rádio Unesp, da TV digital Unesp e da Assessoria de Comunicação e Imprensa – ACI;		
		5.2. Consolidar a Coordenadoria de Letramento Científico, e Observatório de Direitos Humanos;		5.1.2 N°. de pessoas atingidas
				5.2.1 N°. de atividades da Coordenadoria
				5.2.2 N°. de pessoas atingidas
				5.2.3 N°. de Unidades envolvidas
	6	Implementar a Política de Ação Cultural da Universidade para viabilizar uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade na perspectiva da construção ativa, crítica e social;	Responsabilidade social e Internacionalização	6.1 a 6.5.
		6.1. Ampliar a difusão de conhecimentos por meio do apoio às atividades dos Espaços Museológicos e Centros de Ciências para letramento científico;		- N°. de alunos da Universidade participantes por ano / N°. total de alunos x 100;
		6.2 Garantir a difusão de ações culturais no ambiente universitário, em alinhamento às diretrizes de Cultura e da Política de Ação Cultural da UNESP;		- N°. de STA e docentes da Universidade participantes por ano / N°. total de

			6.3 Difundir produção musical de concerto e produção coral; 6.4. Promover articulação e alinhamento para efetivação da Política de Ação Cultural da UNESP por meio dos Encontros de Cultura; 6.5. Promover integração Universidade e comunidade no enfrentamento de emergências em Saúde Pública e Cultura; 6.6 Promover a integração Americana, da África e dos países do BRICS por meio de política de arte e cultura na Universidade.		alunos x 100; - N°. de atividades e iniciativas diversas; - N°. de vagas em atividades e iniciativas diversas - Público presente; 6.6.1 N° total de ações desenvolvidas em parceria ou convênios estabelecidos
	7	Fortalecer e ampliar a interação entre os diversos atores da Universidade, servidores técnicos e docentes, discentes e seus familiares, bem como a comunidade onde estamos inseridos.	7.1. Criar programas para a realização de atividades conjuntas entre os diversos segmentos universitários e a comunidade extra muros; 7.2 Promover o esporte como prática inclusiva e integradora da comunidade na Universidade;	Responsabilidade social	7.1.1 N°. de atividades / N°. de Unidades x 100 7.2.1 N°. de atividades / N°. de Unidades x 100
	8	Conduzir o processo de gestão das estruturas existentes e expansão física de forma sustentável com base em construções que respeitem a acessibilidade e o meio ambiente.	8.1. Promover iniciativas de sustentabilidade ambiental, incentivando e ampliando a utilização de energias renováveis ou mais eficientes nas Unidades da Unesp, tais como, captação de energia solar, da água de chuva para jardinagem, reuso de água, destinação adequada e tratamento de resíduos, bem como eficiência energética nas Unidades; 8.2. Consolidar o programa de descarte e coleta seletiva nas Unidades com parceiros externos de forma integrada.	Sustentabilidade	8.1.1 N°. de iniciativas / N°. de Unidades x 100 8.2.1 N° de Unidades com Implantação do descarte e coleta seletiva / N°. de Unidades x 100 8.2.2. N° de acordos e parcerias para atividades afins

		Objetivo Estratégico (Desafio)	Linhas de ação (Ação estratégica)	EIXO (S) (excelência, Inovação, Internacionalização, Responsabilidade social, Sustentabilidade)	Proposta de indicadores
PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	1	1. Conciliar a sustentabilidade financeira da universidade com o desenvolvimento e a excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	1.1 Garantir o funcionamento equitativo e adequado das unidades Universitárias, Câmpus Experimentais, Unidades Complementares e Auxiliares já existentes (estrutura física, pessoal, atendimento à legislação e incorporando as diretrizes estabelecidas nas ODS da ONU) através de um plano de investimentos para manutenção e renovação de infraestrutura.	Sustentabilidade	1.1.1 percentual (%) de execução do plano de investimento.
			1.2. Consolidar o fundo patrimonial da UNESP, de acordo com aprovação do Conselho Universitário.	Sustentabilidade	1.2.1 volume de recurso no fundo.
	2	Aumentar a captação de recursos orçamentários por meio de emendas parlamentares e demais fontes públicas e privadas.	2.1 Elaborar um portfólio de projetos, com as unidades de ensino e pesquisa. 2.2 Capacitar os gestores das unidades de ensino em cursos específicos de captação de recursos.	Sustentabilidade	2.1.1 valor captado/ valor total pretendido. 2.2.1 número de servidores docentes e administrativos treinados.
	3	Fortalecer e garantir de forma contínua a modernização em gestão de pessoas e processos.	3.1 Ofertar, por intermédio da Escola Unesp de Liderança e Gestão - EULG, cursos de especialização e/ ou de educação continuada aos gestores das unidades de ensino.	Excelência	3.1.1 número de servidores docentes e administrativos treinados.
			3.2. Implantar formas de valorização na carreira, as iniciativas de trabalho de docentes e técnico-administrativos da universidade.	Sustentabilidade	3.2.1 Competências mapeadas e homologadas.
			3.3. Capacitar e dar condições tecnológicas aos segmentos da universidade no uso de	Sustentabilidade	3.3.1 Número de treinandos/treinados

		ferramentas digitais.		
		3.4.Criar escritórios regionais de Modelagem de Fluxos.	Excelência	3.4.1 número de unidades criadas.
		3.5 Criar programa Unesp de redução e eliminação de papel.	Sustentabilidade	3.5.1 quantidade de serviços e documentos 100% digital
		3.6 Estruturar a Universidade para facilitar a celebração de convênios.	Sustentabilidade	
		3.7 Consolidar a Cordenadoria de Saúde e segurança do trabalhador (CSST) da Unesp	Sustentabilidade	3.7.1 número de adesão ao tele acolhimento. 3.7.2 Número de Câmpus/unidades com Seções Técnicas de Saúde
		3.8 Aprimorar sistema de coletas de informações visando à realização de censos anuais voltados às diversidades de gênero, sexo, idade, etnia, deficiências, cotas e sistemas de ingresso, relações parentais, dentre outras	Responsabilidade social	3.8.1 Indicadores que permitam conhecer a diversidade da comunidade unespiana (alunos, professores, técnico-administrativos)
		3.9 Promover políticas de equidade de gênero e relações parentais direcionadas a (alunos, professores, técnico-administrativos)	Responsabilidade social	3.9.1 Número de ações para promoção de direitos de mães e pais
4	Flexibilização de alocação de outras funções dentro das estruturas existentes	4.1.Promover ações para discussão de mudanças nos paradigmas Institucionais (flexibilização de sub-quadros e criação de novos quadros com maior agilidade) para atender demanda de ações em temas mais recentes e em ascensão como gestão de incubadoras de empresas, gestão de patrimônio genético, contratação de responsáveis técnicos cumprindo exigências de agências regulatórias.	Excelência	4.1.1 avaliar o avanço da Universidade nestes temas: Inovação; responsabilidade técnica e outros
		4.2.Promover debates Institucionais sobre novas relações de trabalho e novas necessidades da Universidade em relação a recursos humanos.	Excelência	4.2.1 quantidade de atividades e número de participantes

	5	Garantir a transparência na gestão e governança universitária.	5.1. Garantir o acesso às informações e dados públicos produzidos na universidade	Excelência	
			5.2. Fortalecer a estrutura da ouvidoria da Unesp e dos Serviço de Informação aos Cidadãos locais - SICs locais.	Excelência	5.2.1 tempo de respostas das demandas da ouvidoria e do SIC
			5.3. Implantar a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, no contexto institucional da universidade.	Excelência	5.3.1 tempo (meses) entre o documento elaborado pela comitê e a implantação das normas na Unesp.
			5.4. Promover condições materiais a área de comunicação social da Unesp, para fazer cumprir com as diretrizes aprovadas pelo conselho de comunicação.	Excelência	5.4.1 número de acessos aos portais da universidade e aos produtos de comunicação
	6	Fortalecimento, inclusão e manutenção das políticas de manutenção estudantil.	6.1. Ampliar oferta de bolsas por mérito acadêmico e auxílios para estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.	Sustentabilidade	6.1.1 quantidade de bolsas ofertadas/ demanda bolsas
			6.2. Implantar programas de engajamento dos alunos nas atividades acadêmicas.	Excelência	6.2.1 participação em atividades acadêmicas 6.2.2 número de atividades acadêmicas ofertadas em relação ao quantitativo estudantil interessado.
			6.3. Ampliar as possibilidades de estágio remunerado.	Excelência	6.3.1 número de empresas conveniadas. 6.3.2 número de alunos com estágio/ total de alunos.
			6.4. Criar e manter os espaços de convivência social na universidade.	Excelência	6.4.1 espaços modernizados (m2) / espaços existentes (m2) 6.4.2 mapeamento da

				demanda e interesse do usuário.
		6.5.Desenvolver programa de consolidação de restaurantes universitários com parcerias	Excelência	6.5.1 restaurantes implementados na forma de parcerias. 6.5.2 mapeamento da demanda e interesse do usuário.
Planejamento, finanças e gestão	1	FORTALECER o modelo de financiamento publico da universidade	1.1 PROPOR mudança de referência da cota parte do ICMS do Estado para percentual do total de impostos arrecadados pelo Estado, em consonância com o CRUESP	Responsabilidade social 1.1.1 Projeto de lei ou Emenda Parlamentar à LDO
			1.2 GARANTIR na Peça Orçamentária recursos para contratação de Servidores Docentes e Técnico Administrativos	Excelência 1.2.1 Valor absoluto consignado na PLOA da Unesp
	2	INVESTIMENTOS em melhorias de ensino e condições de trabalho na Universidade;	2. GARANTIR na peça Orçamentária recursos para as demandas das atividades de graduação, pós-graduação e pesquisa e extensão universitária	Excelência 2.1 Valor absoluto consignado na PLOA da Unesp

Fonte: (UNESP, 2022, p. 25-47).